

SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 27

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

n.º 27, dezembro 2021

Diretora: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Diretoras Adjuntas: Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcsb.unl.pt) e Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Conselho de Redação: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilniaus Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA'CET_iscte); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeia) e Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa)

Conselho Editorial: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences da Australian Catholic University, Austrália); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto da Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Assistente Editorial: Marta Luís Pereira

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Sociologia

Apresentação da Revista: A *SOCIOLOGIA ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, francês e inglês

Edição: Associação Portuguesa de Sociologia

Normas para os Autores: Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

Sistema de Arbitragem: Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

Indexação: Está indexada na SciELO Portugal, Latindex, ERIH PLUS, DRJI e OAJI, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO e The Publication Forum (Finlândia).

Contactos: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

Conceção Gráfica e Composição: Lina Cardoso

Capa: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Revista de Acesso Livre: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Nº de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 27, december 2021

Editor: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Associate Editors: Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcsch.unl.pt) e Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Board Members: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lúcia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilniaus Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA'CET_iscte); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria) and Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa)

Advisory Editors: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodríguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences, Australian Catholic University, Australia); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroeble (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicole Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and Human Development of University of Maine, USA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Editorial Assistant: Marta Luís Pereira

Copyright: Associação Portuguesa de Sociologia

About the Journal: SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish or French

Publisher: Associação Portuguesa de Sociologia

Submission Guidelines: Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

Refereeing: SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

Abstracting and Indexing: Abstracting and Indexing: Is indexed in SciELO Portugal, Latindex, ERIH PLUS, DRJI and OAJI, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO and The Publication Forum (Finland).

Contact: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: sociologiaonline@aps.pt

Design and Typeset: Lina Cardoso

Cover: Isabel Rebelo

Web Design: Facticis

Open access journal available at: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



ÍNDICE

Artigos

A utilização das narrativas de vida numa perspetiva socio-etnográfica.....	11
<i>Daniel Bertaux</i>	
Sociologia da cultura em Portugal: Génese e consolidação de uma especialidade sociológica	31
<i>Bruno Baptista, Telma Talina Mendes e Fernando Luís Machado</i>	
Reinventando a pandemia: Desobediência alternativa	53
<i>João Tiago Gouveia</i>	
Riscos psicossociais. Uma ameaça no meio militar: O papel da autoeficácia, qualidade da liderança geral e conflito trabalho-família no <i>burnout</i>.....	79
<i>Ricardo Pereira e Rui Eusébio</i>	
Violência sexual contra mulheres estudantes no ambiente universitário: O caso de uma universidade brasileira	99
<i>Rogéria Martins, Paulo Fraga, Janaína S. Lawall e Ana Paula Costa</i>	

Recensão

Santos, Boaventura Sousa (2020). O futuro começa agora. Da pandemia à utopia. Edições 70.....	127
<i>João Teixeira Lopes</i>	
Normas para Autores	133

CONTENTS

Articles

The use of the life stories in the socio ethnographic perspective	11
<i>Daniel Bertaux</i>	
Sociology of culture in Portugal: Emergence and consolidation of a sociological specialty	31
<i>Bruno Baptista, Telma Talina Mendes and Fernando Luís Machado</i>	
Reinventing the pandemic: Alternative disobedience	53
<i>João Tiago Gouveia</i>	
Psychosocial risks. A threat in the militar environment: The role of self-efficacy, general leadership quality and work-family conflict in burnout.....	79
<i>Ricardo Pereira and Rui Eusébio</i>	
Sexual violence against female students on the university: The case of a Brazilian university	99
<i>Rogéria Martins, Paulo Fraga, Janaína S. Lawall and Ana Paula Costa</i>	
 Review	
Santos, Boaventura Sousa (2020). O futuro começa agora. Da pandemia à utopia. Edições 70.....	127
<i>João Teixeira Lopes</i>	
Submission Guidelines	135

ARTIGOS
ARTICLES

A UTILIZAÇÃO DAS NARRATIVAS DE VIDA NUMA PERSPETIVA SOCIO-ETNOGRÁFICA¹

THE USE OF THE LIFE STORIES IN THE SOCIO ETHNOGRAPHIC PERSPECTIVE

Daniel Bertaux

Centre national de la recherche scientifique, CNRS & Université de Strasbourg, Dynamiques Européennes (emérito). Maison Interuniversitaire des Sciences de l'Homme – Alsace (MISHA), 5 allée du Général Rouvillois, CS 50008 67083 Strasbourg Cedex, France.
E-mail: daniel.bertaux@misha.fr | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9510-6112>

Resumo: Por ocasião do lançamento da edição portuguesa do livro *As Narrativas de Vida* (Bertaux, 2016/2020), Daniel Bertaux conversou com os/as sociólogos/as reunidos no XI Congresso Português de Sociologia. O autor falou sobre as narrativas de vida como instrumento de pesquisa em ciências sociais e as controvérsias que esta metodologia suscitou. Às críticas dos seus detratores, o sociólogo contrapõe a necessidade de recolher diversas narrativas de vida dentro de um mesmo mundo social, em número suficiente para atingir a saturação. O seu principal contributo reside, assim, no modo como utilizou esta técnica particular de recolha de dados, numa perspetiva socio-etnográfica. Neste texto, corolário dessa conversa, o autor aborda também o processo de produção da própria vida (ou “antroponomia”) que ele teorizou em finais dos anos 1970.

Palavras-chave: narrativas de vida, perspetiva socio-etnográfica, padaria artesanal, antroponomia.

Abstract: On the occasion of the launch of the Portuguese edition of the book *As Narrativas de Vida* (Bertaux, 2016/2020), Daniel Bertaux talked with the sociologists gathered at the XI Portuguese Congress of Sociology. The author spoke about life stories as a research tool in the social sciences and the controversies that this methodology has raised. In response to the criticism of its detractors, the sociologist argues that it is necessary to collect several life stories within the same social world in order to reach saturation. Thus, his main contribution lies in the way he used this particular technique of data collection, from a socio-ethnographic perspective. In this paper, the end result of this conversation, the author also discusses the process of the production of life itself (or “anthroponomy”) which he theorized in the late 1970s.

Keywords: life stories, socio ethnographic perspective, small bakeries, anthroponomy.

Introdução

Boa tarde, caros e caras colegas portugueses e portuguesas. Saúdo-vos a todos e todas!
É, para mim, um grande privilégio ter sido convidado para falar com vocês neste final de tarde. Sinto-me particularmente feliz porque tenho uma relação

1 Tradução de Liliana Azevedo | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8172-9279>

muito especial com Portugal. Tenho uma grande consideração pelos sociólogos portugueses. Tive muito boas conversas com todos e todas as que conheci e trocas mais interessantes do que as numerosas conversas que tive, na minha longa vida, com sociólogos americanos, britânicos, alemães, italianos, russos, polacos; e, claro, com sociólogos franceses.

Cada um destes países tem uma tradição nacional particular, mas que é apresentada às gerações mais jovens como “a sociologia universal”. Em França, por exemplo, se um estudante ler e trabalhar alguns dos grandes textos de Durkheim e de Bourdieu que os seus professores lhe derem para ler, terá boas notas e pensará, por isso, que se tornou num bom sociólogo. Talvez nem consiga ler textos em inglês (não falemos sequer do alemão), mas vai achar que está tudo bem: de qualquer forma, foi-lhe dito que Durkheim e Bourdieu disseram tudo o que é importante saber... E tenho observado o mesmo fenómeno nos países de língua inglesa: sociólogos americanos ou britânicos questionam-se porquê fazer o esforço de aprender outras línguas, quando (por sorte) a sua língua materna é precisamente “A” língua internacional. Porquê perder tempo a aprender francês ou alemão quando toda a gente fala inglês?

Mas Portugal é diferente. Em Portugal não se pensa que se é o centro do mundo. Em Portugal, procura-se informação; tenta-se descobrir o que é que os colegas de outros países estão a fazer. Aprende-se línguas estrangeiras, inglês, francês, outras línguas latinas, até talvez o alemão para ler Max Weber na versão original... Em Portugal, se uma pessoa estiver interessada no pensamento sociológico, sabe bem que terá de estudar as *formas* que este pensamento tomou noutros países, e que estas *formas* são diversas. Em Portugal, não se desenvolve aquela “arrogância nacional” que tantas vezes encontrei, não só nos Estados Unidos, claro, mas também em cada um dos seis países europeus que mencionei.

Os sociólogos portugueses leram mais do que os outros, estão mais bem informados do que os outros; e, no entanto, são mais modestos. Em outros países do mundo, muitos intelectuais académicos pensam que uma conversa só é interessante enquanto são eles a falar. Mas não é assim em Portugal...

Queria devolver-vos um pouco da gentileza que tiveram para comigo ao convidar-me a falar neste congresso. Decidi, por isso, falar em português. É um certo esforço e peço a vossa indulgência. A minha pronúncia é muito imperfeita.

A obra *As Narrativas de Vida* e a sua tradução para português

Escrevi um pequeno livro de 128 páginas em francês sobre as narrativas de vida (*Le récit de vie* em francês), esta técnica de observação que vem da etnografia, e que

quase não tinha sido utilizada em sociologia, exceto pela Escola de Chicago nos anos 20. E que tinha sido completamente *excluída* pelo *establishment* sociológico internacional, após 1945, do pequeno número de técnicas de observação consideradas legítimas em sociologia. Este pequeno livro é o resultado de uma profunda reflexão, alimentada sobretudo pela experiência das sete pesquisas sociológicas que realizei utilizando as narrativas de vida como a principal técnica para recolher dados empíricos. Acaba de ser traduzido para português por Liliana Azevedo e publicado na coleção *Questões de Partida*, da Editora Mundos Sociais, do Iscte. Foi António Firmino da Costa, membro do Conselho Editorial, que propôs a publicação do meu livro em português. Gostaria, por isso, de expressar aqui os meus mais calorosos agradecimentos a estes sociólogos que honram a sociologia portuguesa.

Um exemplo de investigação realizada através de narrativas de vida: o estudo das padarias artesanais em França

É através dos exemplos que melhor se comunicam as ideias teóricas e metodológicas. Vou, portanto, dar-vos um exemplo concreto da forma como, por experiência própria, concebo a utilização de narrativas de vida com uma finalidade sociológica. Mas posso, desde já, salientar vigorosamente que, na minha opinião, recolher e estudar apenas uma narrativa de vida, é de qualquer forma — por mais interessante que o seja intrinsecamente — permanecer fora do espaço sociológico. Eis então um exemplo concreto da utilização sociológica de narrativas de vida.

Para a minha primeira pesquisa de terreno em sociologia, decidi estudar o funcionamento da padaria artesanal em França. Em França, ainda são os pequenos padeiros-artesãos que produzem e vendem o pão diariamente. Esta é uma grande diferença em relação aos Estados Unidos, à Grã-Bretanha, à Rússia... onde o pão, depois de ter sido durante muito tempo um produto artesanal, se tornou, há várias gerações, um bem industrial produzido em fábricas muito grandes, transportado milhares de quilómetros, armazenado e vendido em supermercados. Nestes grandes países industriais, a própria ideia de “pão fresco” há muito que já não existe. Mas, em França, o pão fresco ainda é produzido e vendido localmente, nas padarias de bairro e padarias artesanais: são cerca de trinta e duas mil (32.000).

Queria então tentar compreender porquê. Mas, ao mesmo tempo, depois de ter lido com um extraordinário entusiasmo a maravilhosa obra do antropólogo Oscar Lewis (1970), *Os Filhos de Sánchez*, queria também recolher narrativas de vida. E decidi começar pelos padeiros-operários: ninguém falava deles, era como se eles não existissem. Queria finalmente dar-lhes uma voz.

Contactei o sindicato. Na realidade, o sindicato dos padeiros-operários passava por muitas dificuldades; eram apenas uns quantos velhos padeiros-operários que se reuniam todas as segundas-feiras à noite, numa sala emprestada pela CGT (central sindical). Ficaram contentes por um jovem universitário estar interessado neles.

Comecei, então, por entrevistar o Sr. Bailly. Não lhe pedi que me falasse da sua vida, não tinha essa ousadia. Para mim, era ser demasiado indiscreto e não era suficientemente sociológico. Apenas lhe pedi que me contasse como se tornou padeiro-operário, e ele contou-me a sua vida profissional desde o início. Tinha nascido numa aldeia no centro de França. O seu pai era trabalhador agrícola, ganhava apenas o suficiente para alimentar os cinco filhos. “Na verdade, comíamos sobretudo pão. Nunca carne. Por vezes uma galinha: nessa ocasião, era uma grande festa!” O Sr. Bailly era o filho mais velho; os seus pais estavam ansiosos que ele terminasse os seus cinco anos de escolaridade obrigatória para que se tornasse trabalhador agrícola e trouxesse algum dinheiro para casa. Todos os dias a sua mãe ia comprar pão ao padeiro da aldeia. Um dia o padeiro disse-lhe: “Sabes que mais, Marie, o teu filho mais velho vai acabar em breve a escolaridade, não vai? Eu poderia ensinar-lhe a profissão de padeiro. Dessa forma, ele nunca terá fome, terá sempre qualquer coisa para comer!” Aí está: o seu futuro percurso de vida fora determinado, quase lacrado, naquele momento. Começaria a trabalhar como aprendiz de padeiro; depois, quando tivesse aprendido a profissão, continuaria como padeiro-operário.

Nos primeiros dias, a sua mãe acordava-o à meia-noite; ele vestia-se apressadamente e ia a pé até à padaria, a meio da noite, ainda meio adormecido. O padeiro já estava levantado, o forno estava aceso e a começar a aquecer. Na padaria trabalhava-se de noite, porque a preparação do pão demora longas horas e que o pão tem de estar pronto quando as pessoas saem para o trabalho. Depois de alguns dias, o padeiro disse à mãe dele: “Olha, Marie, seria melhor se o teu miúdo viesse viver connosco. Vamos tratá-lo como nosso filho; assim ele já cá estará quando forem horas de começar a trabalhar”. Na verdade, o rapaz, na altura com treze anos de idade, não tinha nenhum quarto em casa do padeiro. Dormia no sótão, debaixo de sacos de farinha amontoados para se manter quente durante a curta noite. À meia-noite, o patrão vinha acordá-lo uma primeira vez. Se ele não aparecesse lá em baixo dez minutos depois, o patrão voltava a subir, mas desta vez com uma bacia de água fria e pumba, na cara! “Pelo menos agora vais acordar!” E o trabalho começava. No entanto, no primeiro ano, apesar de trabalhar doze horas por dia, o aprendiz não aprendeu nada. Varria a padaria, acendia o forno e substituí-a lenha no forno... Ao meio-dia almoçava com o patrão e a mulher, depois era-lhe permitido fazer uma pequena sesta ao

mesmo tempo que o patrão. Quando o patrão acordava, faziam uma ronda pelas quintas com a carroça puxada por um cavalo. O patrão não saía da carroça; era o aprendiz que levava o pão às quintas, cada quinta ficava diariamente com a mesma quantidade de pão. Duas ou três horas depois, regressavam à aldeia. O aprendiz tinha de limpar bem o forno; quando terminava, podia ir até à cozinha, comer os restos da refeição. E depois ia para o sótão, dormir algumas horas. E à meia-noite, a bacia de água acordava-o... Era assim os sete dias da semana. Não eram seis dias, mas sete dias, incluindo o domingo. Não havia dia de folga nas padarias, porque o pão é o alimento diário por excelência; é, por isso, preciso pão todos os dias da semana...

Após três anos deste regime, o jovem aprendiz tinha-se tornado um rapaz forte de dezasseis anos que conhecia bem a profissão. Mas ele continuava a ser alimentado e alojado, sem nunca ser pago. Um dia, após ter hesitado durante muito tempo, atreveu-se a pedir ao patrão que lhe pagasse como um trabalhador que faz doze horas de trabalho, sete dias por semana. O patrão recusou imediatamente: “É absolutamente impossível! Não ganho dinheiro suficiente para isso! Se não estás contente, vai-te embora! Encontrarei facilmente alguém para te substituir!” Então o jovem aprendiz pediu emprestada uma bicicleta e foi até à vila mais próxima procurar trabalho; e encontrou de imediato numa padaria. Mas cedo percebeu que, de modo a completar a sua aprendizagem, tinha de “percorrer todas as etapas da profissão” mudando de patrão. Porque nesta profissão artesanal, os artesãos não têm tempo para ensinar os truques da profissão aos jovens; eles aprendem “vendo fazer”. E isto tem algumas desvantagens.

Dou-vos um exemplo. Mesmo antes de colocar os “pedaços de massa” no forno, o artesão dá-lhes rapidamente três cortes de lâmina de barbear na parte superior. Desta forma, durante o processo de cozedura, os gases da fermentação podem escapar através das três fendas assim abertas. Um velho trabalhador contou-me que, um dia, o seu patrão viu-o a dar os três golpes de lâmina e gritou com ele:

- Mas o que estás tu a fazer?
- Bem, eu estou a dar os golpes de lâmina.
- Sim, mas porque estás tu a segurar a lâmina com a mão esquerda?
- Bem, eu estou a fazer como você!
- Sim, mas eu sou canhoto!!!

Este é precisamente o problema. O patrão disse para o aprendiz: “Meu amigo, não tenho tempo para te explicar, só tens de fazer exatamente como eu”. Por isso, o aprendiz imitou-o...

Erving Goffman tinha-me ouvido falar acerca disto, e ele tinha adorado o exemplo. E disse-me: “*You know Daniel, with this example you have it in a nutshell!*” (Sabes, Daniel, com este exemplo dizes tudo em poucas palavras!).

Esta é a razão de ser da tradição do “*Tour de France*” que vem da Idade Média e que existia em todas as profissões citadinas: carpinteiro, telhador, sapateiro, queijeiro, talhante, padeiro... Era necessário “dar a volta à profissão” para aprender todas as suas facetas com uma grande variedade de artesãos, tentando sempre separar o joio do trigo. E o Sr. Bailly tinha finalmente “subido” até Paris, porque era em Paris que os salários dos padeiros eram os mais elevados em toda a França.

Esta primeira narrativa de vida entusiasmou-me. Mas eu pensava que era uma exceção: que uma vida inteiramente dedicada ao trabalho operário como a do Sr. Bailly era um caso excepcional. Depois de recolher esta narrativa de vida, pedi-lhe que me pusesse em contacto com outros padeiros-operários da sua geração; e ele pôs-me em contacto com vários. Para minha grande surpresa, os seus percursos de vida eram, de certa forma, paralelos aos do Sr. Bailly. Tinham nascido noutras partes de França, uns no Norte e outros no Sul, ou no Leste, ou no Oeste. Mas todos tinham nascido em zonas rurais, em famílias pobres. Todos eles tinham sido colocados como aprendizes no padeiro local. Todos eles tinham passado por uma aprendizagem muito dura que os tinha moldado, que tinha moldado até os seus corpos: muitos disseram-me, por exemplo, que não conseguiam dormir à noite, que não tinham sono à noite. Todos eles tinham sido forçados, como o Sr. Bailly, a ir para a cidade à procura de trabalho, finalmente remunerado pelo seu verdadeiro valor de mercado.

Basicamente, estas primeiras narrativas de vida tinham revelado a presença daquilo a que Durkheim chamou um “mecanismo gerador”: padarias rurais em toda a França recrutavam e formavam aprendizes, lucravam bastante com o seu trabalho não remunerado, e depois acabavam por os mandar para as cidades. Isto funcionava como *uma bomba de sucção e de descarga* de jovens e suas forças de trabalho: retirando as forças juvenis do campo, formando-as ao longo de vários anos de aprendizagem, e recambiando-as para as cidades depois de formadas.

Mais tarde, por ocasião de viagens ou de férias, recolhi narrativas de vida de padeiros-operários em pequenas cidades dos Pirenéus e numa cidade no norte de França; e uma colega que me tinha ajudado a fazer essa recolha em Paris, Jacqueline Dufrêne, recolheu várias em Marselha, a segunda maior cidade de França. Todos eles tinham nascido e sido criados em aldeias onde se tinham tornado aprendizes, e todos eles tinham então ido para a cidade...

Mas, na ausência de uma amostra estatisticamente representativa, serão estas auscultações suficientes para afirmar que o padrão que eu tinha identificado refletia os percursos profissionais dos cerca de cento e vinte mil padeiros-operários do

país? Por outras palavras, teria eu descoberto *um outro caminho* (outro caminho que não o caminho da amostra representativa) para a generalização sociológica a toda uma sociedade?

A existência de tal mecanismo gerador apareceu-me muito rapidamente, a partir da terceira narrativa de vida. E as poucas narrativas de vida recolhidas posteriormente vieram *confirmar* a sua existência e a *forma como funcionava*. Nessa altura, não tinha ouvido falar da Escola Sociológica de Chicago e dos principais conceitos de metodologia qualitativa, sublinho *qualitativa*, que a Escola de Chicago tinha identificado: os conceitos de “recorrência” e de “saturação”, e de “pesquisa de casos negativos”. Mas, esses conceitos, eu próprio voltei a encontrá-los. Havia muitas *recorrências*, já deu para perceber, entre a narrativa de vida de um e de outro padeiro. Essas recorrências tornaram possível a construção de um *modelo* do *processo* subterrâneo que gerou os percursos profissionais dos aprendizes e padeiros-operários em França. Em sociologia, uma boa definição de um processo poderia ser: um *encadeamento* mais ou menos sistemático de *situações* e de *ações* geradas por essas situações. Por exemplo: o aprendiz pede para ser pago, o padeiro rural recusa-se a pagar-lhe, por isso ele parte para a cidade e fica lá porque na cidade o seu trabalho como padeiro-operário é pago a um valor, se não justo, pelo menos ao valor de mercado.

Mas não basta recolher três narrativas de vida que contam a mesma história para poder afirmar que se descobriu um *mecanismo social* (um mecanismo gerador, por exemplo) e generalizar a uma sociedade inteira: também deve ser dada a essa sociedade uma oportunidade de o contradizer, apresentando casos que funcionam *de forma diferente* do que o seu modelo prevê, ou seja, casos que não confirmam, que *contradizem* o seu modelo, isto é, que não verificam a sua *teorização*, o seu *esboço de teoria*. Isto é o que Alfred Lindesmith chamou de “casos negativos”.

Lindesmith: a descoberta de “casos negativos” que obrigam a afinar as primeiras teorizações

No início dos anos 1940, em Chicago, Alfred Lindesmith estava a estudar o fenómeno da toxicod dependência: as pessoas dependentes de heroína para ser mais exato. Ele tinha construído um primeiro esboço de teoria que, esquematicamente, relacionava a primeira injeção de heroína e o *flash*: a intensa sensação de bem-estar que se segue imediatamente ao *flash* e que dá vontade de recomeçar. Esta teoria muito simples era, aliás, a dos próprios toxicod dependentes; e todos os casos de dependência que estudava através de entrevistas confirmavam-na, as recorrências eram sistemáticas.

Um médico, amigo dele, tinha-lhe contado que no hospital, alguns médicos se tornavam dependentes da morfina, que é um produto muito semelhante à heroína. Lindesmith entrevistou alguns deles, e de facto, todos tinham passado pelo mesmo processo, uma primeira injeção e o *flash* que dá vontade de recomeçar “pelo menos uma vez”.

— Mas então (perguntou-lhes Lindesmith), como é que os seus pacientes, aqueles a quem dá injeções de morfina para acalmar o seu sofrimento físico, não se tornam todos viciados em morfina?

— Ah, mas nós não lhes dizemos o que lhes injetamos! Certamente que não! Dizemos que lhes vamos dar uma injeção de um calmante, só isso! Eles não devem saber!

Esses pacientes representavam (numerosos) “casos negativos” para a teoria de Lindesmith: tinham recebido uma primeira injeção, o seu insuportável sofrimento físico tinha desaparecido subitamente e tinham sentido uma sensação de grande bem-estar. No entanto, não se tornavam toxicodependentes. Porquê? Porque lhes faltava o conhecimento e, portanto, a *consciência* do encadeamento entre injeção e sensação de bem-estar. Tendo compreendido isto, Lindesmith foi levado a modificar a sua teoria do processo de dependência: entre a primeira injeção e a sensação de bem-estar, tem de haver, além disso, uma “clara consciência da relação de causa e efeito” entre os dois. Enquanto esta consciência clara não existir, não se fica toxicodependente. Este é um bom exemplo do que significa “a procura de casos negativos”.

De volta ao estudo sobre a padaria artesanal

Voltando agora à minha teorização do recrutamento por parte dos padeiros das aldeias de aprendizes que mais tarde se tornariam os padeiros das *cidades francesas*. Se eu tivesse conseguido encontrar padeiros-operários de origem urbana, nascidos e criados em Paris ou noutra grande cidade, estes “casos negativos” ter-me-iam obrigado a enriquecer a minha teorização para os ter em conta. Por isso, perguntei ao Sr. Bailly e aos seus camaradas do sindicato se conheciam algum. A questão surpreendeu-os; mas, após reflexão, disseram que não conheciam nenhum. Pedi-lhes que os procurassem para que eu os pudesse entrevistar; mas não obtive qualquer resultado.

Compreendi porquê quando contactei uma escola de profissões artesanais em Paris. Havia cerca de vinte jovens aprendizes padeiros em formação alternada: tinham 15 ou 16 anos de idade, uma semana em cada duas trabalhavam numa

pequena padaria parisiense e na outra semana prosseguiram com a sua escolaridade normal nesta escola. Juntei-os e fizemos uma ronda: quase todos tinham nascido em bairros populares de Paris ou nos subúrbios próximos, em famílias pobres; vários tinham sido criados apenas pela mãe. Quando perguntei quantos deles estariam a pensar enveredar pela profissão de padeiro depois do serviço militar, todos exclamaram: “Ah não! Nem pensar!”.

Perguntei-lhes porque era tão unânime a sua resposta. Para eles, era absolutamente óbvio: queriam trabalhar mais tarde numa fábrica, ou como motorista de entregas, ou em qualquer outro emprego assalariado de base; mas *em circunstância alguma* como padeiro! Porque aí tem de se trabalhar *à noite*, incluindo sextas-feiras e sábados! E essas noites são preciosas; porque são as noites em que “se vai à discoteca”, em que se vai dançar e se encontram raparigas. Se, em vez disso, tiverem de trabalhar numa padaria, então não vale a pena... Eu tinha descoberto a razão pela qual, por mais que procurasse nas duas mil e quinhentas padarias de Paris, um padeiro-operário nascido em Paris ou num dos seus subúrbios: não encontraria nenhum. Não há “casos negativos”!

Em suma, penso que este exemplo mostra como, pelo menos em certas condições, *se podem fazer generalizações plausíveis sem ter uma amostra estatisticamente representativa*. Por outras palavras, *os sociólogos quantitativos não teriam o monopólio da generalização empírica*.

As narrativas de vida abrem a porta de par em par à imaginação sociológica

Quero mesmo convidar-vos, queridos colegas portugueses, a experimentarem usar narrativas de vida na vossa próxima pesquisa sociológica. Com este método farão, certamente, descobertas admiráveis. Então, para transformar essas descobertas em teorizações sociológicas, caber-vos-á dar rédea solta à vossa mente para, em primeiro lugar, *imaginar livremente* como as coisas acontecem nas profundezas da “fábrica” societal e quais as sequências previsíveis de situações e ações de curto, médio e longo prazo. Em segundo lugar, terão de adotar um certo rigor (o oposto da imaginação, pelo menos na aparência) para descartar teorizações muito arriscadas e reter aquelas que parecem confirmar não apenas as narrativas de vida, mas também os outros dados empíricos de que dispõem (incluindo as estatísticas sociais à disposição).²

2 Sobre este ponto é importante estar familiarizado com os esforços de Charles S. Pierce para pensar, para além da construção de teorizações dedutivas ou indutivas, sobre a ideia de abdução e a(s) forma(s) da sua aplicação.

Funcionou muito bem na minha pesquisa sobre a padaria artesanal em França. É verdade que, em retrospectiva, penso que tive muita sorte: porque o sector de produção que tinha escolhido para estudar não era apenas um “mundo social” coerente (no sentido de Howard S. Becker), mas era um mundo socio-económico que lutava pela sua sobrevivência face à pressão invisível, mas muito forte, da padaria industrial; um *mundo social* que se explorava a si próprio (com jornadas de trabalho de doze horas...) para não desaparecer. Um mundo em que aprendizes, trabalhadores, padeiros-artesãos e suas esposas estavam todos muito concentrados em três coisas essenciais: trabalho, trabalho, trabalho. Por outras palavras, um mundo em que os comportamentos a curto e médio prazo, e mesmo os projetos a longo prazo, eram muito fortemente condicionados pelas relações sócio-estruturais e pela lógica da concorrência. Um mundo antiquado, quase sem tempo livre nem liberdade. Um mundo que era muito constrangedor para as suas múltiplas categorias de atores, e como tal, difícil de viver, mas também, por essa mesma razão, mais fácil de compreender sociologicamente.

Devido à enorme riqueza dos materiais que trazem nas suas redes de malha larga, as narrativas de vida levar-vos-ão a descobertas inesperadas e até espetaculares. Mas estejam também preparados para enfrentar desafios de várias ordens, incluindo colegas que se recusam a reconhecer — ou mesmo simplesmente a aprender sobre — a validade metodológica das narrativas de vida.

O difícil reaparecimento de um espaço legítimo para as narrativas de vida

Em França, foi apenas nos anos 1980 que a hegemonia quase universal da *survey research* sobre a metodologia sociológica começou a recuar. Foi como quando um gigantesco glaciar começa a derreter e algumas tímidas ervas e flores começam a crescer nos raros espaços de terra assim libertados... Os textos de Barney Glaser, Anselm Strauss e Howard S. Becker começaram a circular em inglês em círculos muito pequenos, assim como o espírito que os animava: o espírito dos estudos de caso (mas não tratavam de narrativas de vida). A era glacial da hegemonia cientista em sociologia parecia estar finalmente a chegar ao fim. Estava contente: finalmente, talvez não tivessem sido em vão as numerosas intervenções orais e escritas que tinha feito ao longo dos últimos vinte anos para tentar abrir, com fórceps, um pequeno espaço em que finalmente seria *legítimo* implementar — pelo menos numa base experimental — métodos *não-quantitativos*.

Houve, contudo, uma tentativa de inverter a tendência e salvar o postulado cientista, ou seja, o postulado segundo o qual, como repetia Bourdieu, “a sociologia é uma ciência como as outras ciências”. Em 1968, ele e Passeron tinham mesmo escrito esta frase definitiva: “Talvez seja a maldição das ciências do homem ter de lidar com um objeto que fala” (Bourdieu et al., 1968, p. 64). O edifício teórico que tinham pacientemente construído ao longo dos anos e através de inquéritos por questionário (cada inquérito conduzia a um livro, por vezes anos mais tarde: *Les Héritiers*, *La Reproduction*, *La Distinction*, *L’Amour de l’Art*, *La Noblesse d’Etat...*) com as suas colaboradoras e colaboradores assentava inteiramente neste postulado cientista e, mais precisamente, na sua versão estruturalista mais pura (esquemáticamente: “Não pensamos, *somos pensados* pelas ideologias que nos atravessam; não agimos, *somos agidos* pelas relações sócio-estruturais que definem o nosso lugar...”). Mas nos anos 80, este orgulhoso postulado cientista começou a perder a sua soberba. O próprio Passeron estava a afastar-se dele...

Bourdieu considerou que era demais: a sociologia corria o risco de cair uma vez mais no espaço dos estudos literários. Pelo contrário, tinha de ser mantida no espaço da ciência a todo o custo! Ele tinha dado carta-branca a um dos seus melhores discípulos, Michael Pollak, para preparar um número da sua revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* sobre o tema *controverso* das histórias de vida. Ele próprio, mobilizado por muitas outras tarefas, não tinha acompanhado o assunto. Quando os manuscritos destinados a serem publicados nesta edição estavam finalmente prontos (eu tinha sido contactado e tinha feito uma proposta para um artigo, mas não obtivera resposta...) Bourdieu demorou algum tempo a lê-los. Descobriu então que, em vez de destruir e acabar com a legitimidade metodológica e científica das histórias de vida, estes artigos apresentavam muito mais matizes. Furioso — e pressionado pelo tempo — escreveu apressadamente um texto curto e polémico de nove parágrafos violentos que intitulou “A ilusão biográfica” [*L’illusion biographique*] (Bourdieu, 1986). Embora este texto seja um dos argumentos mais fracos que Bourdieu alguma vez escreveu, o “efeito assinatura” (o facto de ter uma assinatura famosa) significa que este artigo já terá sido citado quase 2.500 vezes até ao momento (de acordo com o GoogleScholar).

A carga de Bourdieu

O ataque frontal começa logo na primeira frase: “A história de vida é uma dessas noções do *senso comum* [na opinião de Bourdieu, “senso comum” é apenas uma

coleção de estereótipos que as pessoas repetem sem pensar; é o grau zero da verdade científica] que entrou *em contrabando* no universo científico; inicialmente, sem muito alarido, entre etnólogos, depois, mais recentemente, *com estardalhaço*, entre sociólogos" (Bourdieu, 1986, p. 69, *itálico acrescentado*).

A intenção assassina não podia ser mais clara: normalmente, depois desta primeira carga de cavalaria a todo o galope, não deveria restar nada no campo de batalha a não ser os destroços espalhados dos pseudo-sociólogos que tentaram introduzir em contrabando a história da vida no universo da sociologia científica. Ninguém, depois disso, se atreveria alguma vez a tentar novamente!

Durante muito tempo, interroguei-me porque é que Bourdieu, que conhecia perfeitamente bem a arte etnográfica do trabalho de terreno e que a praticou na Cabília — com e graças a Abdelmalek Sayad — bem como na sua região natal de Béarn, rejeitou com tanta fúria as narrativas de vida, uma técnica decorrente dessa mesma tradição etnográfica que ele tinha em grande estima. Obviamente senti-me visado, embora o meu nome não tenha sido mencionado (porque isso ter-me-ia dado visibilidade...); mas eu era claramente o alvo. Ora eu era apenas um modesto investigador do CNRS [Centre national de la recherche scientifique], sem responsabilidades de ensino em França e, portanto, sem estudantes. Não estava à procura da fama; e não estava a ameaçar a sua fama já estratosférica. Então, porquê tanto ódio?

Porém, com a distância que o tempo permite, tudo se tornou mais claro. Por trás de uma discussão aparentemente metodológica sobre o valor heurístico das narrativas de vida, escondia-se efetivamente uma questão de considerável importância, da qual, com os seus dez anos de reflexão adiantada em relação a mim, ele estava muito mais consciente do que eu: deve-se — ou não — reconhecer uma certa *capacidade de ação autónoma* aos indivíduos?

Responder afirmativamente seria minar os próprios alicerces de todo o edifício estruturalista... Mas se levarmos a sério o que alguém que improvisa a sua narrativa de vida diz, se pensarmos que, ele ou ela, aproveita a oportunidade única que lhe foi dada para falar a verdade, então descobriremos que ele ou ela investiu de facto muita esperança e energia num número reduzido de *projetos* que lhe eram caros e que davam significado tanto à sua vida quotidiana como ao seu horizonte futuro. E acima de tudo, que ele/ela implementou *cursos de ação autónoma ao longo do tempo*³ para realizar esses projetos, os SEUS projetos, em *contextos* que foram sendo descobertos à medida que avançava. Como diz,

3 Este conceito pós-estruturalista fundamental só me apareceu muito mais tarde através do trabalho de Catherine Delcroix.

tão simples e tão bem, o pequeno poema de António Machado: “*Caminante, no hay camino, Se hace camino al andar*”.

Esta capacidade de se projetar num futuro próximo e de agir em conformidade (seja para realizar um projeto, seja, pelo contrário, para evitar um “acidente” previsível) é uma das principais características que nos distingue, nós, seres humanos, dos objetos passivos capturados por campos de força com os quais as ciências físicas lidam. “O Homem é definido pelo seu projeto”, escreveu Sartre... Bourdieu não o ignorava, obviamente; mas reconhecê-lo publicamente teria significado o abandono do projeto cientista. Isso estava fora de questão! Daí esta ação de retaguarda, conduzida com grande vigor, talvez enquanto se procurava uma vacina contra esta nova praga: as narrativas de vida.

Mas a “praga” ia ganhando terreno de forma incessante. E, efetivamente, apenas sete anos mais tarde — apenas *sete anos mais tarde!* — um sociólogo francês *atreveu-se a publicar um livro de 947 páginas* constituído principalmente por transcrições literais de 52 histórias de vida! Esta obra escandalosa intitula-se *La Misère du monde* (*A miséria do mundo*). O material recolhido e publicado — 52 entrevistas biográficas — é, aliás, muito interessante. Mas quem é o autor? Que sociólogo francês ousou transgredir a proibição que Bourdieu tinha formulado tão vigorosamente sete anos antes, em 1986? Tratou-se, na verdade, de uma equipa de 22 sociólogos que recolheram narrativas de vida de mulheres e homens que viviam — em França — uma ou outra forma de precariedade das suas condições de vida. Uma tarefa enorme.

Mas quem foi então o iniciador e inspirador, *quem* foi então o líder desta grande equipa? Ah pois, foi o próprio Bourdieu... Em 1986, opunha-se à introdução das histórias de vida no território sagrado do universo erudito, tal um chefe da guarda fronteira. Em 1993, apareceu de repente como aquele que tinha organizado o contrabando das narrativas de vida e, já agora, em grande escala...

Num longo ensaio intitulado “Compreender” que fecha *La Misère du monde* (Bourdieu, 1993), Bourdieu desenvolve o seu novo ponto de vista. Dá lugar a uma pequena parte de autocrítica (uma novidade para ele): sim, finalmente, é preciso ouvir o que as pessoas dizem acerca da história que viveram, é interessante apesar de tudo. Mas sob a aparência de um início de abertura, Bourdieu não desiste do essencial. Continua convencido de que os comportamentos de um agente situado num determinado “campo”, apesar da sua aparência de autonomia, são de facto *previsíveis* assim que se conhece a sua posição (relacional, objetiva) nesse “campo”. E embora aceite que os agentes de um “campo” tenham as suas próprias estratégias e as implementem, este conceito de “campo” (sem dúvida o melhor de todos os conceitos propostos por Bourdieu) tem a

imensa vantagem de restaurar a sua previsibilidade. Assim, o carácter científico da sociologia está salvo: doravante, armado com o novo conceito de “campo”, ganhou o direito de permanecer dentro do espaço das ciências...

A publicação de *La Misère du monde* (Bourdieu, 1993) constitui certamente um ponto de viragem na história intelectual de Bourdieu e da sua equipa. Não é, contudo, uma viragem de 180 graus; é antes uma inflexão de trajetória, que será completada pelo livro *Méditations pascaliennes* (Bourdieu, 1997). *La Misère du monde* (Bourdieu, 1993) mostra que Bourdieu — e os membros da sua equipa — acabaram por descobrir duas das virtudes das narrativas da vida; mas há pelo menos *outras cinco* que continuaram a ignorar.

Sete virtudes das narrativas de vida

Uma narrativa de vida, desde que o seu autor se sinta livre e autorizado a “dizer tudo” — mesmo que obviamente não diga tudo... — dá efetivamente acesso à sua interioridade, à sua *Weltanschauung* [visão do mundo], à sua forma de perceber e avaliar o mundo exterior, bem como o lugar que ele/ela ocupa neste mundo; ao que se orgulha de ter realizado, ao que teria desejado ser e realizar... Resumindo numa só palavra, a narrativa de vida dá acesso à sua *subjetividade*.

Os antropólogos sempre souberam disso; e alguns sociólogos também, a começar por William I. Thomas e os seus colegas da Escola de Chicago. O que descobrira finalmente, após muitos outros, no final dos anos 1980, o autor de *Comprendre* (o título é um piscar de olhos a Max Weber e ao seu famoso *Verstehen...*) não era nada de novo. Na área germânica dos *Kulturwissenschaften* [estudos culturais], por exemplo, há muito que historiadores e sociólogos tinham sabido mobilizar esta virtude das narrativas de vida: dar acesso a uma subjetividade individual. E que tinham compreendido que numa dada sociedade (e mesmo em cada um dos meios sociais que a compõem) a subjetividade de cada membro “reflete” à sua maneira, como se fosse um pequeno espelho personalizado, a história coletiva e as dinâmicas sócio-estruturais dessa sociedade, desse meio social.

A outra virtude da narrativa de vida que Bourdieu descobriu e da qual foi capaz de tirar proveito — já que a obra *La misère du monde* (Bourdieu, 1993), se vendeu muito bem — é, chamemos-lhe assim, a sua notável *expressividade*. Foi, aliás, esta expressividade que me atraiu para a sociologia: quando ainda era um jovem engenheiro com uma carreira promissora, fiquei tão fascinado pela leitura da obra de Oscar Lewis (1970), *Os Filhos de Sánchez*, que projetei mudar de

profissão e fazer como Oscar Lewis: recolher testemunhos fortes que, de certa forma, falariam por si só⁴.

Assim, eis que um eminente sociólogo reconhecia, finalmente, duas virtudes das narrativas de vida. Era um bom começo, mas a minha experiência como investigador a tempo inteiro tinha-me ensinado que havia outras, além destas duas. Acumulei ou partilhei ao longo da minha carreira, e sempre em equipa, muitas experiências de recolha e análise de narrativas de vida; aliás, nunca apenas uma de cada vez, mas sempre *várias* narrativas de vida de uma “amostra” de pessoas que viveram no mesmo *mundo social*, ou uma mesma *situação*, que viveram *trajetórias* sociais semelhantes ou que pelo menos partilharam a mesma *experiência* forte e prolongada... Quando, por ocasião de uma conferência, tentei muito mais tarde fazer um balanço das principais “propriedades” das narrativas de vida, encontrei sete (Bertaux, 2014). Limitar-me-ei a dizer aqui algumas palavras a este respeito.

Já encontrámos a *Expressividade* e a *Subjetividade*. Parece-me que devemos acrescentar a *Singularidade* (cada indivíduo é único, singular, mas ao mesmo tempo carrega consigo a universalidade da condição humana...) e outras quatro “propriedades” que denominei *Atividade*, *Conectividade*, *Contextualidade* e *Historicidade*. Vejam o texto “Sept propriétés des récits de vie” (Bertaux, 2014), para compreender exatamente a que se refere cada um destes termos.

4 Eu era certamente ingênuo, mas não era o único. Muito mais tarde descobri que Sartre e Simone de Beauvoir também tinham ficado fascinados pela leitura deste livro, que é composto principalmente por transcrições de entrevistas com as quatro crianças, dois rapazes e duas raparigas, de um pequeno camponês mexicano que emigrou, como milhões de outros, para a periferia da Cidade do México. Cada um dos quatro jovens conta a sua vida aventureira (o mais velho tentou emigrar para os Estados Unidos) com tanta eloquência e verve que o leitor lê o texto como se fosse um (excelente) romance. Simone de Beauvoir tinha concluído que os escritores e a literatura não seriam doravante necessários, uma vez que quatro jovens sem instrução, quatro jovens entre muitos outros, contavam histórias emocionantes espontaneamente. A partir de agora, pensou ela, os escritores não teriam de puxar pela cabeça para imaginar personagens fictícios, as suas relações e diálogos, teriam simplesmente de ligar aquele novo instrumento mágico, o gravador, e registariam e transcreveriam e depois imprimiriam o resultado. O resultado seriam dezenas, centenas, milhares de livros tão bons de ler como *Os Filhos de Sánchez* (Lewis, 1970). Sartre estava quase tão entusiasmado como ela; apenas acrescentou que talvez um escritor adquirisse mais tempo para refletir, ou até mesmo um horizonte um pouco mais amplo... A verdade é que as quatro narrativas de vida dos jovens não são transcrições verbatim, mas resultam de um processo de reescrita. Foram reescritas respeitando certamente o que cada orador queria dizer, mas muito mais fluídas a ler do que transcrições reproduzindo com exatidão as palavras de cada um. Posso dizer isto por experiência, mas o leitor poderá convencer-se disso comparando, no livro de Adelaïde Blasquez (1976) Gaston Lucas, serrurier. *Chronique de l’anti-héros* publicado na famosa coleção *Terre Humaine*, as transcrições textuais e a sua reescrita antes da publicação: uma reescrita absolutamente honesta, mas indispensável, simplesmente porque as regras que regem a forma escrita de uma língua não são de todo as mesmas que as que regem a(s) sua(s) forma(s) oral(ais).

Na realidade, o que me interessava, enquanto refletia sobre as “virtudes” das narrativas de vida, era elencar *os tipos de fenómenos sócio-históricos* que as narrativas de vida — e talvez só elas — nos permitem observar, ver. Assim, teria provavelmente sido preferível falar de *capacidades* em vez de *propriedades*.

Para que compreendam, vou pegar no exemplo dos telescópios astronómicos. As suas *propriedades*, no sentido estrito, são expressas em termos técnicos (poder de ampliação, poder de resolução, largura de espectro, etc.) que só os engenheiros e os astrónomos compreendem. O que interessa aos não-especialistas — ou seja, à maioria de nós — é a *capacidade* deste ou daquele telescópio nos dar a ver este ou aquele fenómeno do Universo. Na mesma noite em que Galileu desenvolveu o seu famoso telescópio — pouco importa o seu poder ampliação — e que o apontou para os astros no céu, descobriu as fases da Lua e os anéis de Saturno... Hoje em dia, os telescópios mais avançados podem capturar a radiação de fontes de luz muito antigas, uma radiação que remonta quase à origem do próprio cosmos.⁵

Relativamente às narrativas de vida, o que me interessava, portanto, era explicar as suas *capacidades*, em vez de elencar as suas *propriedades*. Por exemplo, uma das suas *propriedades* no sentido estrito é o seu carácter narrativo, a sua narratividade. Quando os sociólogos norte-americanos descobriram esta *propriedade* — que para os praticantes das narrativas de vida era uma trivialidade — deram-lhe muita importância. Falaram de *narratives* páginas a fio e de *narrative turn*, de *narrativity* e de *narrative consistency*, e até foi criada uma revista, *The Narrative Study of Lives*. Mas será que pensaram em identificar com precisão o tipo de fenómenos sócio-históricos que as *narratives* permitem estudar? Não, porque confundiram as *características intrínsecas* (ou “propriedades” no sentido literal) deste ou daquele método com as suas *capacidades*. No caso das narrativas de vida, formas narrativas por excelência sem dúvida alguma, o que interessa aos investigadores em sociologia é que elas, e só elas, têm a capacidade de dar acesso a descrições dos *curros de ação ao longo do tempo* desta ou daquela pessoa. Talvez também permitam, aliás, o acesso aos cursos de ação empreendidos por pequenos grupos de pessoas organizadas e determinadas a alcançar um certo objetivo...

Dou este exemplo para que compreendam bem a diferença entre *propriedades* (aqui a narratividade) e *capacidades* das narrativas de vida enquanto método sociológico. O que é interessante para a investigação sociológica não são as *propriedades*; são as *capacidades*.

5 Como disse, de forma muito visual, o astrónomo do Quebec Hubert Reeves: À medida que conseguimos captar uma radiação cada vez mais arcaica, emitida há vários milhares de milhões de anos, voltamos atrás no tempo e aproximamo-nos do momento do nascimento do Universo. E, inevitavelmente, chegará o dia em que finalmente teremos um vislumbre (pausa...) a Mão de Deus...

O que designei por *Expressividade* é, de facto, uma *propriedade* das narrativas de vida. Mas é a única *propriedade* (no sentido estrito) que consta na minha lista de sete “propriedades”; as outras seis são, na realidade, *capacidades* das narrativas de vida; e são, na sua maioria, *capacidades* exclusivas. Para além da narrativa de vida, que outro método empírico de sociologia dá ao sociólogo a capacidade de conhecer a história singular de um indivíduo? Ser capaz de reintegrar a história deste indivíduo na história coletiva do seu meio social, da sua classe social, da sua sociedade? Compreender a partir de dentro, por assim dizer, o que o/a levou a seguir obstinadamente cursos de ação, e a agir da forma como agiu em momentos cruciais? Conhecer as suas redes de relações em diferentes momentos da sua vida, relações que provavelmente o/a ajudaram a encontrar o primeiro emprego, ou mesmo o seu parceiro ou parceira; a mudar de emprego, a aproveitar as oportunidades no momento em que surgiam? Compreender em que contextos locais ele/ela agiu? Estas *capacidades* são precisamente o que propus chamar — respetivamente — *Singularidade*, *Historicidade*, *Atividade*, *Conectividade* e *Contextualidade*. Por fim, é de acrescentar a *capacidade*, analisada mais acima, de restaurar pelo menos parcialmente a *Subjetividade* de uma pessoa, a montante dos seus cursos de ação, da sua “Atividade”.

Assim, por detrás de um título — “Sept propriétés...” (Bertaux, 2014), que retrospectivamente parece de certa forma enganador — trata-se de uma lista que, na verdade, inclui apenas uma *propriedade* real, a *Expressividade*; e seis *capacidades* designadas de acordo com o tipo de fenómeno social-histórico que a narrativa de vida nos permite observar.

Conclusão

Edgar Morin, certamente uma das mentes mais criativas do nosso tempo — em breve celebrará o seu centésimo aniversário — ensinou-nos a não confundir conhecimento com simplicidade. O mundo da física é muito mais simples do que o mundo dos seres vivos, o mundo biológico (o planeta azul); e este último, apesar da sua complexidade é, em si, muito menos complexo do que o mundo sócio-histórico da humanidade. As múltiplas dinâmicas — contraditórias ou não — que estão em ação nas profundezas do nosso mundo sócio-histórico são muito mais complexas do que as que animaram a vida biológica no planeta azul durante milhões de anos de evolução; e estas, por sua vez, são de uma *ordem de grandeza* maior, em complexidade, do que o mundo físico inanimado.

É por isso que os esforços para descobrir “leis sociais” (incluindo “leis económicas”) que poderiam ser expressas com fórmulas matemáticas, tal como sucede

com as leis que governam o mundo físico, parecem um tanto ingênuas para qualquer pessoa com alguma cultura científica.

O que é necessário para avançar no conhecimento é trabalhar no desenvolvimento de *métodos de observação do mundo sócio-histórico* que permitam aceder às *dinâmicas* que o produzem e o transformam permanentemente. Deste ponto de vista, as narrativas de vida têm o seu lugar na panóplia de métodos de uma sociologia que está consciente da dimensão histórica do seu objeto, “a sociedade”.

Vou parar por aqui com esta breve apresentação de um método que ainda é pouco conhecido, mas que penso ter um futuro brilhante pela frente em virtude da riqueza dos dados que permite recolher e analisar. Mas antes de terminar, gostaria de expressar a minha gratidão a um intelectual português que, muito antes de todos os meus colegas franceses, conseguiu perceber o valor de uma ideia nova que eu tinha desenvolvido fora dos caminhos trilhados até então.

Esta ideia revolucionária é que cada sociedade, desde a mais primitiva até à mais desenvolvida, não pode funcionar com base *num único* processo de produção, o processo de produção — e distribuição — das *coisas* necessárias à vida (aquilo a que hoje chamamos a economia). De facto, em qualquer sociedade, este primeiro processo está associado a um segundo processo, que é de certa forma o seu oposto: *o processo de produção da própria vida*. Quando tive de lhe encontrar um nome, chamei-lhe *antroponomia*, uma vez que se trata — como Marx o escreveu aliás — “da produção dos próprios homens (e mulheres), da produção da vida”. De que se trata? De um grande número de tarefas diárias, tais como cozinhar (e tudo o que lhe está associado), dar à luz e criar uma criança, cuidar dela, ensiná-la a falar, educá-la... Estas são tarefas geralmente reservadas às mulheres em virtude das relações sociais de género; e esta é provavelmente a principal razão pela qual é tão difícil para tantos intelectuais, que são também (e principalmente) homens, compreender do que se trata.

Obviamente não tenho tempo para desenvolver esta ideia aqui.⁶ Mas se a levarmos a sério e refletirmos sobre ela, faremos uma descoberta importante: há mais de um século que a produção *antroponómica* não se limita ao trabalho doméstico, há muito tempo que vai além do contexto familiar e que foi incorporada por instituições tão sofisticadas como — por exemplo — hospitais ou universidades (mas também, claro, maternidades, clínicas e o conjunto de profissionais de saúde liberais, assim como todos os tipos de escolas). De facto, os milhões de horas de trabalho efetuadas pelos seus empregados não produzem qualquer objeto

6 Liliana Azevedo enviou-me um *link* para uma breve intervenção de uma intelectual indiana versátil, Vandana Shiva, que desenvolve a mesma ideia com notável concisão (Cf. Shiva, 2013).

material, qualquer mercadoria. São os “corpos” (no sentido de Michel Foucault, que incluiu no termo “corpo” o espírito que nele habita) e as suas energias vivas que neles são produzidas. *Produzidos* de facto, e não apenas “reproduzidos” (um termo demasiado redutor: como se criar uma criança fosse apenas um processo de re-produção, enquanto que o termo “produção” estaria reservado a fábricas hoje em dia quase automatizadas...).

Basta analisar o Produto Interno Bruto dos países mais desenvolvidos, ramo por ramo (de produção), sector por sector (de produção), para constatar que a produção “das próprias pessoas, da vida” (produção *antropométrica*), mobiliza atualmente uma proporção, que todos os anos aumenta, da população ativa sob a forma enganosa de “serviços às pessoas”, enquanto se verifica o contrário em relação à produção industrial ou agrícola (cf. Bertaux, 2015).

Apresentei esta ideia pela primeira vez nos anos 1970. Em França, a sua difusão esbarrou contra o ceticismo dos intelectuais masculinos (“A sua ideia de produção das pessoas é uma metáfora”, disse-me Alain Touraine fugazmente. Ele pretendia dizer “É apenas uma metáfora”).

Foi de Portugal que veio o primeiro sinal positivo. Efetivamente foi em Portugal que o meu primeiro livro, *Destinos pessoais e estrutura de classe* (Bertaux, 1977/1978), (*Destins Personnels et Structure de Classe*, 1977), cujo sub-título era “Pour une Critique de l’Anthroponomie Politique”, foi traduzido e publicado; em 1978, um ano apenas após a sua publicação em francês.

Ora, o intelectual português que tomou a iniciativa de o traduzir e de o publicar em Lisboa não era sociólogo; era um *escritor*. Um escritor que precisava de dinheiro, possivelmente, mas que já era conhecido em Portugal e que poderia ter escolhido traduzir um romancista francês famoso em vez da obra do jovem e desconhecido sociólogo que eu era na altura.

É de acreditar que ele estava muito interessado no livro. Eu não o conhecia, o seu nome não me dizia nada, a minha editora francesa não me disse quem ele era. Dez anos mais tarde, um colega português disse-me: Daniel, percebeste quem é que traduziu o teu livro para português? Foi José Saramago! E ele disse-me quem era Saramago, que era um grande escritor. Fiquei... petrificado.

Onde quer que esteja hoje, caro José Saramago, agradeço-lhe do fundo do coração por se ter empenhado nesta tradução. Uma tradução que provavelmente estará melhor do que o original... Este livro é sobre a produção da vida. Finalmente, haverá algo, do ponto de vista coletivo, que seja mais importante do que isso?

Notas

Por decisão pessoal, a tradução segue o novo acordo ortográfico.

Referências

- Bertaux, D. (1976). *Histoires de vie – ou récits de pratiques? Méthodologie de l’approche biographique en sociologie*. Rapport de recherche, C.O.R.D.E.S.
- Bertaux, D. (1978). *Destinos pessoais e estrutura de classe* (J. Saramago, Trad.). Editora Moraes. (Obra originalmente publicada em 1977)
- Bertaux, D. (2014). Sept propriétés des récits de vie. In S. Ertul, J.-P. Melchior, & C. Lalive d’Épinay (Dir.), *Subjectivation et redéfinition identitaire. Parcours sociaux et affirmation du sujet* (pp. 29-52) Presses Universitaires de Rennes.
- Bertaux, D. (2015). Le care comme partie émergée de la production de la vie. *Revue des Sciences Sociales*, 52, 118-128. <https://doi.org/10.4000/revss.3257>
- Bertaux, D. (2020). *As Narrativas de Vida* (L. Azevedo, Trad.). Mundos Sociais. (Obra originalmente publicada em 2016, 4ª ed.)
- Blasquez, A. (1976). *Gaston Lucas, serrurier. Chronique de l’anti-héros*. Editions Plon.
- Bourdieu, P. (1986). L’illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62-63, 69-72.
- Bourdieu, P. (Dir.) (1993). *La Misère du monde*. Editions du Seuil.
- Bourdieu, P. (1997). *Méditations Pascaliennes*. Le Seuil.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J. C., Passeron, J. C. (1968). *Le métier de sociologue*. Ecole pratique des hautes études / Sorbonne édition.
- Lewis, O. (1970). *Os Filhos de Sánchez*. Editora Moraes.
- Shiva, V. (2013, 3 de setembro). *As mulheres e a construção do novo mundo* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=XcKx-uE4xrw&t=4s>

Data de submissão: 05/07/2021 | **Data de aceitação:** 31/12/2021



SOCIOLOGIA DA CULTURA EM PORTUGAL Gênese e consolidação de uma especialidade sociológica

SOCIOLOGY OF CULTURE IN PORTUGAL Emergence and consolidation of a sociological specialty

Bruno Baptista

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Sociologia, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Cidade Universitária de Lisboa, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.
E-mail: bruno.m.s.baptista@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4830-7373>

Telma Talina Mendes

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Sociologia, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Cidade Universitária de Lisboa, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.
E-mail: telma_mendes@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1643-6426>

Fernando Luís Machado

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Sociologia, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Cidade Universitária de Lisboa, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.
E-mail: fernando.machado@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8711-0338>

Resumo: Numa perspetiva sociohistórica, analisa-se a génese e consolidação da sociologia da cultura em Portugal enquanto especialidade sociológica. A partir de contributos teóricos e metodológicos da sociologia da ciência, analisam-se a origem e o trajeto daquela especialidade, as bases institucionais em que assentou o seu desenvolvimento e os fatores externos e internos ao campo sociológico que favoreceram esse desenvolvimento. Identificam-se também os temas constitutivos da sua agenda de investigação, a importância relativa desses temas em termos de volume de publicação, as obras de referência e os contextos institucionais e científicos associados à formação dessa agenda temática.

Palavras-chave: sociologia da ciência, sociologia da sociologia, especialidade sociológica, sociologia da cultura.

Abstract: The current paper analyses the genesis and consolidation of sociology of culture in Portugal as a sociological specialty, in a sociohistorical perspective. Considering the theoretical and methodological contributions of sociology of science, the paper analyses the origins and the path of Portuguese sociology of culture, the institutional foundations that supported its development, as well as the external and internal factors that favored that same development. It also aims to identify the main topics of the research agenda, its relative significance in terms of publication volume, reference works, and the institutional and scientific contexts of that agenda.

Keywords: sociology of science, sociology of sociology, sociological specialty, sociology of culture.

Introdução: a cultura nas ciências sociais

O conceito de cultura tornou-se insubstituível na procura pela compreensão da constituição da subjetividade e ação humana. Uma primeira definição adiantada pelos académicos das ciências sociais europeias no início do século XX identificava a cultura como o “que de melhor se dizia e pensava” (Turner, 2009, pp. 4-5), o capital intelectual de uma elite, a aptidão artística e a capacidade do público de compreender os artefactos e as elaborações intelectuais destes criadores e pensadores e de lhes atribuir uma avaliação que lhes fizesse justiça e os legitimasse. Mais tarde, surge uma segunda tentativa de definir o conceito que vem envolver as forças mentais e morais da vida humana (Scott, 2011), abordagem que alude a uma linguagem partilhada de significados, símbolos, sentimentos e representações que orientam os indivíduos de uma determinada sociedade no seu quotidiano através da construção daquilo que se torna o senso comum, os costumes e estilos de vida. Cultura vem, então, substituir ideias que estavam até então associadas pela filosofia ao espírito (*geist/esprit*) e à alma (*seele/arne*).

As primeiras abordagens sociológicas ao conceito de cultura são indissociáveis da própria génese da sociologia. Análises sobre a(s) cultura(s) das sociedades europeias estão presentes nos estudos pioneiros de autores clássicos como Weber, Durkheim, Marx, Simmel e dos transatlânticos associados à Escola de Chicago. Foi, em boa parte, através das constantes reinterpretações das obras clássicas que este subdomínio da sociologia começou a dar os primeiros passos em direção à diferenciação e consolidação. Um dos princípios fundamentais da sociologia da cultura, na sua fase inicial, é o de que os significados dos símbolos, representações, ideologias, são relacionais, isto é, são desenvolvidos entre indivíduos em concordância ou em contraste com outras representações sociais. A sociologia da cultura (que foi sendo criada à medida que ia sendo institucionalizado o estudo da cultura enquanto objeto) veio, então, dar uma forma mais composta ao conceito, adicionando-lhe um carácter crítico daquela que era a visão de outras ciências sociais, nomeadamente a antropologia, que, apesar dos seus imprescindíveis contributos, definiria cultura de uma forma totalizadora, instrumentalizando o termo como medida de comparação entre as diferentes pessoas e sociedades do mundo¹, mas também das visões pretensiosas das humanidades que definiam cultura como a vanguarda académica,

1 A não esquecer, também, os contributos da antropologia a nível metodológico, sobretudo o método etnográfico, utilizado na análise e comparação de culturas diferentes. Esta herança é notória até na sociologia da cultura contemporânea, em que predominam os métodos de análise qualitativos.

literária e artística, visões que foram expostas pelos seus efeitos de exclusão social e de manutenção de hierarquias.

A institucionalização dos estudos sociológicos sobre a cultura acabou por criar uma especialidade que hoje é conhecida como sociologia da cultura. No panorama contemporâneo, são muitas as ramificações que constituem a sociologia da cultura, domínio que foi ganhando destaque no discurso sociológico, quer como tópico de análise quer como lente para observar o social (Jenks, 1998). Na Europa, a sociologia da cultura é muitas vezes referida como uma tradição francófona, mas as teorias clássicas e a produção científica da especialidade espalharam-se por todo o continente. Em Portugal, onde a formação do campo sociológico esteve fortemente condicionada até à restauração da democracia em abril de 1974, mas conheceu um desenvolvimento rápido e sustentado nas décadas subsequentes, a sociologia da cultura constituiu-se como uma das especialidades sociológicas mais produtivas. O presente artigo visa fazer uma reconstituição sociohistórica do processo de génese e consolidação da sociologia da cultura em Portugal, assinalando as suas bases institucionais, a sua agenda temática, os seus autores e obras de referência, os contextos e fatores associados a essa génese e consolidação, não sem antes chamar a atenção para a pertinência de se aplicar a perspetiva sociológica à própria sociologia, aplicação que se pode desdobrar em múltiplas concretizações e que, neste caso, toma como objeto a formação de uma especialidade sociológica².

Sociologia da sociologia: pertinência e aplicação a uma especialidade sociológica

A sociologia, como qualquer outra disciplina científica institucionalizada, pode ser constituída como objeto de estudo sociológico, foco de uma sociologia da sociologia que contribua para a capacidade autorreflexiva da disciplina, tanto mais necessária quanto ela se tornou um campo altamente desenvolvido e diferenciado. A compreensão reflexiva das suas condições de exercício, das suas práticas e dos seus efeitos sociais pode socorrer-se, desde logo, dos instrumentos teórico-metodológicos e do património de investigação empírica da sociologia da ciência, nomeadamente dos contributos notáveis de Robert Merton e Pierre Bourdieu, decisivos para o estudo da ciência enquanto instituição social numa constante relação com contextos e fatores externos e internos ao campo científico como um todo e

2 A sociologia da cultura, e isso confirma a sua consolidação como especialidade sociológica, tem sido objeto de sucessivos balanços temáticos (Conde, 1997, 2001; Fortuna et al., 1999; Martinho, 2008) e também de um balanço autobiográfico (Santos, 2012).

entendível, também, como uma realidade histórica. Em Portugal, embora haja uma literatura abundante sobre a sociologia da autoria de sociólogos, não há muitos exemplos de aplicação dessa perspetiva sociohistórica à disciplina, que a tome como um objeto empírico igual a qualquer outro. Os estudos que mais se aproximam dessa objetivação sociológica da disciplina são os que têm incidido sobre a sua história e não tanto sobre o seu funcionamento como campo científico ou comunidade científica (Ágoas, 2013; Cruz, 1983; Garcia et al., 2014; Machado, 2020; Pinto, 2004; Silva, 2016). Entre os tópicos de investigação de uma tal sociologia da sociologia, sensível à dimensão histórica, estão a autonomia do campo sociológico e suas condições; a relação da sociologia com o campo político; as repercussões sociais da sociologia; a interdisciplinaridade; as condições de definição dos objetos de estudo e das agendas de investigação; as hierarquias internas da disciplina; as relações de cooperação, competição e conflito dentro da comunidade sociológica; e a internacionalização dos sujeitos e objetos de investigação (Machado, 2020).

A formação de especialidades sociológicas é outro tema que pode ser acrescentado a este caderno de encargos e para a sua análise podemos convocar os trabalhos de sociologia da ciência sobre a formação de disciplinas e subdisciplinas no campo científico em geral ou no campo sociológico em particular, entre os quais o artigo emblemático dos “mertonianos” Jonathan Cole e Harriet Zuckerman sobre a própria sociologia da ciência (Cappell & Guterbock, 1992; Cole & Zuckerman, 1975; Hagstrom, 1965; Stehr & Larson, 1972). Numa formulação sintética, podemos identificar três tipos de fatores associados a essa formação. Há fatores de natureza cognitiva relacionados com o trabalho corrente dos cientistas, como o confronto com novos problemas ou enigmas, a adoção de novas técnicas ou dispositivos de pesquisa ou a emergência de interpretações alternativas de determinados fenómenos. Há fatores sociais internos ao campo científico, como a busca de reconhecimento por via da inovação na escolha dos temas de pesquisa num contexto de forte competição entre investigadores ou a capacidade de os investigadores seniores atraírem estudantes, recursos e suporte institucional para a consolidação de novas frentes de pesquisa. E há, finalmente, fatores sociais externos, entre os quais estão as novas questões que as sociedades colocam a si mesmas e as levam a interpelar a ciência — ou, mais prosaicamente, as procuras das políticas públicas — ou ainda os modos de financiamento da investigação, que podem favorecer a exploração de novas zonas especializadas nas fronteiras do conhecimento disponível.

Génese e desenvolvimento de bases institucionais

Depois de restaurada a democracia em abril de 1974, a sociologia portuguesa teve um trajeto linear e progressivo de crescimento e consolidação e atingiu, no início do século XXI, um patamar de institucionalização avançada, tendo-se tornado um campo científico completo, estável e internacionalizado. Se tomarmos cinco dimensões fundamentais desse processo de institucionalização — ensino, investigação, publicação, associação, internacionalização —, verificamos em todas elas ocorrências e desenvolvimentos que justificam esta afirmação (Machado, 2020). A sociologia da cultura acompanhou esse movimento geral da disciplina e tornou-se um domínio consolidado de investigação sociológica (Tabela 1). Embora não esteja entre os domínios de investigação que apareceram ainda no tempo do Gabinete de Investigações Sociais (GIS) criado por Adérito Sedas Nunes, em 1962, em Lisboa, foi um dos que surgiram logo na década de 1970, poucos anos após o derrube da ditadura. Tomando as dimensões de institucionalização referidas acima, faremos neste ponto a reconstituição, em grandes linhas, da génese e desenvolvimento das bases institucionais que tornaram a sociologia da cultura uma especialidade plenamente estabelecida no campo sociológico em Portugal, apesar de no início ter sido recebida nos meios académico e artístico com um misto de entusiasmo e desconfiança (Santos, 2012). Apontaremos também os fatores e contextos, externos e internos ao campo sociológico, que favoreceram esse processo.

A sociologia da cultura foi, tal como todas as restantes especialidades entretanto estabelecidas, afetada pelo desenvolvimento tardio da sociologia portuguesa, extremamente limitada nos seus passos por uma ditadura de quase cinco décadas, que não permitiu o florescimento que a disciplina teve noutros países ocidentais ao longo do século XX e gerou o que Adérito Sedas Nunes chamou “desperdício de vocações sociológicas” (Nunes, 1963, p. 461). Assim, quando, em 1979, aparece a primeira publicação de sociologia da cultura em Portugal, as suas homólogas nos países europeus de referência estavam num patamar de desenvolvimento muito superior. Nesse mesmo ano, Pierre Bourdieu publicava *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, obra fundamental da sociologia, que analisa de forma inovadora as práticas e gostos culturais dos franceses e, no Reino Unido, autores de referência dos estudos culturais tinham publicado, desde o final da década de 1950, estudos igualmente influentes, como é o caso de *Culture and Society*, de Raymond Williams, *The Making of the English Working Class*, de Edward P. Thompson ou, mais tarde, de *Resistance Through Rituals. Youth Subcultures in Post-War Britain*, de Stuart Hall.

Na sua fase de arranque, a sociologia da cultura deve muito ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), a primeira instituição a

dedicar-se a este domínio de pesquisa, e a Maria de Lourdes Lima dos Santos, pioneira na aprendizagem, investigação e ensino e autora das primeiras publicações académicas da especialidade — exemplo, neste caso, para retomar a ideia de Sedas Nunes, de uma vocação sociológica não desperdiçada. A primeira dessas publicações ainda é, de resto, do tempo do GIS, no qual Maria de Lourdes Lima dos Santos entrara em 1966. GIS que só viria a transformar-se em ICS-UL em 1982, atingindo por essa via uma muito almejada estabilidade institucional. Será a mesma Maria de Lourdes Lima dos Santos que irá criar e lecionar a partir de 1983 a primeira cadeira de sociologia da cultura do país, oferecida na licenciatura em Sociologia do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, de cujo corpo docente faziam parte também outros investigadores do ICS-UL. E será ainda ela a defender, em 1985, no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, a primeira tese de doutoramento em sociologia da cultura, com o título *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, um estudo de sociologia histórica sobre a formação, nesse período, de uma nova “*intelligentsia* crítica e criativa” para o qual a autora se socorre de uma amostra de cinquenta intelectuais, cujas origens e trajetórias sociais, formação académica, profissionalização e instâncias de consagração são identificadas. Sem prejuízo de outras razões terem contribuído também para a opção por um objeto histórico, uma tal opção não pode ser dissociada da circunstância de se estar então numa fase de institucionalização inicial da investigação sociológica, e também numa fase em que as políticas científicas em Portugal eram incipientes, o que significa que não se dispunha de financiamento regular para operações custosas de recolha alargada de informação primária, como passou a ser possível mais tarde.

Se durante a sua primeira década de existência, entre 1979 e 1989, a especialidade permaneceu pouco ativa — tirando os trabalhos da fundadora, só há, nessa década, as primeiras publicações de Idalina Conde, docente do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, que tinha sido aluna de Maria de Lourdes Lima dos Santos, e com quem trabalharia durante anos —, as coisas mudam a partir da década de 1990, sob o efeito de um conjunto de fatores externos ao campo sociológico e ao campo científico no seu conjunto. Em concreto, podemos identificar três fatores, dois que favoreceram o desenvolvimento da sociologia como um todo, e por consequência também o desenvolvimento da sociologia da cultura, e um que teve uma influência específica na afirmação desta especialidade. O primeiro fator foi a expansão do sistema universitário português, ao nível das licenciaturas, mestrados e, mais tarde, de programas de doutoramento, expansão que abrangeu todas as áreas académicas, incluindo a sociologia, criando assim as condições para que novas gerações de sociólogos se formassem, parte dos quais enveredariam pela vida universitária e pela investigação. O segundo fator foi o desenvolvimento do sistema

científico nacional por via de políticas públicas inclusivas, que não deixaram de fora, antes contemplaram, as ciências sociais em igualdade de estatuto com outras áreas disciplinares. O terceiro fator foi o aumento da procura da sociologia por parte das autoridades públicas, o que, no caso da sociologia da cultura, veio a tomar a forma da constituição de um observatório, em 1996, que teve um papel decisivo na consolidação desta especialidade (Machado, 2020).

Foi neste contexto que, ao longo dos anos de 1990, se formou uma nova geração de doutorados em sociologia da cultura, que ajudaram a dinamizar equipas especializadas neste domínio em vários centros de investigação, eles próprios em processo de consolidação por efeito de políticas científicas favoráveis. Fazem parte dessa geração Augusto Santos Silva, da Universidade do Porto, Alexandre Melo e António Firmino da Costa, do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa e Eduardo Jorge Esperança, da Universidade de Évora. No caso de Augusto Santos Silva e de António Firmino da Costa os objetos escolhidos foram as culturas populares, no de Alexandre Melo, o mercado da arte e no de Eduardo Jorge Esperança, o património e as políticas culturais.

A presença em unidades de pesquisa de todo o país, em particular nas universidades públicas em que é lecionada sociologia ao nível graduado e pós-graduado, foi, com efeito, um aspeto fundamental do processo de institucionalização da sociologia da cultura. Especificando, podemos dizer que esse aspeto se desdobra em quatro planos: *i*) aumento do número de centros de investigação com enfoque nas temáticas culturais; *ii*) interpenetração entre especialidades sociológicas, no contexto da cada vez maior diferenciação interna de abordagens e temas, em que uma determinada especialidade vai muitas vezes beber a outras; *iii*) interdisciplinaridade, mais presente em alguns centros do que noutros e também com configurações diferentes, mas que faz *jus* a uma tradição histórica da análise da cultura em várias ciências sociais; e *iv*) internacionalização, através da cada vez mais frequente formação de equipas com investigadores estrangeiros e portugueses e consequente formação de redes, partilha de dados e divulgação de resultados no plano internacional.

No curso do processo de institucionalização da sociologia portuguesa, a sociologia da cultura foi-se afirmando em cada vez mais lugares e, chegados a uma fase de institucionalização avançada da disciplina, verificamos que a especialidade é pesquisada por equipas multigeracionais nos principais centros de investigação sociológica do país. Em termos históricos, o destaque vai, como já vimos, para o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), logo seguido pelo Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (CIES-Iscte). O ICS-UL tem investigadores que muito contribuíram

para o avanço do domínio, desde logo a fundadora Maria de Lourdes Lima dos Santos, mas também José Machado Pais, da geração seguinte, com contributos no tema das práticas culturais, e Teresa Duarte Martinho, de uma geração posterior, que tem desenvolvido pesquisa regular sobre instituições, atividades e políticas culturais e sobre profissionais da cultura. No final de 2020, o grupo de investigação “Identidades, Culturas, Vulnerabilidades” do ICS-UL, assente em métodos etnográficos, era coordenado pela antropóloga Susana de Matos Viegas e contava maioritariamente com outros antropólogos e “sociólogos inclinados para a antropologia”.

O CIES-Iscte, por sua vez, sendo a unidade de investigação que concentra o maior número de sociólogos a nível nacional, tem uma equipa ampla, reunida no grupo de investigação “Sociedade do Conhecimento, Competências e Comunicação”, muito abrangente quanto ao âmbito temático, âmbito que se estende à sociologia da cultura. Além dos contributos pioneiros de António Firmino da Costa sobre as culturas populares urbanas, de Idalina Conde, no estudo da arte, artistas e públicos, e de Alexandro Melo sobre os mercados da arte, há os trabalhos de Eduardo de Freitas, em colaboração com Maria de Lourdes Lima dos Santos, sobre práticas de leitura. O centro acolheu, depois da extinção do Observatório das Atividades Culturais, em 2013, os principais colaboradores desse observatório, com destaque para José Soares Neves e Rui Telmo Gomes, autores ou coautores de um grande número de publicações sobre vários temas desta especialidade.

Depois do ICS-UL e do CIES-Iscte, cronologicamente falando, a sociologia da cultura encontrou também um lugar e equipas especializadas no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) e no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC). No IS-UP, o grupo de investigação “Recomposições Sociais, Cultura e Território” tem como principais objetivos a análise das políticas culturais, dos modos de relação entre criação cultural e artística e os contextos sociais envolventes (com especial atenção às culturas juvenis urbanas e expressões musicais alternativas) e a compreensão dos processos criativos e organizacionais no meio artístico. Este grupo de investigação toma frequentemente como terreno empírico a região Norte em geral e, em particular, a cidade do Porto. Entre os investigadores que compõem o grupo destaca-se, pela produção profícua, Augusto Santos Silva, focado inicialmente nas culturas populares e, mais tarde, nas práticas e, especialmente, nas políticas culturais; mas também Helena Santos, com investigação sobre públicos da cultura; João Teixeira Lopes, com pesquisas sobre públicos da cultura e práticas culturais na região Norte e também autor ou coautor de vários estudos feitos no quadro do Observatório das Atividades Culturais; Natália Azevedo, focada não só nos públicos e na receção cultural, mas também no turismo

Tabela 1 Uma cronologia da sociologia da cultura em Portugal (1979-2018)

1979	Primeira publicação Maria de Lourdes Lima dos Santos, "Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)", <i>Análise Social</i> , 57.
1983	Primeira cadeira de "Sociologia da Cultura" no ensino superior Criada e lecionada por Maria de Lourdes Lima dos Santos na licenciatura em Sociologia do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa.
1985	Primeiro/a doutorado/a Maria de Lourdes Lima dos Santos, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com a tese <i>Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos</i> , defendida no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (orientador: José Augusto França).
1988	Primeira participação da sociologia da cultura num congresso da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) Secção temática "Sociologia da informação, do conhecimento e da cultura", no 1º Congresso da APS, com a apresentação de 17 comunicações.
1992	Primeiro/a doutorado/a da Universidade do Porto Augusto Santos Silva, <i>Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular</i> , tese defendida no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (orientador: José Madureira Pinto).
1995	Primeiro/a doutorado/a do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa Alexandre Melo, <i>O Lugar de Portugal no Mundo da Arte Contemporânea. Nem Centro nem Periferia</i> , tese defendida no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (orientadora: Maria de Lourdes Lima dos Santos)
1996	Criação do Observatório das Atividades Culturais (OAC) Criado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com financiamento do Ministério da Cultura. Primeiro/a diretor/a: Maria de Lourdes Lima dos Santos. Foi extinto em 2013. Primeiro/a doutorado/a da Universidade de Évora Eduardo Jorge Esperança, <i>Património e Comunicação. Políticas e Práticas Culturais</i> , tese defendida na Universidade de Évora (orientador: José Bragança de Miranda).
1998	Primeiro estudo de grande envergadura realizado pelo OAC M.L.L. Santos (Coord.), L. Antunes, I. Conde, A. F. Costa, E. Freitas, R. Gomes, C. Gonçalves, H. S. Gonçalves, J. T. Lopes, V. Lourenço, A. Martinho, T. Martinho, J. S. Neves, J. S. Nunes, E. Pegado, I. Pires, F. Silva, <i>As Políticas Culturais em Portugal</i> .
2006	Primeiro/a doutorado/a da Universidade de Coimbra Claudino Ferreira, <i>A Expo'98 e os Imaginários do Portugal Contemporâneo. Cultura, Celebração e Políticas de Representação</i> , defendida na Universidade de Coimbra (orientador: Carlos Fortuna).
2007	Primeiro/a doutorado/a da Universidade Nova de Lisboa Cláudia Madeira, <i>O Híbridismo nas Artes Performativas em Portugal</i> , tese defendida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (orientador: Paulo Filipe Monteiro).
2011	Secção Temática "Arte, Cultura e Comunicação" na Associação Portuguesa de Sociologia Primeiros coordenadores: Claudino Ferreira (Universidade de Coimbra), Paula Guerra (Universidade do Porto), Vera Borges (Iscte-Instituto Universitário de Lisboa).
2015	Primeiro/a doutorado/a da Universidade da Beira Interior Nuno Amaral Jerónimo, <i>Humor na Sociedade Contemporânea</i> , tese defendida na Universidade da Beira Interior (orientador: José Carlos Venâncio).
2018	Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) Criado no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Primeiro/a diretor/a: José Soares Neves.

cultural e desenvolvimento local; e Paula Guerra, que tem marcado o seu espaço na sociologia da cultura através do estudo sistemático das culturas juvenis contemporâneas, especialmente as ligadas à música, como os movimentos *punk* e *rock*.

No caso do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o grupo de investigação “Cidades, Culturas e Arquitetura” tem como principais focos temáticos o património e as culturas espaciais, assim como a cultura e o desenvolvimento urbano e as políticas culturais associadas a esse desenvolvimento, e ainda o turismo nas cidades, tópicos que, em muitos aspetos, tocam a sociologia urbana. Destacam-se, nesta unidade de investigação, Carlos Fortuna, precursor nesta linha de estudos, em particular em cidades médias, nomeadamente em Coimbra; Claudino Ferreira, que tem feito trabalho conjunto com Carlos Fortuna e fez uma investigação aprofundada sobre a Expo 98 enquanto megaevento cultural e as representações que nela se construíram sobre Portugal; Paula Abreu, cujos interesses se estendem também à produção e consumos culturais, especialmente relacionados com a música; e Pedro Quintela, com interesses nas políticas culturais, produção cultural e culturas urbanas.

O quinto conjunto de investigadores dedicados à sociologia da cultura é o da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e, diferentemente dos casos anteriores, estes investigadores encontram-se dispersos por várias unidades de investigação daquela Faculdade — Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Instituto de Comunicação, Instituto de História Contemporânea e Instituto Português de Relações Internacionais. Contam-se, neste grupo, Diogo Ramada Curto, João Sedas Nunes, João Pedro George, José Alberto Simões, Dalila Cerejo, Patrícia Pereira, Cláudia Madeira e Nuno Medeiros. No CICS.NOVA existe um grupo de investigação denominado “Educação, Conhecimento e Cultura”, mas o seu trabalho está mais ligado à educação do que à cultura. Os temas estudados pelos investigadores da NOVA FCSH são muito diversos: práticas culturais em geral e ligadas ao livro e à leitura, em particular; escritores; língua portuguesa e seus leitores; artes performativas; *rap* como cultura juvenil; *graffiti*.³

Além do trabalho realizado nos centros de investigação ao longo dos anos, a constituição, em 1996, do Observatório das Atividades Culturais (OAC) deu um grande contributo para a consolidação da sociologia da cultura como especialidade sociológica. O OAC, financiado pelo Ministério da Cultura, com a direção

3 Além do trabalho dos centros referidos, que têm a sociologia como área científica dominante ou uma das áreas dominantes, e fazem parte, por isso, do campo sociológico, é de mencionar o trabalho sobre temas culturais de alguns sociólogos integrados no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, uma unidade de pesquisa do campo das ciências da comunicação e estudos culturais. É o caso de Albertino Gonçalves, Jean-Martin Rabot, Rita Ribeiro e Emília Araújo.

científica do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, através de Maria de Lourdes Lima dos Santos — que assim prolonga o seu protagonismo na formação e desenvolvimento desta especialidade — e o apoio do Instituto Nacional de Estatística, surge com a missão de colmatar a necessidade de conhecimento científico sobre o setor cultural, de modo a apoiar a conceção, implementação e avaliação de políticas públicas. Foi justamente sobre este tema que versou o seu primeiro estudo de grande envergadura, publicado em 1998 com o título *As Políticas Culturais em Portugal*. Além dos temas diversificados da sua agenda de investigação — instituições e atividades culturais, profissionais da cultura, políticas culturais, públicos da cultura —, o observatório construiu e sistematizou indicadores sobre o setor que até então não estavam disponíveis e foram fundamentais para muitos dos estudos realizados.

Até à sua extinção em 2013 — depois da direção de Maria de Lourdes Lima dos Santos, entre 1996 e 2007, o OAC foi dirigido por José Machado Pais e por José Luís Garcia, ambos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa — o Observatório das Atividades Culturais desenvolveu 45 projetos e produziu mais de 70 publicações, materializadas em suportes editoriais próprios (coleção OBS-Pesquisas, “Docs” e Revista OBS); promoveu a participação em redes europeias de pesquisa; desenvolveu redes de relações entre sociólogos e agentes culturais; e aproximou o campo sociológico do campo político, em especial, das políticas públicas na área cultural, a nível nacional e local. Este último ponto coloca a questão do estatuto da pesquisa por encomenda na atividade dos sociólogos e, por extensão, o problema da autonomia do campo sociológico em face de instâncias externas, neste caso, o campo político. Trata-se de uma questão complexa, um objeto por excelência para a sociologia da sociologia, em que encontramos sociólogos que manifestam fortes reservas relativamente à possibilidade de essa autonomia ser mantida num contexto deste tipo e outros que consideram que o trabalho por encomenda em nada belisca o exercício do ofício de sociólogo segundo os melhores padrões deontológicos e teórico-metodológicos (Machado, 2020). Independentemente deste debate, que aqui não cabe desenvolver, é de notar que a extinção do OAC não pode ser dissociada do lugar que a cultura ocupa nas prioridades de política pública e do investimento que nesse quadro lhe é destinado. Dito por outras palavras, a extinção não é surpreendente se pensarmos que Portugal é dos países europeus que menos investe na área cultural.⁴

No final de 2018, cinco anos depois da extinção do OAC, foi constituído o Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) no Centro de Investigação e

4 Antecedido pela Grécia, Portugal é o 2º país da UE, em igualdade com o Chipre e a Itália, que menos investe na cultura, cerca de 0,6% do PIB, segundo o Eurostat (2020).

Estudos em Sociologia do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, que acolheu vários membros do descontinuado OAC, um dos quais, José Soares Neves, assumiu a direção da nova estrutura. Além deste, fazem parte do OPAC outros membros da anterior equipa do OAC, como Rui Telmo Gomes, Maria João Lima e Jorge Santos, e investigadores que colaboraram em vários estudos lá realizados, como António Firmino da Costa, aqui na qualidade de membro do Conselho Consultivo, do qual faz também parte Maria de Lourdes Lima dos Santos. Os principais objetivos do OPAC são a produção e divulgação pública de dados sobre os diversos domínios culturais, a contribuição para os debates em torno da cultura e o acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Uma diferença fundamental entre o OAC e o OPAC, embora haja uma subentendida passagem de testemunho entre os dois, é que o OPAC não conta com o financiamento regular do Ministério da Cultura de que aquele beneficiava, dispondo apenas do financiamento atribuído, caso a caso, aos projetos que desenvolve.

O trabalho desenvolvido nos centros de investigação de todo o país e o impulso adicional dado pelo Observatório das Atividades Culturais — e, mais recentemente, a uma escala ainda limitada, pelo Observatório Português das Atividades Culturais —, fizeram com que o volume de publicação em sociologia da cultura crescesse na década de 1990 e mais ainda nas décadas seguintes, em contraste com os anos de 1980, em que, como nota Santos (2012), se observou um crescimento muito lento, explicado pela falta de encomendas e respetivo financiamento e também, acrescentamos nós, pela falta de financiamento para a investigação científica em geral, sociologia incluída. A *Bibliografia Temática e Cronológica da Investigação Sociológica em Portugal (1964-2018)*, compilada por Machado (2020), mostra claramente essa evolução do volume de publicação. A bibliografia, com 2.074 referências, da autoria ou coautoria de sociólogos, inclui artigos publicados em 16 revistas científicas editadas em Portugal, livros e capítulos de livros de editoras generalistas e editoras especializadas de ciências sociais, e teses de doutoramento. A análise da distribuição dessas 2.074 referências ao longo do tempo revela que 72% são datadas de 2000 em diante e 37% são dos anos de 2010 a 2018. Na sociologia da cultura, os valores homólogos são 70% e 31%, respetivamente.

Outra forma de ilustrar o grande aumento do volume de produção científica nesta área é a contabilização das teses de doutoramento em sociologia da cultura concluídas entre 2000 e 2018, contando apenas as que foram publicadas em livro e as que, não o tendo sido, têm como autores docentes de carreira do ensino superior. Trata-se de um conjunto numeroso em que se conta a tese de João Teixeira Lopes (2000), sobre práticas culturais no Porto; a de Jorge Manuel Martins (2005), sobre os profissionais do setor do livro; a de Claudino Ferreira (2006), sobre as representações de Portugal no contexto da Expo 98; a de Vera Borges (2007), sobre o mundo do

teatro; a de Cláudia Madeira (2007), sobre o hibridismo nas artes performativas; a de Luís Melo Campos (2008), sobre músicos e modos de relação com a música; a de José Alberto Simões (2010), sobre o *hip-hop*; a de Paula Abreu (2010), sobre a indústria musical e o mercado da música; a de Dulce Magalhães (2010), sobre a cultura do vinho; a de Teresa Duarte Martinho (2011), sobre os mediadores culturais; a de André Brito Correia (2012), sobre a experiência teatral; a de João Pedro George (2013), sobre literatura “maldita”; a de Paula Guerra (2013), sobre o mundo do *rock* alternativo; a de Idalina Conde (2014), sobre a singularidade dos artistas; a de Natália Azevedo (2014), sobre políticas culturais e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto; a de Nuno Amaral Jerónimo (2015), sobre o humor; a de Manuela Reis (2016), sobre cidadania e património; e a de Nuno Medeiros (2018), sobre o setor da edição e difusão do livro. São, na grande maioria dos casos, teses elaboradas por docentes e investigadores universitários, de todas as regiões do país, especializados no domínio da cultura, e que dão testemunho, tanto os autores como as teses, do grau de consolidação atingido por esta especialidade sociológica.

Um último aspeto da institucionalização da sociologia da cultura é o relativo aos eventos científicos de apresentação e debate de resultados de investigação, sejam eles eventos generalistas com espaço para esta especialidade, sejam eventos específicos deste campo temático em concreto, de âmbito nacional ou internacional. Esses eventos têm ocorrido em grande número, por iniciativa de instituições diversas, e por essa razão a sua análise extensiva seria certamente proveitosa. Mas porque tal análise não cabe no âmbito deste artigo, consideremos somente os 11 congressos nacionais organizados desde 1988 pela Associação Portuguesa de Sociologia. Verificamos que em todos eles a sociologia da cultura esteve representada em mesas próprias e que, nesse âmbito, foram apresentadas e publicadas nas respetivas atas perto de duas centenas de comunicações. A presença regular e ativa da sociologia da cultura na esfera do associativismo científico vem a resultar na constituição, em 2011, na mesma Associação Portuguesa de Sociologia, da secção temática “Arte, Cultura e Comunicação”, que teve como primeiros coordenadores Claudino Ferreira da Universidade de Coimbra, Paula Guerra, da Universidade do Porto e Vera Borges do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa.

A construção de uma agenda e os seus contextos

Como se vê, no espaço de quatro décadas, entre a primeira publicação em 1979 e o final dos anos de 2010, a sociologia da cultura, favorecida por fatores externos e internos ao campo sociológico, foi-se consolidando e tornou-se uma especialidade plenamente institucionalizada, no plano do ensino, da investigação, da publicação,

do associativismo científico e da internacionalização. Neste contexto, é interessante, para o exercício que aqui fazemos de aplicação da perspectiva sociológica à própria sociologia, analisar a agenda de investigação da sociologia da cultura, que temas a compõem, que volume de produção têm esses temas, por que ordem foram aparecendo e que trabalhos de referência podemos sinalizar em cada um deles. Diga-se, aliás, que os temas escolhidos e a frequência do seu estudo não são, obviamente, independentes das escolhas estratégicas dos investigadores, que visam maximizar o seu capital científico, nem dos contextos institucionais em que eles operam. Basta pensar como o Observatório das Atividades Culturais marcou fortemente a agenda desta especialidade, seja pelo que nela incluiu, seja pelo que não incluiu. É essa análise geral sobre a agenda da sociologia da cultura que apresentamos neste ponto com base na informação da *Bibliografia Temática e Cronológica da Investigação Sociológica em Portugal (1964-2018)* sistematizada por Machado (2020).

De acordo com a nossa categorização, e outras seriam naturalmente possíveis, a sociologia da cultura compreende oito temas, apresentados na Tabela 2, no qual indicamos também as primeiras publicações e obras de referência de cada tema, sejam estas as teses de doutoramento de docentes e investigadores de carreira, sejam estudos de outra natureza, marcantes pelo seu pioneirismo ou exaustividade ou por ambas as coisas. Os temas são, por ordem cronológica do seu aparecimento: “intelectuais, artistas e escritores”, “públicos da cultura”, “políticas culturais”, “práticas culturais”, “instituições e atividades culturais”, “dinâmicas culturais das cidades”, “profissionais da cultura” e “culturas populares”.

Trata-se, como se vê, de uma agenda diversificada e essa diversidade não surpreende se tivermos em conta que a sociologia da cultura, com 198 referências, é o segundo mais produtivo dos 16 domínios consolidados incluídos na *Bibliografia* referida. Mas é também uma agenda assimétrica. Com efeito, 87% dessas referências são sobre instituições, atividades, políticas, autores, práticas e públicos das “culturas cultivadas”, o que significa que o igualmente vasto e heterogêneo universo das “culturas populares” só recebe a atenção de 13% das publicações desta especialidade, mostrando que, salvo honrosas exceções, esse universo não tem interessado aos sociólogos. Mesmo que se possa argumentar, e pode, que é redutor categorizar a cultura nestes termos, distinguindo apenas dois tipos numa realidade complexa, é indesmentível que a atenção sociológica está fortemente concentrada num determinado universo cultural, e isso é um ponto que merece reflexão. Mas começemos por analisar os temas em que incide essa esmagadora maioria de publicações que privilegia um conceito letrado de cultura para voltarmos depois à questão das culturas populares. Em termos ao volume de publicação, há um tema, “instituições e atividades culturais”, que se destaca de todos os restantes; há dois temas, “políticas

culturais” e “práticas culturais”, com produção significativa, mas num patamar abaixo do anterior; e há quatro temas, “intelectuais, artistas, escritores”, “públicos da cultura”, “dinâmicas culturais das cidades” e “profissionais da cultura”, com menos publicações, mas não ocasionais.

As pesquisas sobre “instituições e atividades culturais”, que só apareceram em meados dos anos de 1990, mas se tornaram as mais numerosas nesta especialidade, abrangem uma grande variedade de assuntos: grandes eventos, como a Expo 98; entidades artísticas e culturais em geral e museus, galerias de arte e bibliotecas, em particular; serviços educativos de instituições culturais; setor do livro; artes plásticas; artes performativas globalmente consideradas ou, mais especificamente, a música e o teatro, ambos objeto de várias pesquisas.

Nos temas “políticas culturais” e “práticas culturais” — que começaram a ser estudadas antes do tema anterior, mas têm um volume de publicação comparativamente menor —, encontra-se também uma grande variedade de tópicos. No caso das políticas culturais, temos trabalhos sobre mecenato; democratização cultural; descentralização cultural; políticas à escala nacional, em áreas metropolitanas e à escala local; políticas e legislação sobre determinadas atividades, como o património ou o setor do livro; ou ainda despesas dos municípios com cultura. Quanto ao tema das “práticas culturais” — as da população em geral ou de certos segmentos dela e não as atividades de instituições culturais e artísticas —, encontramos, desde o início da década de 1990, pesquisas recorrentes sobre práticas de leitura; práticas culturais em geral, nas cidades de Lisboa e Porto; práticas culturais de determinados grupos, como os estudantes universitários; e outras práticas e consumos culturais, como a fotografia, a música, os consumos eruditos ou as sociabilidades no contexto de grandes eventos culturais.

No que respeita aos quatro temas menos estudados, mas em que há, ainda assim, regularidade de publicação, encontram-se, no tema “intelectuais, artistas, escritores”, além da tese de doutoramento fundadora de Maria de Lourdes Lima dos Santos, trabalhos sobre o meio literário em meados e na segunda metade do século XX; sobre o campo intelectual no Porto, também em meados do século XX, e a sua relação com o campo político do Estado Novo; e sobre artistas plásticos, fotógrafos e escritores, individualmente considerados. Sobre “públicos da cultura”, tema que se cruza parcialmente com o das práticas culturais — embora os estudos sobre públicos visem sobretudo determinar os seus perfis sociais e, em alguns casos, os seus modos de relação com os conteúdos culturais —, fizeram-se pesquisas sobre públicos em geral, incluindo os de grandes eventos como o Porto, Capital Europeia da Cultura, 2001; públicos em localidades específicas; públicos de exposições de artes plásticas, de festivais de teatro e dos Teatros Nacionais; e públicos do cinema em

Tabela 2 Temas, obras de referência e autores da sociologia da cultura em Portugal

Tema	Primeira publicação	Obras de referência
Intelectuais, artistas, escritores	Maria de Lourdes Lima dos Santos, "Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)", <i>Análise Social</i> , 57, 1979.	Maria de Lourdes Lima dos Santos, <i>Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos</i> , Lisboa, Presença, 1988. João Pedro George, <i>O que É um Escritor Maldito? Estudo de Sociologia da Literatura</i> , Lisboa, Verbo, 2013. Idalina Conde, Tríptico. <i>Artistas: Indivíduo, Singularidade e Reconhecimento</i> , Lisboa, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2014.
Públicos da cultura	Idalina Conde, "O sentido do desentendimento. Nas Bienais de Cerveira: arte, artistas e público", <i>Sociologia, Problemas e Práticas</i> , 2, 1987.	Augusto Santos Silva, Felícia Luvumba, Helena Santos, Paula Abreu, <i>Públicos para a Cultura na Cidade do Porto</i> , Porto, Afrontamento, 2000. Maria de Lourdes Lima dos Santos (Coord.), João Sedas Nunes (responsável executivo), Sofia Alexandra Cruz, Vanda Lourenço, <i>Públicos do Teatro S. João</i> , Lisboa, OAC, 2001. Maria de Lourdes Lima dos Santos, Rui Telmo Gomes, José Soares Neves, Maria João Lima, Vanda Lourenço, Teresa Duarte Martinho, Jorge Alves dos Santos, <i>Públicos do Porto 2001</i> , Lisboa, OAC, 2002. José Soares Neves, Clara Frayão Camacho (Orgs.) <i>Nos 50 Anos de L'Amour de l'Art. Dívidas, Críticas e Desafios</i> , Lisboa, Mundos Sociais, 2020.
Políticas culturais	Idalina Conde, "Mecenato cultural: arte, política e sociedade", <i>Sociologia, Problemas e Práticas</i> , 7, 1989.	Eduardo Jorge Esperança, <i>Património e Comunicação. Políticas e Práticas Culturais</i> , Lisboa, Veja, 1997. Maria de Lourdes Lima dos Santos (Coord.), Lina Antunes, Idalina Conde, António Firmino da Costa, Eduardo de Freitas, Rui Telmo Gomes, Carmen Gonçalves, Helena Seita Gonçalves, João Teixeira Lopes, Vanda Lourenço, António Martinho, Teresa Duarte Martinho, José Soares Neves, João Sedas Nunes, Elsa Pegado, Isabel Pires, Francisco Silva, <i>As Políticas Culturais em Portugal</i> , Lisboa, OAC, 1998. Maria de Lourdes Lima dos Santos (Coord.), Rui Telmo Gomes, José Soares Neves, Maria João Lima, Vanda Lourenço, Teresa Duarte Martinho, Jorge Alves dos Santos, <i>Políticas Culturais e Descentralização. Impactos do Programa Difusão das Artes do Espetáculo</i> , Lisboa, OAC, 2004. Maria de Lourdes Lima dos Santos, José Machado Pais, <i>Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas</i> , Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010. Natália Azevedo, <i>Políticas Culturais, Turismo e Desenvolvimento Local na Área Metropolitana do Porto (1980-2001)</i> , Porto, Afrontamento, 2014.
Práticas culturais	Eduardo de Freitas, Maria de Lourdes Lima dos Santos, "Inquérito aos hábitos de leitura", <i>Sociologia, Problemas e Práticas</i> , 10, 1991.	Eduardo de Freitas, Maria de Lourdes Lima dos Santos, <i>Hábitos de Leitura em Portugal</i> , Lisboa, D. Quixote, 1992. José Machado Pais, João Sedas Nunes, Maria Paula Duarte, Fernando Luís Mendes, <i>Práticas Culturais dos Lisboaetas</i> , Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1994. António Teixeira Fernandes, António Joaquim Esteves, Isabel Dias, João Teixeira Lopes, Maria Manuela Mendes, Natália Azevedo, <i>Práticas e Aspirações Culturais. Os Estudantes da Cidade do Porto</i> , Porto, Afrontamento, 1998. João Teixeira Lopes, <i>A Cidade e a Cultura. Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas</i> , Porto, Afrontamento, 2000. Diogo Ramada Curto (Dir.), <i>Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX</i> , Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006. José Soares Neves, <i>Práticas de Leitura da População Portuguesa no Início do Século XXI</i> , Lisboa, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2012.

Instituições e atividades culturais	Alexandre Melo, <i>O Lugar de Portugal no Mundo da Arte Contemporânea. Nem Centro nem Periferia</i>, Lisboa, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 1995	Alexandre Melo, <i>O Lugar de Portugal no Mundo da Arte Contemporânea. Nem Centro nem Periferia</i>, Lisboa, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 1995. Maria de Lourdes Lima dos Santos (Coord.), José Soares Neves, Rui Telmo Gomes, <i>Inquérito aos Museus em Portugal</i>, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2000. Maria de Lourdes Lima dos Santos (Coord.), Alexandre Melo (Coord.), Teresa Duarte Martinho, <i>Galerias de Arte em Lisboa</i>, Lisboa, OAC, 2001. Claudino Ferreira, <i>A Expo'98 e os Imaginários do Portugal Contemporâneo. Cultura, Celebração e Políticas de Representação</i>, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006. Vera Borges, <i>O Mundo do Teatro em Portugal</i>, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007. Cláudia Madeira, <i>O Híbridismo nas Artes Performativas em Portugal</i>, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007. Luís Melo Campos, <i>Músicas & Músicos. Modos de Relação</i>, Lisboa, Celta, 2008. Paula Abreu, <i>A Música entre a Arte, a Indústria e o Mercado</i>, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2010. José Alberto Simões, <i>Entre a Rua e a Internet. Um Estudo sobre o Hip-Hop Português</i>, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010. André Brito Correia, <i>Experiência Teatral. A Identidade, o Conflito e o Cômico nas Poéticas e nas Políticas das Configurações Artísticas</i>, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2012. Paula Guerra, <i>A Instável Leveza do Rock. Gênese, Dinâmica e Consolidação do Rock Alternativo em Portugal</i>, Porto, Afrontamento, 2013. Teresa Duarte Martinho, João Teixeira Lopes, José Luís Garcia (Orgs.), <i>Cultura e Digital em Portugal</i>, Porto, Afrontamento, 2016. Nuno Medeiros, <i>D'O Recreio à Livraria Romano Torres. Edição para o Grande Consumo no Portugal Contemporâneo</i>, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2018.
Dinâmicas culturais das cidades	Carlos Fortuna, "Turismo, autenticidade e cultura urbana: percurso teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra", <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i>, 43, 1996.	Carlos Fortuna, <i>Identidades, Percursos, Paisagens Culturais. Estudos Sociológicos de Cultura Urbana</i>, Oeiras, Celta, 1999. Carlos Fortuna, Augusto Santos Silva (Orgs.), <i>Projeto e Circunstância. Culturas Urbanas em Portugal</i>, Porto, Afrontamento, 2002. José Machado Pais, <i>Lufa-Lufa Quotidiana. Ensaios sobre Cidade, Cultura e Vida Urbana</i>, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010. Carlos Fortuna, Carina Sousa Gomes, Claudino Ferreira, Paula Abreu, Paulo Peixoto, <i>A Cidade e o Turismo. Dinâmicas e Desafios, do Turismo Urbano em Coimbra</i>, Coimbra, Almedina, 2012.

Profissionais da cultura	Francisco José Magalhães, <i>Da Tradução Profissional em Portugal. Estudo Sociológico</i> , Lisboa, Colibri, 1996.	José Soares Neves, <i>Os Profissionais do Disco. Um Estudo da Indústria Fonográfica em Portugal</i>, Lisboa, OAC, 1999. Cláudia Madeira, <i>Novos Notáveis. Os Programadores Culturais</i>, Oeiras, Celta, 2002. Jorge Manuel Martins, <i>Profissões do Livro. Editores e Gráficos, Críticos e Livreiros</i>, Lisboa, Verbo, 2005. Rui Telmo Gomes, Teresa Duarte Martinho, <i>Trabalho e Qualificação nas Atividades Culturais. Um Panorama em Vários Domínios</i>, Lisboa, OAC, 2009. Nuno Medeiros, Edição e Editores. <i>O Mundo do Livro em Portugal 1940-1970</i>, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010. Teresa Duarte Martinho, <i>Mediação Cultural. Alguns dos seus Agentes</i>, Lisboa, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2011.
Culturas populares	João Ferreira de Almeida, "Quem faz o arraial é o povo": mudança social e mudança cultural", <i>Análise Social</i> , 64.	Augusto Santos Silva, <i>Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular</i>, Porto, Afrontamento, 1994. António Firmino da Costa, <i>Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural</i>, Oeiras, Celta, 1999. Dulce Magalhães, <i>Vinho. Artes e Manhas em Consumos Sociais. A Apreensão de uma Prática Sociocultural em Contexto de Mudança</i>, Porto, Afrontamento, 2010.

Nota: nas obras de referência que são teses de doutoramento, escolhemos a data da publicação em livro, sempre que essa publicação ocorreu

contexto cineclubístico. No tema das “dinâmicas culturais das cidades”, abordam-se aspetos como o turismo cultural, o entretenimento, o lazer, os equipamentos culturais das cidades e suas utilizações ou ainda práticas culturais específicas em zonas periféricas. No tema dos “profissionais da cultura”, finalmente, há pesquisas sobre profissionais do disco e do livro, tradutores, mediadores culturais, bailarinos, encenadores, atores, programadores culturais, leitores de língua e cultura portuguesa, monitores de exposições e ainda sobre aspetos do trabalho, qualificação e profissionalização associados às atividades culturais.

Vista, em grandes linhas, a agenda da sociologia da cultura no que toca ao universo das chamadas culturas cultas, sobre o qual incidem, como referimos, 87% das publicações desta especialidade registadas na *Bibliografia Temática e Cronológica da Investigação Sociológica em Portugal (1964-2018)* Machado (2020), voltamos à questão das culturas populares. Se as primeiras publicações sobre culturas populares surgiram quase ao mesmo tempo que as publicações pioneiras sobre culturas cultas, e se houve regularidade de publicação sobre o tema durante as décadas de 1980 e 1990, o número de estudos sobre essas formas de cultura, quer na vertente urbana, quer na vertente rural, caiu a pique depois disso, não havendo registo de publicações posteriores a 2010. Os tópicos estudados neste tema compreendem as festividades rurais, o fado, o artesanato, o associativismo em

meio popular, as sociabilidades urbanas de cafés e tabernas, a cultura do consumo de vinho, o lazer, os grupos de música tradicional, a tauromaquia e, de modo mais aprofundado, as práticas e identidades culturais em meios populares — em concreto, um bairro histórico de Lisboa e uma freguesia do concelho de Guimarães — sobre os quais dois sociólogos de referência no contexto nacional fizeram as suas teses de doutoramento.

Julgamos que o esquecimento ou desinteresse relativamente às culturas populares se devem a fatores institucionais do campo sociológico, mais especificamente da sociologia da cultura enquanto especialidade; e, por outro lado, a fatores disposicionais dos sociólogos que trabalham neste domínio. Do lado dos fatores institucionais, não sendo o único ponto a ter em consideração (haveria que perguntar também que lugar têm as culturas populares no ensino da sociologia e nas prioridades dos centros de investigação), sobressai o efeito que a constituição do Observatório das Atividades Culturais, em 1996, teve na agenda de investigação da sociologia da cultura. Ao dedicar-se exclusivamente ao universo das culturas cultas, e tendo promovido durante anos muitos estudos sobre diversos aspetos desse universo, o OAC deu-lhe uma visibilidade sociológica — que se soma ao prestígio social de que esse universo beneficia —, que gerou, indiretamente, invisibilidade das culturas populares. Mas os fatores institucionais não explicam tudo. A explicação passa também pelos *habitus* científicos dos sociólogos da cultura, que, pelos vistos, tirando os casos referidos, não incorporam disposições que os levem a interessar-se por essas culturas, apesar da sua vastidão e heterogeneidade. Podemos pôr a questão da seguinte maneira: se o OAC não tivesse existido ter-se-iam feito mais estudos sobre culturas populares? A julgar pelos temas dos trabalhos feitos fora do âmbito do Observatório, e também foram muitos, não é de crer que isso acontecesse.

Considerações finais

A sociologia da cultura é uma especialidade sociológica estabelecida nos planos do ensino, investigação, publicação, associação e internacionalização. A análise socio-histórica apresentada nestas páginas dá a conhecer a génese desta especialidade e o progressivo desenvolvimento e consolidação das bases institucionais que garantiram o seu estabelecimento como um dos domínios consolidados mais produtivos da investigação sociológica em Portugal. Há equipas multigeracionais nos principais centros de pesquisa do país dedicadas a esta especialidade, todos os anos os programas de doutoramento em sociologia recebem estudantes interessados em fazer pesquisa neste domínio e isso garante as condições fundamentais de reprodução

deste subcampo de pesquisa. Diga-se, de resto, que o estabelecimento desta especialidade se estende à profissionalização extra-académica, em que é notória a presença de sociólogos na organização e planeamento do sector cultural, na gestão de organizações culturais e atividades conexas (Ganga, 2018).

Entre as bases institucionais que favoreceram a institucionalização da sociologia da cultura avulta o Observatório das Atividades Culturais, financiado por instituições governamentais, que, entre a data da sua criação e da sua extinção, foi responsável pela realização de um grande número de estudos, vários deles pioneiros, sobre uma diversidade de temas. A sociologia da cultura em Portugal é, por isso, um daqueles casos em que o desenvolvimento de uma especialidade sociológica é indissociável do movimento de procura de conhecimento sociológico do lado das políticas públicas. Sem a constituição de um observatório com financiamento estatal para estudar determinados aspetos da realidade cultural do país, que interessava aos governos conhecer, esta especialidade ter-se-ia desenvolvido menos. Além disso, ao terem sido solicitados ao Observatório estudos sobre determinados temas e não sobre outros, gerou-se um efeito de definição de agenda, que significa inevitavelmente que há assuntos que ficaram nessa agenda e outros não, como é manifestamente o caso das culturas populares urbanas e rurais. A génese e desenvolvimento da sociologia da cultura em Portugal é também, por isso, um caso de estudo, que está por fazer, sobre a relação entre o campo sociológico e o campo político e sobre a questão das condições de autonomia do primeiro em relação ao segundo.

Como em qualquer outra especialidade estabelecida e com um volume de publicação elevado, a sociologia da cultura foi-se desdobrando sucessivamente em novos temas e pode admitir-se que, seguindo a tendência de especialização inscrita no funcionamento dos campos científicos em geral, alguns desses temas venham a autonomizar-se como novas especialidades, por exemplo, uma sociologia da arte ou uma sociologia da música, tal como existem noutras sociologias, mais antigas, demograficamente maiores e institucionalmente mais diferenciadas do que a sociologia portuguesa. Por outro lado, em sentido contrário à fragmentação sucessiva dos campos de pesquisa — tendência negativa, na medida em que acabe por criar fronteiras internas à própria disciplina —, podemos perceber zonas de convergência da sociologia da cultura com outras especialidades sociológicas, como a sociologia urbana, a propósito das dinâmicas culturais das cidades; com a sociologia da comunicação, a propósito das práticas culturais online; ou com a sociologia do trabalho, organizações e profissões, a propósito dos profissionais da cultura e suas condições de atividade.

Notas

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Ágoas, F. (2013). Narrativas em perspectiva sobre a história da sociologia em Portugal. *Análise Social*, 48(206), 221-256.
- Cappell, C. L., & Guterbock, T. M. (1992). Visible colleges: the social and conceptual structure of sociology specialties. *American Sociological Review*, 57(2), 266-273.
- Cole, J., & Zuckerman, H. (1975). The emergence of a scientific specialty: the self-exemplifying case of the sociology of science. In L. A. Coser (Ed.), *The Idea of Social Structure. Papers in Honor of Robert K. Merton* (pp. 139-174). Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- Conde, I. (1997). Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995). *Sociologia, Problemas e Práticas*, (23), 117-188.
- Conde, I. (2001). Cultura em Portugal nas últimas décadas. In J. F. Branco, & S. C. Branco, *Vozes do Povo* (pp. 59-70). Celta.
- Cruz, M. B. da (1983). Para a história da sociologia académica em Portugal. *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 58, 73-119.
- Eurostat, European Statistical Office. (2020). Cultural Services: General government expenditure by function (COFOG). https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/gov_10a_exp/default/table?lang=en
- Fortuna, C., Ferreira, C., & Abreu P. (1999). Espaço público urbano e cultura em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (52/53), 85-117.
- Ganga, R. (2018). Entre a investigação e as instituições culturais. In M. Ramos, L. Capucha, & I. Tavares (Orgs.), *Quem São e o que Fazem os sociólogos em Portugal?* (pp. 63-68). Mundos Sociais.
- Garcia, J. L., Graça, J. C., Jerónimo, H. M., & Marques, R. (2014). Portuguese sociology: a non cesurial perspective. In S. Koniorodos, A.-A. Kyrstis (Eds.), *The Routledge Handbook of European Sociology* (pp. 357-375). Routledge.
- Hagstrom, W. O. (1965). *The Scientific Community*. Basic Books.
- Jenks, C. (Org.) (1998). *Core Sociological Dichotomies*. Sage.
- Machado, F. L. (2020). *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*. Afrontamento.
- Martinho, T. D. (2008). Agentes e profissões culturais: balanço de um levantamento bibliográfico. *CIES e-Working Papers*, (53), 1-29.
- Nunes, A. S. (1963). Problemas da Sociologia em Portugal. *Análise Social*, 1(3), 459-464.

- Pinto, J. M. (2004). Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (46), 11-31.
- Santos, M. de L. L. dos (2012). *Sociologia da Cultura. Perfil de uma Carreira*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Scott, J. (2011). *Conceptualising the Social World. Principles of Sociological Analysis*. Cambridge University Press.
- Silva, F. C. da (2016). *Sociology in Portugal. A Short History*. Palgrave MacMillan.
- Turner, B. S. (Eds.) (2009). *The New Blackwell Companion to Social Theory*. Wiley-Blackwell.
- Stehr, N., & Larson, L. E. (1972). The rise and decline of areas of specialization. *American Sociologist*, 7(7) 3-6.

Data de submissão: 28/07/2021 | **Data de aceitação:** 14/12/2021



REINVENTANDO A PANDEMIA Desobediência alternativa

REINVENTEM THE PANDEMIC Alternative disobedience

João Tiago Gouveia

Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas, Centro de Ética, Política e Sociedade. Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal.

E-mail: joao_gouveia_@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6624-8816>

Resumo: A epidemia de coronavírus desencadeou uma vasta epidemia de vírus ideológicos que se insinuavam há algum tempo a partir da psicopolítica atual, dominada pelo avanço neoliberal e tecnológico, conducentes a ampliar os fenómenos que caracterizam a denominada época da pós-verdade. Pondo a tónica nos discursos dos grupos que reinventam a pandemia através dessa lógica, desenvolve-se o conceito de *desobediência alternativa*, entendido como uma reificação das novas formas de subjetividades impulsionadas pela psicopolítica segundo Byung-Chul Han, questionando-se acerca da sua legitimidade moral tendo em consideração as definições distintas de desobediência civil de Henry David Thoreau e Hannah Arendt. Conclui-se que a pandemia veio revelar não só desigualdades e contradições que atravessam o mundo, mas também os entraves ao surgimento de um projeto comum assente numa consciência global. Neste sentido, a crescente falta de comprometimento para com a verdade é geradora de mudanças políticas e sociais que colocam em causa a própria democracia liberal.

Palavras-chave: pandemia, psicopolítica, pós-verdade, desobediência civil.

Abstract: The spread of the coronavirus epidemic eventually triggered ideological reactions that had been taking hold for some time as a consequence of neoliberal and technological advances, conducive to amplifying the phenomena that characterize what has been called the Post-truth Era. Focusing on the discourses of the groups that reinvent the pandemic through of this logic, we seek to develop the concept of *alternative disobedience*, understood as a reification of the new forms of subjectivities driven by psychopolitics, according to Byung-Chul Han, questioning their moral legitimacy taking into consideration Henry David Thoreau's and Hannah Arendt's distinct definitions of civil disobedience. It can be concluded that the pandemic has revealed not only inequalities and contradictions across the world, but also the obstacles to the emergence of a common project based on a global conscience. In this sense, the growing lack of commitment to the truth generates political and social changes that call into question liberal democracy itself.

Keywords: pandemic, psychopolitics, post-truth, civil disobedience.

Introdução: enquadramento e enunciado do problema¹

A emergência de um eventual vírus com capacidade de se espalhar muito depressa era um dos riscos globais mais prováveis com o qual os especialistas se debatiam há décadas (Rosling et al., 2019). Quando a pandemia COVID-19 irrompeu nas nossas vidas no início de 2020 para definitivamente as transformar, o medo do desconhecido uniu-nos a todos na tentativa de travar algo invisível e ameaçador. Não foi difícil envolver as pessoas num projeto comum.

O confinamento foi a principal medida para conter o vírus, numa altura em que as máscaras de proteção eram escassas e a Organização Mundial de Saúde tinha defendido o seu uso seletivo e limitado (C.A.C., 2020). Discurso que viria a ser posteriormente alterado assim que os países começaram a dispor de maior número para cobrir toda a população (Gil, 2020).

Ainda mal tínhamos tido tempo para digerir o que estava a acontecer, começaram a surgir as primeiras reflexões sobre a pandemia, algumas das quais bastante polémicas. Muitos foram aqueles que viram uma oportunidade para confirmar as suas teorias precedentes, aceitando apenas os factos que serviam de apoio ou justificação às mesmas.

Não sendo aqui o lugar mais indicado para nos estendermos sobre as diversas leituras prematuras que se desenvolveram em torno da pandemia, exemplificaremos apenas o caso de Giorgio Agamben, que inicialmente abordou o problema da pandemia apelidando-a de “invenção” (Agamben, 2020, citado em Cachopo, 2020, p. 15).² Para o filósofo, o Estado, ao decretar medidas de vigilância e de restrição sob o pretexto da pandemia, estaria a instrumentalizar o pseudo-instinto de urgência e a colocar em causa a própria democracia (Santos, 2020). Agamben insurge-se assim contra as medidas restritivas para confirmar a sua ideia preexistente acerca do “Estado de Exceção” e mostrar como ela nos permite compreender o momento atual e antecipar o futuro (Agamben, 2003/2010).

Apesar das evidentes diferenças, o mecanismo pelo qual se consome e acredita em discursos falseados da realidade, não é muito diferente, na medida em que também aqui se aceita apenas os factos que confirmam e justificam a nossa posição

1 Nota prévia: o presente artigo construiu-se a partir de uma ideia que surgiu pouco depois das diversas manifestações que, um pouco por todo o lado, se multiplicaram contra as medidas restritivas que vigoraram durante os períodos de confinamento obrigatório, motivadas por uma visão negacionista da realidade. Para a sua realização, recorreu-se a mais fontes de natureza jornalística do que seria de supor, mas sem as quais dificilmente se poderia alcançar o parte do objeto em torno do qual se desenvolve esta reflexão.

2 Sobre o problema da ideologia patente na “filosofia oracular” da pandemia vd. Rosas (2020).

original, que quanto menos esclarecida for, mais propensa será a aceitar esses mesmos discursos.

Eis a possível conexão comum entre ambos os casos. No entanto, no segundo trata-se de um epifenómeno que de forma alguma se esgota na tendência humana para confirmarmos as nossas ideias, teorias, ideologias, mas sim com a total indiferença perante a verdade dos factos, que tem vindo a crescer com a massificação da internet, e que se coaduna com aquilo que se tem denominado como época da pós-verdade. Um período caracterizado por um conjunto de fenómenos que, mesmo não sendo novos, são um desafio não apenas para a ideia de conhecer a realidade, mas para a existência da própria realidade. Como refere Myriam Revault d'Allonnes: "A pós-verdade deixa entrever a possibilidade de um regime de indiferença para com a verdade e, inclusive, a abolição do seu valor normativo pela eliminação da distinção entre o verdadeiro e o falso" (d'Allonnes, 2018/2020, p. 27).

Numa altura em que se esperaria maior confiança na verdade dos factos, muitos foram os que se lhe opuseram, desvalorizando as evidências empíricas, quer através de notícias falsas ou fora do seu contexto original, quer através de teorias conspiratórias e negacionismos vários, sempre sob o véu de um alegado ceticismo legítimo³. Dissemos "alegado" porque na verdade ceticismo nada tem que ver com negacionismo: o ceticismo é um posicionamento epistemológico que defende a incerteza da verdade e não a sua negação. Mais problemático se torna quando saem da esfera das redes sociais e ganham uma dimensão pública, sob a forma de protesto, unindo vários manifestantes, acentuando ainda mais os efeitos da pandemia.⁴

A esse tipo de fenómeno passaremos a designar de *desobediência alternativa*. E é precisamente sobre este conceito que se baseará o presente artigo.

O conceito de *desobediência alternativa* será desenvolvido a partir da época da pós-verdade, pois baseia-se numa lógica alternativa, anti-intelectualista, e da confrontação de duas noções de desobediência civil, a de Henry David Thoreau e a de Hannah Arendt. Mas será a psicopolítica neoliberal e digital a estrutura superior a partir da qual se fundamentará grande parte da relação entre pós-verdade e desobediência civil, na qual a *desobediência alternativa* tem a sua origem.

Primeiramente, abandonando a noção de biopolítica foucaultiana e assumindo a psicopolítica como principal via de acesso às técnicas de poder do regime

3 Entre nós, os Médicos pela Verdade, os Jornalistas pela Verdade, os Juristas pela Verdade, são apenas alguns exemplos dos movimentos que foram surgindo durante a pandemia. Cf. (Pereira, 2021).

4 Ressalve-se, no entanto, que os protestos aos quais nos referimos não são os que visam encontrar um equilíbrio entre saúde e economia, tendo por base propostas fundamentadas, nem os que se opõem à forma de como os governos têm gerido a pandemia, mas sim aqueles que negam a evidência empírica, não raras vezes sem cumprir com as normas de segurança e, em alguns casos, incitando à desobediência civil.

neoliberal hodierno, justificaremos e enquadraremos alguns processos psíquicos que têm vindo a orientar o sujeito e a limitar a sua liberdade, sem que este tenha sequer consciência disso, remetendo para alguns aspetos da identidade interna e opositiva de determinados grupos no quadro da pandemia de COVID-19. Para depois passarmos à definição da época da pós-verdade no interior da qual se amplia a circulação e alcance dessas visões (e ficções) processuais da psicopolítica atual, até então inimagináveis, a partir das novas tecnologias existentes.

Aspetos da psicopolítica hodierna

Segundo Byung-Chul Han,

O neoliberalismo como uma nova forma de evolução, ou até como uma forma de mutação do capitalismo, não se ocupa primariamente do *biológico*, o *somático*, o *corporal*. Pelo contrário, descobre a psique como força produtiva. Esta viragem orientada para a psique e, por isso para a psicopolítica, está relacionada com a forma de produção do capitalismo atual, uma vez que este último é determinado por forma de produção imateriais e incorpóreas (...) O corpo como força produtiva já não é tão central como na sociedade disciplinar biopolítica [itálico acrescentado]. (Han, 2014/2015, p. 35)

De modo que, contrariamente à biopolítica traçada por Foucault⁵, a técnica de poder própria do neoliberalismo adquira hoje uma forma mais subtil, capaz de escapar a toda a visibilidade, assemelhando-se mais um ambiente generalizado, que regula não só a produção de cultura como também o trabalho e a educação, agindo como uma espécie de “barreira invisível que constrange o pensamento e a ação livre” (Fisher, 2009/2020, p. 31). Razão pela qual, o indivíduo submetido não tenha necessariamente consciência da sua submissão, supondo-se inteiramente livre. No fundo, é como se o tradicional panótico fosse agora aberto e autoimposto. Portanto, continua Han (2014/2015, p. 24), “a presente crise da liberdade consiste em que estamos perante uma técnica de poder que não nega ou submete a liberdade, mas antes a explora”.

Se a submissão podia ser pensada como resultado de um tipo de poder negativo imposto ao sujeito por meio de ameaças, hoje pode ser entendida como uma

5 No seu ensaio “Post-Scriptum Sobre as Sociedades de Controlo”, Deleuze (1993, citado em Han, 2014/2015) faz a distinção entre a sociedade disciplinar foucaultiana, que se organizava em torno dos espaços fechados da fábrica, da escola e da prisão, e a nova sociedade de controlo, em que todas as instituições estão integradas numa empresa dispersa. A biopolítica foucaultiana é a forma de governo típica da sociedade disciplinar, sendo inadequada para o regime neoliberal que explora principalmente a *psique*. Neste sentido, a biopolítica, que se serve da estatística da população, não tem acesso ao psíquico, não fornecendo material para o psicoprograma da população, cf. (Han, 2014/2015).

orientação do próprio sujeito, operando por meio do reforço positivo. Pensemos na própria ideia de felicidade.

Se a felicidade assumiu um papel de tão grande destaque nas sociedades neoliberais, tal acontece porque comprovou ser um conceito muito útil para reacender, legitimar e reinstitucionalizar o individualismo em termos aparentemente não-ideológicos, através do discurso neutro e avaliado da ciência [psicologia positiva]. (Cabanas & Llouz, 2018/2019, p. 86)

Além disso, à medida que avançamos na direção de um controlo baseado numa vigilância passiva, a partir de uma aparência de liberdade e comunicação ilimitadas, precipitamos numa crise da liberdade de alcance máximo, pois que afeta agora a própria vontade livre. Neste sentido, o *Big Data* tem demonstrado ser um instrumento psicopolítico extremamente eficaz que permite adquirir um conhecimento integral inerente à sociedade da comunicação que, de forma aberta, agrava o controlo psicopolítico do presente e do futuro. De acordo com Han (2014/2015, p. 21), “trata-se de um conhecimento de dominação, que permite intervir na psique e condicioná-la a um nível pré-reflexivo”.

Contudo, o *Big Data* é apenas um dos exemplos que compõe o motor das transformações digitais que acontecem hoje em dia capazes de interferir no conjunto dos processos psíquicos, conscientes e inconscientes e a condicioná-lo a um nível pré-reflexivo. A própria forma de como a informação é hoje selecionada e apresentada, aliada às novas tecnologias, como as redes sociais, precipitam na psique dos sujeitos como um poder, na medida em que influencia as nossas decisões.

Graças ao progresso da tecnologia, temos conhecimento sobre mais injustiças sociais do que alguma vez na história da humanidade. Quando, no passado, pessoas do outro lado do mundo morriam por causa de um vírus letal, ninguém sabia nem se preocupava; significando que a nossa vigilância do sofrimento melhorou consideravelmente. Esta visibilidade melhorada pode ser entendida como um sinal de progresso humano. No entanto, se considerarmos, por um lado, a insensibilidade que a banalização da violência nos trouxe e, por outro, a constante difusão veloz de conteúdos justapostos, que tanto pedem uma atenção séria, para, logo depois, provocarem uma descontração ou um desvio inusitado, também pode ser entendida como um sinal de retrocesso. Neste último caso, veja-se o seguinte excerto, retirado da novela distópica *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury:

Clique, imagem, olhe, olho, agora, toque, aqui, ali, rápido, vá. Acima, abaixo, dentro, fora, porquê, como, quem, o quê, onde, hã?, ah!, zás!, trás!, bing, bong, bang!, bum! Tudo digerido, resumido, digerido-resumido. Política? Uma coluna, duas frases, um

título! E depois, de repente, tudo desaparece! A mente dos homens anda a tal velocidade neste carrossel movidos pelas mãos dos editores, exploradores e radiodifusores que, nesse movimento centrífugo, se perde tudo o que seja pensamento, considerado desnecessário, uma perda de tempo! (Bradbury 1953/2020, p. 82)

De acordo com o filósofo alemão Sloterdijk (1983/2011), essa oscilação simultânea de acontecimentos importantes e de acontecimentos insignificantes alastra na nossa consciência de forma invasiva, produzindo uma espécie de desintegração mental e indiferença por aquilo que realmente é digno de valor. Por exemplo, se as estatísticas, como refere Santos (2020, p. 515), “transformam a tragédia humana em números abstractos que acabam por criar indiferença perante a tragédia humana e o modo como ela afeta a vida das famílias e das comunidades”, a crescente “remediação digital” de que nos fala João Pedro Cachopo (2020), e a subsequente intersecção por anúncios e notícias falsas, vem favorecer ainda mais essa indiferença, mas também o esquecimento. Segundo Milan Kundera, a velocidade da vida atual, gerada pela globalização e pelo consumismo, é proporcional ao esquecimento que ela produz: o grau de lentidão seria diretamente proporcional à intensidade da memória, enquanto o grau de velocidade seria diretamente proporcional à do esquecimento (Kundera, 1995/1996).

Como anteviu o escritor norte-americano Neil Postman, as distrações tecnológicas, alteraram o discurso racional, tornando-o mais superficial (Postman, 1985, citado em Kakutani, 2018/2018). Sabe-se que o pensamento é discussão, conversa entre áreas cerebrais, e a conversa requer tempo e lentidão, “necessária à dialética da interação que está na base da racionalidade” (Maffei, 2014/2018, p. 112). Hoje tudo se processa a um ritmo e velocidade estonteantes: estamos sujeitos a uma enorme quantidade de informação, sobretudo sob a forma de imagem. Pelo que capacidades como a criatividade e raciocínio lógico, necessários para desenvolver um espírito crítico e desmontar discursos falsos, ficam bastante comprometidos, prejudicando, entre outras coisas, a comunicação racionalmente mediada.

Nas redes sociais é possível exprimir perspectivas a um vasto número de pessoas sem necessariamente estabelecer diálogo com as mesmas, anulando o próprio tempo de debate e estreitando as possibilidades de diálogo racionalmente mediado, uma vez que grande parte dos discursos que surgem nestas plataformas seguem uma lógica profundamente anti-intelectualista, através da disseminação de conteúdos que apelam mais à emoção do que à razão, ampliando de forma considerável o que o filósofo estadunidense Frankfurt chamou de “conversa fiada” e a respetiva falta de ligação com a preocupação com a verdade: “É apenas esta falta de ligação com a preocupação com a verdade — esta indiferença em que saber como

as coisas realmente são — que eu considero como a essência da conversa de chacha ou da conversa fiada” (Frankfurt, 2005/2019, p. 42).

Segundo Guerreiro (2021a), uma das consequências mais visíveis das redes sociais é a captação e formação de centros e ondas coletivas de força tímótica. Etimologicamente esta última palavra procede do grego *thymós*, estando na base de uma teoria platônica, cujo significado se refere ao “órgão” de onde nascem os impulsos.⁶ Devido ao estado permanente de alta tensão tímótica que atravessam as redes sociais (e outros meios de comunicação), a preocupação com a verdade e a dimensão crítica diminuem consideravelmente, acabando por produzir a indiferença e o descomprometimento político-social face a várias questões, designadamente as que dizem respeito à pandemia.

Isto para dizer que construir a psicopolítica que nos rodeia implica compreender o poder que a ideologia neoliberal aliada aos meios digitais exerce sobre as massas, comprometendo o exercício de diálogo racionalmente mediado, essencial para reconhecer a verdade dos factos e decidir livre e esclarecidamente, portanto, tendo implicações na própria psique do indivíduo e, por conseguinte, na sua noção de liberdade e desobediência. Motivo pelo qual de seguida se vai remeter para certos aspetos da identidade interna e moral dos participantes em protestos negacionistas relacionados com a pandemia de COVID-19.

Sobre a identidade interna e moral negacionista

Para a moral, o que é legítimo é querer respeitar as medidas de contenção motivadas pela pandemia, assumindo o lugar de outras pessoas que eventualmente poderiam ser infetadas caso se infringisse essas mesmas medidas e compreendendo a sua utilidade global;⁷ mas, se considerarmos o problema em termos políticos, mais importante do que a racionalidade moral subjacente é obedecer seja por que motivo for.

Se pensarmos em termos éticos, apenas quem assume o lugar dos outros age eticamente. Neste sentido, existem diferenças entre a pergunta ética que colocamos a nós próprios (como me devo comportar perante uma situação limite como a

6 Sloterdijk (2006/2010), inclusivamente escreveu um ensaio sobre a situação tímótica do nosso tempo, com o título *Cólera e Tempo*.

7 Partiu-se da ideia kantiana segundo a qual existem princípios universais que estão acima de qualquer comportamento, a partir do conhecido axioma: “Age como se a máxima da tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza” cf. (Kant, 1797/2007, p. 59), mas também da ideia utilitarista patente em Mill (1861/2005) de que a legitimidade moral deverá poder ser traduzida por uma generalização acerca do que, de forma mais provável, possa criar felicidade.

da pandemia?) e a preocupação política visando que todos obedeçam independentemente das suas razões.

Assim, quer do ponto de vista moral quer do ponto de vista ético, seria de esperar que as pessoas tentassem se proteger de todas as formas possíveis de um vírus que é altamente transmissível, entendendo o uso da liberdade na sua relação com os outros e contribuindo para a diminuição das mortes provocadas pelo vírus. Mas, ultrapassada a fase inicial de instinto de urgência, mas também de deslumbamento (a reclusão para a reflexão e reencontro consigo mesmo, reavivando, para alguns, a solidariedade perdida), seguiu-se uma fase de protesto contra as respostas impostas pela situação pandémica, pautada pelo desrespeito das medidas de confinamento, das limitações à liberdade de circulação ou de ajuntamentos, e restantes recomendações e obrigações em geral.

Pelo mundo fora, as ruas de várias cidades agitaram-se num crescendo contínuo anti-confinamento, anti-máscaras, anti-vacinas, reunindo no dia 20 de março de 2020 perto de três mil pessoas só em Lisboa.⁸ Entre os vários manifestantes encontram-se os que recusam as conclusões da ciência. Referimo-nos aos negacionistas científicos. E, aqui, convém fazer uma distinção de conceitos. O negacionismo não é sinónimo de ceticismo. Por exemplo, se alguém é cético em relação à vacinação contra a COVID-19, devemos perguntar-lhe acerca das evidências empíricas que sustentam a sua posição. Se a sua resposta for algo como: “Não há prova que alguma vez me faça mudar de ideias”, então há boas razões para supor que está a posicionar-se fora dos limites da racionalidade baseada em provas. Portanto, quando a crença se sobrepõe aos factos ou, se quisermos, quando o ceticismo se transforma na certeza dogmática de que existe uma verdade oculta e além dos sentidos, estamos perante um caso de negacionismo. Por isso é que os seguidores das teorias da conspiração, para os quais a pandemia não passa de uma intriga de contornos obscuros, são também negacionistas (Cesare, 2020/2020). Mas o mesmo já não se pode dizer dos adeptos da “conversa fiada” que, apesar de corporalizam a “falta de ligação com a preocupação com a verdade” (Frankfurt, 2005/2019, p. 42), cumprem objetivos diferentes. Enquanto os negacionistas acreditam piamente na falsidade das evidências empíricas, ou na existência de um poder oculto por trás das mesmas, os adeptos da “conversa fiada” são movidos por uma leviandade em relação à verdade em geral (ou aos critérios da sua validação), levando-os por sua vez a se identificar com os movimentos negacionistas ou com os grupos que subestimam a gravidade da pandemia. Também seria um erro classificar como negacionistas os libertários mais radicais, segundo os quais as restrições excecionais impostas pelo

8 Cf. Neves (2020), Reuters (2020), Rodrigues (2021) e Carmo (2021).

Estado são coercivas e até mesmo um pronúncio de uma distopia totalitária. Trata-se de um grupo que hipervaloriza a vontade individual em detrimento das necessidades coletivas. O que não quer dizer que sejam mais legítimos do que os outros: numa situação limite como a que vivíamos, em que foi decretado estado de emergência, de nada vale a liberdade individual se negar a natureza social da liberdade. A liberdade é, fundamentalmente, uma palavra relacional, por conseguinte, ser livre não significa outra coisa senão realizarmo-nos mutuamente (Han, 2014/2015). Logo, interpretar as recomendações e obrigações das autoridades de saúde como indignas de respeito porque são atentatórias à liberdade individual, invocando o direito constitucional à resistência, por exemplo, é bastante questionável, desde logo se tivermos em consideração o dano que tal direito tido como constitucional exerceria noutros direitos, liberdades e garantias.⁹

Tanto quanto sabemos, esses grupos surgem frequentemente misturados, convocando manifestações sem distanciamento e sem máscaras, unidos pela mesma intenção de desafiar as medidas de contenção, e invertendo o valor da própria responsabilidade moral, ao se responsabilizarem apenas diante de uma ideia que transcende os limites da racionalidade, como uma superioridade (a verdadeira consciência), sentindo-se eles próprios prisioneiros do estado-limite provocado pela pandemia. Razão pela qual, optou-se por agrupá-los na mesma categoria, de acordo com as similaridades que apresentam entre si, independentemente dos seus motivos e intenções particulares¹⁰, sejam eles negacionistas ou movidos por um ímpeto ideológico, pois em ambos os casos vivem numa espécie de estado de inautenticidade a respeito da realidade envolvente.

É importante notar que distinguir tal grupo de desobedientes é simples e intuitivo, mas não deve servir para nomear todas as pessoas que são críticas à gestão da pandemia ou interpretam os dados de forma dissonante: manifestar-se publicamente contra as medidas de contenção não significa ter uma visão errada sobre os factos, tal como questionar o valor desmesurável de certos números não significa necessariamente ser negacionista. Em alguns casos, faz todo o sentido questionar a aparente cientificidade da argumentação. Como refere Bernard-Henri Lévy, a própria “*comunidade do conhecimento* não é mais comunitária do que as outras; é atravessada por divisões, sensibilidades e interesses divergentes, e, obviamente disputas fundamentais [itálico acrescentado]” (Lévy, 2020/2020, p.25). Já para não

9 Por exemplo, um restaurante em Lisboa recusou cumprir a ordem de encerramento prevista pelo estado de emergência invocando o direito à resistência. Por muito que não sejam consensuais as medidas aplicadas para conter o vírus, não há legitimidade legal para invocar tal direito como justificação para não acatar uma ordem de encerramento, desde logo porque esta é legitimada pela declaração de estado de emergência. Cf. (Diário de Notícias, 2021).

10 Sobre a diferença entre motivos e intenções cf. Ricoeur (1969/1988), nas páginas 50 a 51.

referir que os médicos nem sempre têm mais informação do que nós, e há algo um pouco absurdo na confiança cega que lhes é dedicada. Além disso, os próprios modelos matemáticos para prever a progressão futura da pandemia têm falhado recorrentemente; o que nos devia fazer refletir sobre o valor do cálculo e da estatística, sobretudo desde que se tornaram num dos principais guias para a tomada de decisões políticas (Guerreiro, 2021b). Segundo Guerreiro (2021b), como noutros domínios, deparamo-nos hoje, no espaço público, com dois extremos: por um lado, temos a emergência da lógica anti-intelectualista; no polo oposto, temos o chauvinismo científico a colonizar a política, dando origem a um governo da ciência, dominado por “especialistas” que de certo modo passam a substituir os cidadãos por força do seu acesso à “verdade dos factos” e, a partir daí, a conferir uma espécie de direito natural de soberania da explicação e, conseqüentemente, a governar a sociedade de acordo com essa mesma “verdade” (Guerreiro, 2021b). O facto dos decisores políticos terem sido pressionados a se colocarem politicamente nas mãos dos especialistas, veio contribuir para a ideia geral de que, se algo corresse mal, seria por não terem seguido a opinião científica, repercutindo-se depois na sua própria reputação enquanto políticos.

Ora, reconhecer a capacidade dos especialistas é também reconhecer as suas limitações. A mais óbvia de todas é que os especialistas atuam apenas dentro da sua própria área. Cabe aos decisores políticos pesar as diferentes considerações dos especialistas com a opinião pública, evitando analisar os problemas a partir de um único ângulo, que cega para a informação que não se “encaixe” nesse mesmo ângulo. Portanto, aceder à realidade a partir de vários prismas, jamais deve ser confundido com negacionismo científico.

De acordo com Paul Mason, “para defender a racionalidade tem de se defender aquilo que ela se baseia: a proposta de que a experiência, a par da observação precisa, podem criar verdade verificável nos nossos cérebros” (Mason, 2019/2019, p.31). Embora a possibilidade de criar verdade também dependa do reconhecimento das limitações da própria experiência. Partir de mentiras para desobedecer e expor os outros ao perigo de contágio, contribuindo para diminuir a folga nos cuidados hospitalares, não reconhece nem a experiência nem as limitações da experiência. Eis a lógica (ou não lógica) dos grupos sobre os quais nos referimos que, em nome de uma conspiração ou de uma pretensa fixidez de verdade, rebelam-se, desvalorizando a pandemia.

Eis a questão da reificação da normalização da “consciência falsamente formada e falsamente informada” de que nos fala Sloterdijk (1983/2011, p.387) que tende a dificultar a adesão à própria realidade, independentemente de como nos sentimos em relação a ela. Portanto, já não se trata de abandonar a verdade factual,

mas de corromper o processo através do qual os factos são reunidos de forma credível e utilizados de forma confiável para organizar a realidade que nos rodeia, aquilo que se tem denominado de época da pós-verdade, conducente com a psicopolítica do capitalismo tardio que tem vindo a condicionar a psique do indivíduo a um nível pré-reflexivo.

Pós-verdade

Passados 6 meses depois do início da pandemia, o *The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene* publicou um artigo sobre o impacto da “infodemia” na saúde pública, distinguindo entre boatos, estigmatizações e teorias da conspiração publicadas em plataformas online de vários países (Santos, 2020).

A mentira, a deturpação de factos, e outros fenómenos semelhantes, não são produtos do nosso século. Todavia, o tempo presente gerou novas particularidades e alterou completamente o modo como são comunicados, mas também instrumentalizados.¹¹ O que levou o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde, Tedros Ghebreyesus, a afirmar que o mundo enfrentava não apenas uma pandemia, mas também uma luta contra a pandemia de informação, a qual chamou de “infodemia” (Santos, 2020, p. 274).

Embora a expressão já tivesse sido referida anteriormente por Ralph Keyes, na obra publicada em 2004, *The Post-Truth Era. Dishonesty and Deception in Contemporary Life*, conforme nota d’Allonnes (2018/2020), a “pós-verdade” só começou a estar no centro da atenção pública no final de 2016, quando foi proclamada palavra do ano pelo dicionário de Oxford, que a definiu como um adjetivo “relativo ou denotando circunstâncias em que factos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crença pessoal.” (Flood, 2016, para. 2).

Tal como os seus congéneres prefixais (pós-modernidade, pós-guerra, pós-pandemia...), a pós-verdade não marca apenas qualquer coisa que vem depois do que a precede, mas também uma rutura qualitativa que dá origem a um novo regime de historicidade: o prefixo “pós-”, mais do que a ideia de que passámos à frente da verdade no sentido temporal, indica no sentido de que “a verdade foi eclipsada” e se tornou “irrelevante” (McIntyre, 2018, p. 5). No entanto, também é sinal de uma certa dificuldade em nomear a singularidade do tempo presente, nas palavras da filósofa Myriam Revault d’Allonnes, “em sinalizar o

11 Essa instrumentalização pode ser tanto política como económica, potenciada através de uma poderosa rede tecnológica que promove, entre outras coisas, a vigilância e o controlo, através da compra de dados e algoritmos que condicionam a forma de pensar, como bem demonstra Zuboff (2019/2020).

indício de uma crise da qual o ‘pós-’ é, por assim dizer, a denominação, a manifestação lexical” (d’Allonnes, 2018/2020, p. 13).

Entre os acontecimentos que inauguraram oficialmente a indiferença pela verdade está a campanha em torno do Brexit e os episódios que acompanharam a eleição de Donald Trump. Segundo Revault d’Allonnes estes dois acontecimentos colocaram em causa não só a noção de verdade, mas sobretudo aquilo que Hannah Arendt designou por “verdade de facto” (d’Allonnes, 2018/2020, p. 62),

A verdade de facto diz respeito aos contextos, aos acontecimentos em que uma multiplicidade de indivíduos está envolvida, e só existe quando comprovada. Os factos e as opiniões resultam ambos dessa multiplicidade (d’Allonnes, 2018/2020). Todavia, a sua proximidade radica apenas no sentido dos primeiros serem a matéria das segundas, e não o contrário como no seguinte exemplo: aquando da cerimónia de tomada de posse do então Presidente Donald Trump, o secretário de imprensa da Casa Branca, Sean Spicer, garantiu que tinha sido a maior audiência de sempre a testemunhar um evento semelhante, apesar das imagens confirmarem precisamente o oposto (Cardoso, 2017). A conselheira de Trump, Kellyanne Conway, questionada sobre a polémica, respondeu que Spicer não tinha mentido, mas apenas apresentado “factos alternativos”. Ao que o jornalista terá respondido: “Factos alternativos não são factos, são falsidades.” (Esteves & Sampaio, 2020, p. 29).

Ora, se as opiniões não se fundam senão no sentido em que se fundamentam em verdades de facto, a pós-verdade desfaz essa validação e consegue, assim, eliminar a linha que separa a verdade da mentira. “Já não é necessário que os factos informem as opiniões.” (d’Allonnes, 2018/2020, p. 16). Basta simplesmente que se queira que tal exista, como vimos no exemplo anterior, em que Spicer insiste numa inverdade que é refutada por todas as fontes credíveis, sendo ainda depois disso validado pela conselheira da Casa Branca. Trata-se de uma evidente manobra de embuste com vista a influenciar ou manipular a opinião pública, mas também uma inversão da própria noção de verdade, o que leva McIntyre a ressaltar que o espectro da “pós-verdade” não se limita a exercícios de mentira ou manipulação: trata-se de um fenómeno mais vasto em que a própria noção de verdade é destruída a partir da ideia de que “a reação da multidão muda realmente os factos relacionados com uma mentira.” (McIntyre, 2018 p. 9). Daí que, continua Lee McIntyre, “o que parece novo na época da pós-verdade é um desafio não só à ideia de conhecer a realidade, mas à própria existência da realidade.” (McIntyre, 2018, p. 10). Conclusão que nos convida a visitar a distopia desenvolvida por Orwell (1948/2007) em “1984”.

Se, com a emergência da pós-verdade, a distopia de Orwell (1948/2007) tem presentemente tão forte repercussão, não é tanto porque faz ressaltar a desumanidade de um sistema totalitário e ditatorial, seja ele de direita ou de esquerda. É,

sobretudo, porque representa uma sociedade na qual a noção de verdade teria desaparecido completamente, dando lugar à possibilidade de “factos alternativos”, como dois mais dois ser igual a cinco.

Numa época marcada pela difusão desmensurada de informação falsa, deturpada, enganadora ou descontextualizada, com o objetivo de manipular a opinião pública ou simplesmente atrair tráfego e obter receitas de publicidade, há quem encontre a oportunidade perfeita para lançar campanhas de propaganda e manipulação política. Não é um fenómeno novo, mas atingiu um grau que transforma numa das mais preocupantes ameaças às sociedades democráticas, sobretudo pela ação das redes sociais que permeiam a opinião pública e pelo descrédito que atinge, hoje em dia, as vias tradicionais de difusão de notícias, mas também pelo facto de certos líderes políticos começarem a classificar notícias verdadeiras como *fake news*, simplesmente porque são negativas para si. Neste sentido, Graig Silverman, editor do *BuzzFeed News*, aponta o dia 11 de janeiro de 2017 como um ponto de viragem no significado de *fake news*, pois foi nessa data que o então Presidente dos EUA, Donald Trump, “redefiniu o termo para significar, efetivamente, notícias de que ele não gostava.” (Silverman, 2017, citado em Esteves & Sampaio, 2019, p. 21) Segundo uma avaliação da Snopes, um site dedicado à desconstrução de notícias falsas, entre o início de 2017 e 2019, Trump utilizara o termos *fake news* mais de 450 vezes no seu Twitter, referindo-se na maior parte das vezes à comunicação social, jornalistas e até mesmo *fact-checkers* (Esteves & Sampaio, 2019).

Portanto, já não está em causa se uma notícia é verdadeira ou falsa, mas se está de acordo com determinados desejos ou convicções políticas. A divisão entre o verdadeiro e o falso acaba, assim, por ser insignificante face à eficácia do “fazer crer.” (d’Allonnes, 2018/2020, p. 13). Pouco importa se os factos informam ou não as opiniões: as verdades incómodas ou indesejadas são rapidamente transformadas em “subjetividades” que se podem sustentar como se não estivessem diretamente apoiadas em factos indubitáveis: transforma-se as *fake news* precisamente no seu oposto (Esteves & Sampaio, 2019).

A pós-verdade pretende assim caracterizar o relativismo que tomou conta da nossa cultura, excessivamente condescendente para com certas afirmações isentas de validação científica, mas que agora se vêm apresentando sob o disfarce de uma espécie de ceticismo legítimo. Segundo Michiko Kakutani, esse relativismo teve o seu início com o surgimento do pós-modernismo, que argumenta entre outras coisas que as teorias científicas são construídas socialmente: “são infundidas pela identidade da pessoa que postula a teoria e os valores da cultura na qual estes se formam; por conseguinte, a ciência não pode fazer reivindicações de neutralidade ou de verdades universais.” (Kakutani, 2018/2018, p. 41).

Não cabe aqui fazer uma análise sobre as posturas marcadamente diferentes em relação à rejeição do modernismo e do pensamento iluminista no qual o pós-modernismo se alicerça através das suas diferentes vozes, mas apenas aludir ao princípio subjacente pelo qual se regem, que se caracteriza “pelo ceticismo radical em relação à possibilidade de adquirir conhecimento objetivo ou verdade e um compromisso para com o construtivismo cultural” (Pluckrose & Lindsay, 2020/2021, p. 35). Para Kakutani (2018/2018), ao colocar em causa a possibilidade de uma realidade objetiva e ao trocar as noções de perspectiva e de posicionamento pela ideia de verdade, o pós-modernismo consagrou o princípio da subjetividade. Isto não significa que a ideia pós-moderna rejeite a realidade, mas que se foca essencialmente na subjetividade que a produz. Neste sentido, a linguagem é encarada como sendo pouco confiável e instável, o que, em alguns casos, tem contribuindo para a politização da ideia de que os factos científicos não são mais do que uma posição relativa de qualquer coisa.

Como mostraram as ações levadas a cabo por Trump contra os cientistas americanos da Agências de Proteção do Ambiente, a apropriação de um discurso a favor de uma subjetividade científica, na maior parte das vezes só serve para atender a motivações pessoais, interesses económicos ou políticos. Durante a pandemia, essa apropriação ficou ainda mais evidente, através de declarações polémicas e até mesmo perigosas para a segurança dos cidadãos, alimentando a emergência de grupos negacionistas e de teorias da conspiração face ao vírus.

Quando responsáveis políticos apelam mais às emoções ou às crenças pessoais do que à racionalidade e à reflexão sobre os factos objetivos é porque, julgam eles, terão mais hipóteses de moldar a opinião pública e ganhar a adesão e o apoio dos cidadãos. A mentira, a deturpação, a conspiração, são, muitas vezes, mais plausíveis, até mais tentadoras, do que as verdades de facto, dado que causam mais impacto, como também antecipam aquilo que não raras vezes o público deseja ouvir (d’Allonnes, 2018/2020 p. 68), sobretudo quando o seu nível pré-reflexivo já está condicionado pela psicopolítica neoliberal e digital.

Adorno, em 1967, já alertava para o perigo da lógica anti-intelectualista, na ascensão de determinados grupos que se alimentam precisamente de fantasias e fantasmas para alcançar poder (Adorno, 2019/2020). Arendt também já tinha chamado a atenção para o mesmo ponto, escrevendo que o súbito ideal do estado totalitário não é o nazi ou o comunista persuadido, mas “pessoas para quem a distinção entre o facto e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a distinção entre o verdadeiro e o falso (isto é, os padrões de pensamento) já não existem.” (Arendt, 1951, citado em Mason, 2019/2019, p. 159). E, mais recentemente, d’Allonnes (2018/2020, p. 14) refere que “é possível considerar que a emergência da pós-verdade se relaciona com o aumento dos populismos (...).”

Hoje, graças aos meios tecnológicos cada vez mais sofisticados e poderosos, esses grupos podem alcançar melhores resultados. De acordo com Volker Weiß:

Na era da Internet, a combinação constatada por Adorno entre uma *perfeição extraordinária dos meios* e uma *abstrusidade completa dos objetivos* é mais evidente do que nunca. Deu-se muita atenção às suas manifestações, como *bots, trolls e fake news*. Sob esta superfície, torna-se evidente precisamente a *constelação de meios racionais e objetivos irracionais*, que Adorno considerava uma tendência *civilizatória global*, mesmo sem tais excessos [itálico acrescentado]. (Weiß, 2019/2020, pp. 81-82)

Étienne de La Boétie refere no seu ensaio *Discurso sobre a Servidão Voluntária* o seguinte: “Mas não há dúvida nenhuma de que o tirano só se sente em segurança quando consegue ter como súbitos homens sem valor.” (La Boétie, 1563/2020, p. 42). Acrescentando, mais à frente, que “os teatros, os jogos, as farsas, os espetáculos, os gladiadores, as feras exóticas, as medalhas, os quadros e outras bugigangas eram para os povos antigos engodos da servidão, o preço da liberdade que perdiam, as ferramentas da tirania.” (La Boétie, 1563/2020, p. 43).

Se pensarmos no que são hoje os “engodos da servidão”, “as ferramentas da tirania”, veremos que cada vez mais se articulam com os meios tecnológicos, capazes de favorecer o embrutecimento da verdade dos factos e, por sua vez, fomentar a lógica anti-intelectualista que confere a segurança e a estabilidade necessárias para o crescimento de extremos políticos.

O surgimento do que designamos de *desobediência alternativa* designa a materialização da crescente crença em factos alternativos sob a forma de ação política, colocando em causa as restrições impostas pelo estado de emergência e, em alguns casos, negando até a existência da pandemia. É, portanto, um tipo de protesto alicerçado num mundo fictício no interior do qual os indivíduos, manipulados, se reconhecem e encontram sentido para lidar com as consequências da pandemia.

Podemos considerar a *desobediência alternativa* como um corolário da psicopolítica hodierna e da assunção da pós-verdade, na qual os “factos alternativos” se integram, ampliados e multiplicados por redes digitais que criam uma espécie de recomendação tácita em cada partilha. O seu método é aproveitar a atual psicopolítica e multiplicar sempre o absurdo, incentivando a propagação viral e levando os seus usuários a confiarem mais acriticamente na validade de certos conteúdos.

Desobediência civil

O termo ‘Desobediência Civil’, cristalizou-se historicamente a partir da obra *Civil Disobedience*, de Henry Thoreau, publicada em 1849. Ainda que três séculos antes,

Étienne de La Boétie houvesse pensando sobre o assunto como forma de apelar para a opressão praticada pelos tiranos: “Se nada se lhes der, se não se lhes obedecer, eles, sem ser preciso luta ou combate, acabarão por ficar nus, pobres, reduzidos a nada; da mesma forma que a raiz, sem humidade e alimento, se torna seco e morto.” (La Boétie, 1563/2020, p. 23). A questão era então de saber por que razão se obedecia tão cegamente aos tiranos. La Boétie responde dizendo que era porque a natureza humana havia sido apoderada por vícios. Ainda assim, o filósofo francês acreditava na possibilidade de superação: pois haveria “na nossa alma uma semente natural de razão, a qual, se cultivada com bons conselhos e bons costumes floresce em virtude (...)” (La Boétie, 1563/2020, p. 26)

La Boétie propõe-se questionar a liberdade humana perante a opressão, um exercício que acaba por ser bastante semelhante ao de Thoreau (1849/2015). Porém, com uma diferença substancial: em La Boétie trata-se de um manifesto contra a servidão voluntária numa sociedade aparentemente sem consciência da opressão em que vive. Já em Thoreau, pode-se dizer que se trata de um ensaio sobre a desobediência como meio para alterar determinadas leis injustas: “As leis injustas existem. Deveremos nós contentar-nos com obedecer ou devemos antes fazer tudo para as emendarmos?” (Thoreau 1849/2015, p. 27).

Em 1846, Thoreau passou uma noite na prisão, após ter recusado pagar impostos, uma atitude justificada pela sua posição contrária à escravatura e ao conflito que opunha os Estados Unidos ao México: “Há milhares de pessoas que em teoria se opõem à escravatura e à guerra, mas que, de facto, nada fazem para que a escravatura e a guerra acabem.” (Thoreau 1849/2015, p. 22). A seu ver, uma coisa seria certa:

(...) se mil, ou cem ou mesmo dez homens honestos, se até mesmo um só homem honesto, no Estado de Massachusetts, renunciando à posse de escravos, rompesse com as normas que o Estado impõe e se deixasse fechar na cadeia, o resultado seria a abolição da escravatura na América. (Thoreau 1849/2015, p. 30)

É a partir deste contexto que desenvolve as suas ideias sobre a desobediência civil que, como veremos, se fundamentam mais em apelos à consciência individual do que à coletiva. O que é compreensível, tendo em conta a sua atração pelo individualismo e naturalismo: “Temos de viver sozinhos, só connosco, dependeremos apenas a nós, estarmos sempre prontos para começar de novo, não termos muito de nosso.” (Thoreau 1849/2015, p. 34).¹²

Nas palavras de Thoreau (1849/2015):

12 Sobre a sua experiência naturalista e individualista vd., em particular, Thoreau (1854/2018).

É evidente que nenhum homem tem obrigação de se dedicar totalmente à eliminação do que está errado, por muito monstruoso que o erro seja; toda a gente tem o direito de se dedicar a outras atividades mais convidativas. Mas é seu dever, pelo menos lavar as mãos e, no caso de desistir de pensar mais no assunto, tem de fazer por não dar, na prática, apoio à iniquidade. (p. 25)

O facto de Thoreau ter-se focado mais na consciência pessoal, e não tanto “na relação moral de um cidadão com a lei” (Arendt, 1970/2017, p. 17), leva-nos a considerar a sua teoria da desobediência civil muito próxima da objeção de consciência. Vejamos. Ao fundamentar a desobediência civil na esfera da subjetividade, Thoreau parte da consciência individual e da obrigação moral da consciência:

Não hesito em afirmar que todos quantos se dizem abolicionistas têm obrigação de retirar imediatamente o seu apoio (tanto pessoal como material) ao governo do Estado de Massachusetts, em vez de ficarem à espera de obter uma exígua maioria, mais votante, para então recorrerem ao direito de se impor. (Thoreau, 1849/2015, p. 29)

Portanto, o filósofo estadunidense encoraja a todos os abolicionistas a se concentrarem na sua própria natureza moral, em vez de se guiarem por ações coletivas. A desobediência é entendida como um meio pelo qual o indivíduo age de acordo com seus próprios princípios, perante uma situação por si considerada injusta. Caso contrário, seria como admitir uma derrota pessoal: “Obedecer é como confessar que nada valho.” (Thoreau, 1849/2015, p. 35).

O risco de nos tornarmos complacentes com o mal com o qual não estamos pessoalmente comprometidos tem sido uma das objeções mais comuns à desobediência civil de Thoreau, designadamente a tecida por Arendt.

Segundo Arendt: “Os argumentos apresentados em defesa da consciência individual ou de atos individuais, ou seja, os imperativos morais ou os apelos a uma lei mais alta, seja ela secular ou transcendente, são inadequados quando aplicados à desobediência civil.” (Arendt, 1970/2017, p. 12). Desde logo porque a consciência é uma categoria demasiado subjetiva. Embora possa, por vezes, impedir a cumplicidade com o mal, não exige necessariamente uma ação coletiva capaz de impulsionar mudanças positivas no discurso político e, consequentemente, no bem-estar da comunidade. Motivo pelo qual Arendt acuse a teoria da desobediência de Thoreau de ser demasiado subjetiva e não-política (Arendt, 1970/2017).

Apesar da recusa de Thoreau em pagar impostos constituir uma violação pública da lei, ele fá-lo a título pessoal e não necessariamente porque se sentisse responsável por um projeto comum de bem-estar da comunidade, correndo o risco de a sua ação ser entendida como um crime ou contraordenação, e não como um

protesto. Assim, para que uma violação à lei seja compreendida como uma desobediência civil, Arendt argumenta que ela também deve ser coletiva, caso contrário é uma objeção de consciência. Daí distinguir entre objetores de consciência e participantes na desobediência civil: “Os últimos são de facto minorias organizadas, aglutinadas por uma opinião comum, (...), e pela decisão de tomar uma posição contra as políticas do governo (...).” (Arendt, 1970/2017, p. 12). Acrescentando, adiante:

A desobediência civil ocorre quando um significativo número de cidadãos se convence de que os canais normais da mudança já não funcionam, e as queixas não são ouvidas ou não se age quanto a elas, ou então, pelo contrário, quando o governo está prestes a mudar e embarcou e persiste em modos de ação cujas legalidade e constitucionalidade estão abertas a sérias dúvidas. (Arendt, 1970/2017, p. 32)

Em suma, só aqueles que desobedecem pública e coletivamente à lei são verdadeiros desobedientes civis. Portanto, enquanto Thoreau compreende a desobediência civil como um compromisso individual, Arendt entende-a como um compromisso coletivo, orientado para um projeto comum.¹³

O compromisso individual pode ser usado para justificar todo o tipo de opinião, ou crença pessoal, portanto, não garante, necessariamente, a moralidade de uma ação. Já a consciência baseada num compromisso coletivo busca ser adaptada à necessária e desejável mudança, ou à necessária e desejável proteção do *status quo*, de modo a alertar a opinião pública, e através dela melhorar a sociedade. Contudo, quer Thoreau, quer Arendt, não previram a possibilidade de a desobediência se vir a justificar a partir de *factos alternativos*, cuja legitimidade moral é, no mínimo, questionável.

Durante o estado de emergência, a maioria das pessoas obedeceu voluntariamente às medidas impostas pelo Estado, não estivéssemos efetivamente a viver uma situação-limite. Portanto, não se tratou de obedecer por hábito ou por cobarquia, como diria La Boétie (1563/2020), mas por convicção racional — a confiança nas evidências empíricas que nos iam chegando.

13 Ainda que a objeção de consciência, enquanto compromisso individual, e o protesto público não sejam exatamente iguais, podem estabelecer relações entre si, se considerarmos que quem desobedece a determinadas leis espera poder encorajar outras pessoas a fazer o mesmo (Nathanson, 2006). Na verdade, não faltam exemplos de pessoas que desafiaram as convenções previamente estabelecidas, tendo servido de inspiração para o que viria a ser um protesto público, sobretudo depois de julgadas e executadas, como foi o caso de John Brown: “Estes homens, ensinando-nos a morrer, ensinaram-nos também a viver.” (Thoreau 1849/2015, p. 86). Neste sentido, para Donatella Di Cesare, (2021, p. 116), “o gesto da desobediência apresenta-se então modelado por uma superioridade moral e permeado por um ideal de martírio”.

Foi graças à convicção racional de que o vírus se transmitia rápida e descontroladamente, que as medidas de restrição mereceram especial consideração, pois não só diminuía o contágio como protegiam a liberdade e o direito dos outros em não ficarem infetados. O que não significa que tais restrições não gerassem situações de extrema injustiça, criando, ou ampliando, as diferenças e as desigualdades sociais preexistentes. Aliás, diversos foram os protestos ocorridos ao longo da pandemia, chamando a atenção para a necessidade de respostas alternativas, designadamente, entre nós, o movimento “Na Rua Pelo Futuro da Cultura”, reivindicando medidas de emergências efetivas para o sector, sem que nunca tivessem questionado a efetiva existência da pandemia ou a eficácia das restrições (Lusa, 2021). O que significa que a desobediência civil pode ser moralmente justificada, mesmo sob certas situações-limite, como é o caso de uma pandemia. Bem diferente quando da crença em *factos alternativos*, como veremos de seguida.

Desobediência alternativa

Em traços gerais, a desobediência civil é uma forma de protesto público em que se viola deliberadamente a lei, com vista a combater uma injustiça que por vezes reside na própria lei violada, e costuma ser geralmente pacífica, estando quem desobedece disposto a sofrer as consequências decorrentes dessa mesma violação.¹⁴ Encontramos aqui vários elementos que, simultaneamente, compõem o núcleo fundamental da desobediência civil: a publicidade, a ilegalidade do ato, a orientação contra uma injustiça e a pacificidade. Note-se que em nenhum deles se encontra qualquer menção que sugira a necessidade de verdade em relação aos factos que motivam essa desobediência. Parte-se do princípio que quem participa na desobediência fá-lo baseando-se em factos e não em meras suposições extraídas de “factos alternativos”. Já a *desobediência alternativa* seria uma forma de protesto também público em que se infringe deliberadamente a lei, no entanto, mostrando indiferença ou negação pelos factos que sustentam a validade da norma violada. O que em alguns casos pode constituir até um ato de violência, quando essa mesma indiferença ou negação incita ou provoca danos a terceiros. Por exemplo, no caso da pandemia, infringindo o uso obrigatório de máscaras de proteção em locais públicos de risco. O que não parece ser entendido como uma verdadeira agressão por parte destes grupos. Na verdade, parte da sua legitimação resulta da ideia de que estão a ser solidários face às injustiças produzidas por “factos alternativos”, isto é, que, no fundo, estão a ser globalmente responsáveis. Daí a distância que separa

14 Sobre a defesa dos protestos não violentos, vd. Butler (2021).

este tipo de responsabilidade da responsabilidade apoiada em factos, o que nos leva a questionar a sua alegada pretensão pública e política.

Apoiando-se mais na ficção do que na realidade, a *desobediência alternativa* pode ser entendida como um indicador inegável de uma perda significativa de consciência moral e racional, pronúncio da própria psicopolítica contemporânea, a partir da qual se gera novas redes de discurso que não têm correlativo no meio social fora do espaço em que se situam, precipitadas e alimentadas pelo próprio funcionamento das redes sociais.

Por isso, também pode ser compreendida como um contra-espaço, encontram um refúgio, opositivo, contra a realidade existente, promovendo comunidades de solipsistas que confirmam os pressupostos umas das outras.

O facto da *desobediência alternativa* se recolher em circuitos fechados (bolhas) remete-nos para a sua natureza heterotópica, isto é, marginal relativamente ao espaço social comum padronizado. Evidentemente que esta analogia só é possível se partirmos da sua função opositiva e distintiva, notada por Foucault num outro lugar de contra-espacos, as “heterotopias” (Foucault, 1986/2005, s.n).

De acordo com Foucault:

Em primeiro lugar, existem as utopias. As utopias são sítios sem lugar real. São sítios que têm uma relação analógica directa ou invertida com o espaço real da Sociedade. Apresentam a sociedade numa forma aperfeiçoada, ou totalmente virada ao contrário. Seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irreais. (Foucault, 1986/2005, s.n)

Ao contrário das utopias, as heterotopias não são “sem lugar”, os seus lugares são localizáveis e não raras vezes acessíveis, ainda que partilhem com as primeiras o poder de suspender ou de inverter a realidade.

Entendemos que a *desobediência alternativa*, ao fazer surgir no interior da sociedade um lugar desviante, requalifica o espaço real, participando da “estranha afinidade salientada por Arendt entre capacidade de mentir e exercício da liberdade” (Arendt, n.d, citado em d’ Allonnes, 2018/2020, p. 102). Desta maneira, contrariamente às heterotopias que imaginativamente enriquecem de forma positiva o real, não desorganizando o mundo como ele é senão na ordem a habitá-lo, a *desobediência alternativa*, indiferente à separação entre verdadeiro e falso, limita-se a gerar substitutos falaciosos que recusam as verdades de facto ao mesmo tempo que destroem o solo do mundo comum, projetando-se mais como um refúgio que opera de forma lateral a partir da destruição do social e do político, do que como um verdadeiro contra-espaço que reconhece os factos de onde habita.

Daí que a *desobediência alternativa* corresponda a uma manifestação de negação do projeto comum, sendo, portanto, desprovida de qualquer “nós político” com capacidade de ação comum. E, apesar de se crer livre de qualquer poder negativo externo, submete-se à lógica profundamente anti-intelectualista que ao longo do tempo foi sendo sedimentada pela ideologia neoliberal e as novas tecnologias, sendo, assim, uma expressão material de uma crise profunda da própria racionalidade e liberdade.

Conclusão

Este trabalho procurou desenvolver o conceito de *desobediência alternativa* a partir do acontecimento pandémico, mas que se vinha insinuando há algum tempo a partir da psicopolítica contemporânea.

A psicopolítica neoliberal e os seus instrumentos tecnológicos de controlo cada vez mais sofisticados não são compatíveis no interior de um projeto comum, liberal, democrático e universal, pois interferem na forma como lidamos com a verdade factual, mas também com a própria liberdade, resultando na intensificação do egoísmo e do individualismo que limita a resposta coletiva para lidar com determinados fenómenos como a pandemia.

A noção de *desobediência alternativa* de que aqui tratamos é entendida como um dos resultados possíveis e materiais desse mesmo poder que vem orientando o sujeito; não um poder tradicional, que se lhe impõe negativamente, mas insidioso e autoimposto, impedindo-o de estabelecer uma relação autêntica consigo mesmo e, consequentemente, com a objetividade circundante. Se, como refere Arendt, a desobediência deve ser um compromisso coletivo, a *desobediência alternativa* vem colocar isso em causa, não só através da falta de identificação com a verdade dos factos, mas também com a sua natureza claramente apolítica. Neste sentido, numa situação-limite em que se deveria incentivar a noção de comunidade, os principais grupos de *desobediência alternativa*, revelam não só a permeabilidade dos discursos da pós-verdade, mas também uma profunda crise nas lutas coletivas.

Em tempos de pandemia, as notícias falsas, o negacionismo científico, traduzem-se diretamente em danos reais. A crescente propagação e ampliação de inverdades, partilhadas massivamente pelos meios de comunicação atuais, além de configurarem atuações suscetíveis de serem consideradas ilegítimas, têm revelado que o esforço necessário para garantir que as pessoas estejam bem informadas está a ser vencido pelo embrutecimento da pré-reflexão, tornando a comunicação num conjunto de frases sem tempo de serem digeridas, e impedindo o diálogo racionalmente mediado, essencial para a conservação de um projeto comum assente na

deliberação ou troca coletiva que favoreça a elaboração e o exercício de um juízo partilhado. Quanto mais os “factos alternativos” forem normalizados, mais a comunicação será irracionalmente mediada e se tornará operativa, dando lugar a ações humanas cada vez mais extremistas e irracionais.

Daí chegarmos à conclusão de que a linguagem da pós-verdade é incompatível com a linguagem democrática, porque não implica um diálogo apoiado na livre argumentação racional, como diria Habermas, mas numa configuração própria da psicopolítica hodierna, por meio da qual se pode construir uma realidade subjetiva desligada do mundo da vida que, se baseando em “factos alternativos”, compromete o ideal de democracia liberal. Portanto, uma ameaça para o próprio processo democrático, assente no princípio de participação. Daí que busca por “factos alternativos” não gere diálogo nem comunidade, desde logo por excluir a racionalidade que nos une enquanto seres humanos.

Aquilo que verdadeiramente partilhamos uns com os outros não é nem a ignorância nem o saber, mas sim uma exigência de racionalidade e verdade.¹⁵ Ser responsável é assim lidar com os dados objetivos e renunciar à tentação de se servir de factos que, como vimos, não seguem nenhuma regra nem verdade e, como tal, são incapazes de orientar um diálogo racional. Se, como refere Frédéric Gros, desobedecermos é, portanto, supremamente, obedecermos, obedecermos a nós próprios, então desobedecer à verdade dos factos é tornarmo-nos traidores de nós mesmos, na medida em que estamos a negar a nossa própria natureza racional (Gros, 2017/2019, p. 198).

Dito isto, a *desobediência alternativa*, ao resultar da psicopolítica hodierna, a partir das consequências da chamada época da pós-verdade, deve ser entendida mais como um “refúgio” que reforça o espaço de heterotopia em que estes participantes se encontram, do que como uma verdadeira desobediência no sentido político e social do termo, já que se centra fora dos limites da verdade e racionalidade e, como tal, da vida pública. Ainda assim, a *desobediência alternativa* não deixa de abrir igualmente possibilidades para novas formas de resistência geradoras de mudanças políticas e sociais profundas, com um impacto negativo nas democracias liberais, e como tal, apela por uma reflexão mais profunda sobre a regulação das redes sociais e do impacto da ideologia neoliberal na vida das pessoas.

Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

15 Estamos a basear-nos na ideia kantiana da autonomia da razão humana vd. Kant (1797/2007).

Referências

- Adorno, T. W. (2020). *Aspetos do Novo Radicalismo de Direita* (M. Toldy, & T. Toldy, Trans.). Edições 70. (Obra originalmente publicada em 2019)
- Agamben, G. (2010). *Estado de Exceção* (M. F. Costa, Trad.). Edições 70. (Obra originalmente publicada em 2003)
- Arendt, H. (2017). *Desobediência Civil* (J. C. Duarte, Trad.). Relógio D' Água. (Obra originalmente publicada em 1970)
- Bradbury, R. (2020). *Fahrenheit 451* (C. Piedade, Trad.). Saída de Emergência. (Obra originalmente publicada em 1953)
- Butler, J. (2021). *A Força da Não-Violência*. Edições 70.
- Cabanas, E., & Illouz, E. (2019). *A Ditadura da Felicidade: Como a ciência da felicidade controla as nossas vidas* (A. P. Mendes, Trad.). Círculo Leitores. (Obra originalmente publicada em 2018)
- C.A.C. (2020, 3 de abril). Graça Freitas e o uso de máscaras: “Não há uma única medida completamente eficaz”. *SÁBADO*.
<https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/graca-freitas-e-o-uso-de-mascaras-nao-ha-uma-unica-medida-completamente-eficaz>
- Cachopo, J. P. (2020). *A Torção dos Sentidos: Pandemia e Butler Digital*. Documenta.
- Cardoso, J. A. (2017, 22 de janeiro). Equipa de Trump acusa *media* de tirarem legitimidade ao Presidente. *Público*.
<https://www.publico.pt/2017/01/22/mundo/noticia/posse-de-trump-foi-a-quina-mais-vista-de-sempre-na-tv-1759234>
- Carmo, D. (2021, 20 de março). Perto de 3000 pessoas manifestaram-se em Lisboa contra a gestão da pandemia. Muitos sem máscara. *Público*.
<https://www.publico.pt/2021/03/20/sociedade/noticia/perto-3000-pessoas-manifestaram-se-lisboa-gestao-pandemia-mascara-1955287>
- d'Allonnes, M. R. (2020). *A verdade frágil: O que a Pós-verdade Faz ao Nosso Mundo Comum* (H. Barros, Trad.). Edições 70. (Obra originalmente publicada em 2018)
- Diário de Notícias. (2021, 15 de janeiro). “Direito de resistência”. Restaurante invoca Constituição e recusa fechar. *Diário de Notícias*.
<https://www.dn.pt/dinheiro/direito-de-resistencia-restaurante-invoca-constituicao-e-recusa-fechar-13237931.html>
- Di Cesare, D. (2020). *Vírus soberano? A asfixia capitalista* (A. Guerreiro, Trad.). Edições 70. (Obra originalmente publicada em 2020)
- Esteves, F., & Sampaio, G. (2019). *Viral: a epidemia de fakes news e a guerra da desinformação*. Desassossego.
- Fisher, M. (2020). *Realismo Capitalista: Não haverá Alternativa?* (V. Gato, Trad.). VS. (Obra originalmente publicada em 2009)

- Flood, A. (2016, 15 de novembro). 'Post-truth' named word of the year by Oxford Dictionaries. *The Guardian*.
https://www.theguardian.com/books/2016/nov/15/post-truth-named-word-of-the-year-by-oxford-dictionaries?CMP=tw_t_gu
- Foucault, M. (2005). *De Outros Espaços* (P. Moura, Trad.). Virose. (Obra originalmente publicada em 1986) http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html
- Frankfurt, H. G. (2019). *On BullShit: Sobre a conversa, o embuste e a mentira* (J. P. Rodrigues, Trad.). Bookout. (Obra originalmente publicada em 2005)
- Gil, F. (2020, 4 de abril). O discurso parece estar a mudar a favor do uso de máscaras de proteção. *Diário de Notícias*.
<https://www.dn.pt/vida-e-futuro/o-discurso-parece-estar-a-mudar-a-favor-do-uso-de-mascaras-de-protecao-12032177.html>
- Gros, F. (2019). *Desobedecer* (M. Martins, Trad.). Antígona. (Obra originalmente publicada em 2017)
- Guerreiro, A. (2021a). A alta tensão timótica. In A. Guerreiro, *Zonas de baixa pressão* (pp. 185-186). Edições 70.
- Guerreiro, A. (2021b, 12 de fevereiro). A ciência em vez da política. *Público*.
<https://www.publico.pt/2021/02/12/culturaipsilon/noticia/ciencia-politica-1950049>
- Han, B.-C. (2015). *Piscopólita* (M. S. Pereira, Trad.). Relógio D'Água. (Obra originalmente publicada em 2014)
- Kakutani, M. (2018). *A Morte da Verdade: A Falsidade na Era de Trump* (A. Gomes, Trad.). Editorial Presença. (Obra originalmente publicada em 2018)
- Kant, E. (2007). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (P. Quintela, Trad.). Edições 70. (Obra originalmente publicada em 1797)
- Kundera, M. (1996). *A Lentidão* (2ª ed.) (M. S. Pereira, Trad.). Edições asa. (Obra originalmente publicada em 1995)
- La Boétie, É. (2020). *Discurso sobre a servidão voluntária* (4ª ed.) (M. J. Gomes, Trad.). Antígona. (Obra originalmente publicada em 1563)
- Lévy, B.-H. (2020). *Este vírus Que Nos Enlouquece* (J. L. Zamith, & A. T. Marçal, Trans.). Guerra & Paz. (Obra originalmente publicada em 2020)
- Lusa. (2021, 5 de janeiro). Manifestação “muito alargada” do sector da cultura no final deste mês. *Público*.
<https://www.publico.pt/2021/01/05/culturaipsilon/noticia/manifestacao-alarga-da-sector-cultura-final-mes-1945135>
- Maffei, L. (2018). *Elogio da Lentidão* (1ª ed.) (J. Serra, Trad.). Edições 70. (Obra originalmente publicada em 2014)
- Mason, P. (2019). *Um Futuro Livre e Radioso: Uma Defesa Apaixonada da Humanidade* (M. Marques, Trad.). Objectiva. (Obra originalmente publicada em 2019)
- McIntyre, L. (2018). *Post-Truth*. MIT Press.
- Mill, J. S. (2005). *Utilitarismo (Filosofia Aberta)* (16ª ed.) (F. A. Gonçalves, Trad.). Grávida. (Obra originalmente publicado em 1861)

- Nathanson, S. (2006). Civil Disobedience. In *Encyclopedia of Philosophy* (pp. 259-262). Macmillan Reference USA.
- Neves, C. (2020, 30 de agosto). Quem são os antimáscaras? Em Portugal, são poucos. *Diário de Notícias*.
<https://www.dn.pt/vida-e-futuro/quem-sao-os-anti-mascaras-em-portugal-sao-poucos-12565927.html>
- Orwell, G. (2007). 1984. (A. L. Faria, Trad.). *Antígona*. (Obra originalmente publicada em 1948)
- Pereira, J. P. (2021, 27 de março). Os movimentos pela “verdade” que negam a pandemia. *Público*.
<https://www.publico.pt/2021/03/27/opinioao/noticia/movimentos-verdade-negam-pandemia-1956139>
- Pluckrose, H., & Lindsay, J. (2021). *Teorias Cínicas* (J. L. Zamith, Trad.). Guerra & Paz. (Obra originalmente publicada em 2020)
- Reuters. (2020, 28 de novembro). Mais de cem detidos em manifestação anti-confinamento em Londres. *Público*.
<https://www.publico.pt/2020/11/28/mundo/noticia/cem-detidos-manifestacao-anticonfinamento-londres-1941078>
- Ricoeur, P. (1988). *O Discurso da Acção* (A. Morão, Trad.). Edições 70. (Obra originalmente publicada em 1969)
- Rodrigues, R. J. (2021, 4 de fevereiro). A guerra que o confinamento fez eclodir. *Público*.
<https://www.publico.pt/2021/02/04/mundo/noticia/guerra-confinamento-fez-eclodir-1949156>
- Rosas, J. C. (2020). Filosofia e pandemia: uma lista de problemas. In M. Martins & E. Rodrigues (Coords.), *A Universidade do Minho em tempos de pandemia* (Tomo I: Reflexões, pp. 83-100). UMinho Editora.
- Rosling, H., Rosling, O., & Rönnlund, A. R. (2019). *Factfulness*. Temas & Debates.
- Santos, B. S. (2020). *O Futuro Começa Agora: Da Pandemia à Utopia*. Edições 70.
- Sloterdijk, P. (2010). *Cólera e Tempo* (M. Resende, Trad.). Relógio de Água. (Obra originalmente publicada em 2006)
- Sloterdijk, P. (2011). *Crítica da Razão Cínica* (M. Resende, Trad.). Relógio de Água. (Obra originalmente publicada em 1983)
- Thoreau, H. D. (2015). *A Desobediência Civil Defesa de John Brown* (4ª ed.) (M. J. Gomes, Trad.). *Antígona*. (Obra originalmente publicada em 1849)
- Thoreau, H. D. (2018). *Walden* (5ª ed.) (A. Cabral, Trad.). *Antígona*. (Obra originalmente publicada em 1854)
- Weiß, V. (2020). Posfácio. In T. W. Adorno, *Aspetos do Novo Radicalismo de Direito* (pp. 55-83) (M. Toldy, & T. Toldy, Trans.). Edições 70. (Obra originalmente publicada em 2019)

Zuboff, S. (2020). *A Era do Capitalismo da Vigilância: A Disputa por Um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder* (L. F. Silva & M. S. Pereira, Trans.). Relógio D' Água. (Obra originalmente publicada em 2019)

Data de submissão: 06/07/2021 | **Data de aceitação:** 23/12/2021



RISCOS PSICOSSOCIAIS. UMA AMEAÇA NO MEIO MILITAR

O papel da autoeficácia, qualidade da liderança geral e conflito trabalho-família no *burnout*

PSYCHOSOCIAL RISKS. A THREAT IN THE MILITAR ENVIRONMENT

The role of self-efficacy, general leadership quality and work-family conflict in burnout

Ricardo Pereira

Exército Português, Centro de Psicologia Aplicada do Exército, Gabinete de Estudos e Formação. Quinta Nova de Queluz, Largo do Palácio, 2745-191 Queluz, Portugal.

E-mail: pereira.ran2@exercito.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0156-517X>

Rui Eusébio

Exército Português, Centro de Psicologia Aplicada do Exército, Gabinete de Estudos e Formação. Quinta Nova de Queluz, Largo do Palácio, 2745-191 Queluz, Portugal.

E-mail: eusebio.rmb@exercito.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9587-5018>

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar de que forma a qualidade da liderança, a autoeficácia e o conflito trabalho-família explicam o *burnout* no Exército Português (EP), atendendo a uma amostra de trabalhadores do EP (n = 5098) constituída por militares e civis, que responderam à versão portuguesa do Copenhagen Psychosocial Questionnaire (COPSOQ II), no âmbito do Programa de Prevenção de Riscos Psicossociais. O modelo construído permite verificar que a variável conflito trabalho-família influencia a relação entre a qualidade da liderança e o *burnout* nos funcionários do EP. Os resultados encontrados permitem-nos compreender de que forma os fatores de stress não operacionais são relevantes, do ponto de vista preventivo e interventivo, ao ajuste da formação ministrada aos militares e apoio à decisão ao nível do comando das várias unidades, estabelecimentos e órgãos (UEO) do EP.

Palavras-chave: riscos psicossociais, *burnout*, liderança, interface trabalho-família.

Abstract: The purpose of this work is to analyze how the self-efficacy, leadership quality and work-family conflict explain the burnout in the Portuguese Army (PA), according to an EP sample of 5098 individuals, constituted by military and civil personnel that answered the Portuguese version of the Copenhagen Psychosocial Questionnaire (COPSOQ II), in the context of the Psychosocial Risk Prevention Program. The built model indicates that the variable work-family conflict impacts the relationship between the leadership quality and the burnout of the EP personnel. The results allow us to comprehend how the non-operational stress factors are relevant, from a preventive and interventional point of view, to the adjustment of the training provided to the military personnel and to the decision support at the command level of the various units, establishments, and bodies (UEB) of the PA.

Keywords: psychosocial risks, burnout, leadership, work-family interface.

Introdução

Falar de organizações ao nível do quadro social implica o debruçar sobre um conjunto de ideias que concorrem para a prossecução de determinados objetivos. Conceções como a motivação, liderança, comunicação, satisfação ou ligação da pessoa-trabalho, são identificadas na linguagem empresarial do comportamento organizacional. Este assenta sobretudo, num processo de interação entre membros, de membros para com a organização e nas relações dos mesmos com o meio circundante. O comportamento organizacional integra um domínio específico de estudo sobre cognições individuais e dinâmicas de grupo em contexto organizacional (Cunha et al., 2004). Contudo, o domínio sobre os conceitos, não é fator impeditivo da ocorrência de disrupções ao nível da organização, dependente das circunstâncias e de determinadas variantes. O comportamento organizacional pode modificar-se ao ponto de impactar negativamente a atividade laboral e até mesmo a capacidade produtiva dos trabalhadores.

Os riscos psicossociais são descritos na literatura como resultado da interação entre diversos fatores, tais como o conteúdo, organização do trabalho e a interação destes com as demais características ambientais e organizacionais (Leka & Jain, 2010). Estes transladam desequilíbrios produtores de instabilidade não só na organização como também nos seus colaboradores (Chagas, 2015). As consequências face à exposição a riscos psicossociais contribuem significativamente para a perda de produtividade e qualidade de vida ao qual se compromete os aspetos intrínsecos ao desenvolvimento por parte dos trabalhadores, tais como as suas competências profissionais e demais necessidades. A interação entre os fatores indicados anteriormente, poderá resultar em prejuízo para a saúde física e psicológica dos trabalhadores. Da perspetiva conceptual, os riscos psicossociais caminham lado a lado com o stress laboral. Este que pode ser definido como a resposta que os trabalhadores poderão manifestar quando confrontados com as exigências laborais, pressão ou demais riscos psicossociais que não sejam proporcionais às suas competências e/ou conhecimentos e desta forma, desafiam a capacidade individual e grupal de adaptação (Leka & Jain, 2010).

Na Europa, têm-se observado nas últimas décadas, alterações profundas no mundo do trabalho, devido à globalização, à terciarização (aumento do sector dos serviços) e das mudanças tecnológicas. Estas mudanças trouxeram desafios para os trabalhadores, como a redução da sua autonomia, insegurança laboral, intensificação do trabalho, o trabalho emocional e o stress tecnológico. Todas estas alterações contribuíram, inevitavelmente, para o aumento da exposição dos trabalhadores aos riscos psicossociais, mais especificamente, ao stress por eles provocado (EU-OSHA, 2018).

A consequência dos riscos psicossociais na saúde dos trabalhadores varia consoante o risco psicossocial percebido e a intensidade e a frequência do stress por ele lícito, assim como a capacidade individual do trabalhador para eficazmente gerir esses estímulos aversivos. No entanto, existe forte evidência de associação entre os problemas de saúde ocupacional dos trabalhadores e a exposição aos riscos psicossociais em contexto laboral (Leka & Jain, 2010), nomeadamente doenças músculo-esqueléticas, doenças cardiovasculares, doenças mentais, stress, *burnout*, absentismo, diminuição da qualidade de vida, diminuição da motivação e despedimento (Kristensen et al., 2005).

Na União Europeia, os dados obtidos no Labour Force Survey demonstram que um em cada quatro trabalhadores está exposto a riscos psicossociais, que consideram poder afetar o seu normal funcionamento psicológico, sendo que a exposição à pressão do tempo e excesso de tarefas são os riscos mais reportados, (23,3%), seguido do assédio e *bullying* (2,6%), e da violência (2,2%) (Hupke, 2021).

Não menos importante, os riscos psicossociais têm também impacto a nível organizacional e social. Uma estimativa conservadora da União Europeia a 15 países, em 2002, apontava para um gasto anual com problemas de saúde associados ao stress no trabalho, de aproximadamente vinte mil milhões de euros. Mais recentemente, em 2014, estimou-se que os custos com a depressão associada ao contexto laboral se situavam nos 617 milhões de euros anuais, valor este associado aos custos para os empregadores com absentismo e presentismo, de perda de produtividade, custos com os cuidados de saúde e os custos com a segurança social (EU-OSHA, 2014). Na conjuntura atual importa reforçar o desenvolvimento de formas de prevenção que atenuem este tipo de riscos nas organizações, onde a instituição militar também se insere.

Os riscos psicossociais na profissão militar

No contexto militar, a aplicabilidade dos conceitos relativos aos riscos psicossociais não difere substancialmente aos que são experienciados em ambiente civil. Embora com uma cultura vincada sobre os valores militares, também esta instituição apresenta dificuldades na implementação de instrumentos de gestão dos recursos humanos (Romão et al., 2020) e consequentemente potencia o surgimento de riscos psicossociais.

Salientamos que, cada vez mais assistimos ao aprofundamento da investigação científica no campo da profissão militar no que respeita às condições do local de trabalho e à forma como estas interagem com a saúde dos profissionais que nesse contexto desempenham a sua atividade profissional. No entanto, a incidência

dos estudos versa principalmente, sobre aspetos relacionados com elementos stressores associados à projeção de militares em teatro de operações e na componente operacional (Brooks & Greenberg, 2018).

Menor atenção tem sido atribuída às condições de trabalho dos militares fora desse contexto, isto é, quando estes desempenham funções nas suas UEO de colocação (Brooks & Greenberg, 2018).

A dificuldade parece estar associada ao facto de os investigadores não disporem de uma estrutura compreensiva que permita entender a diversidade contextual em que os militares desempenham as suas funções. A sua existência tornaria possível conter os vários/diferentes cenários de atuação militar e perceber também em que contextos os stressores poderão ser similares àqueles que se podem encontrar em profissões convencionais (Campbell & Nobel, 2009).

De acordo com a investigação prévia, focamos os stressores e a forma como eles se relacionam, num quadro similar ao contexto de trabalho convencional, que denominamos de *fatores de stresse não operacionais*. Baseamo-nos no termo *non-deployment stress* (Brooks & Greenberg, 2018), utilizado previamente para definir fatores de stresse em contexto mais específico de trabalho e em contexto militar, que enquadra as atividades do dia a dia nas várias UEO do EP.

Os *fatores de stresse não operacionais* que podem ser encontrados na literatura estão relacionados com a transparência do papel laboral desempenhado, pressão do tempo, exigências quantitativas, stressores associados à mudança e transição, relações sociais no local de trabalho, stressores associados ao espaço-físico onde o trabalho ocorre e stressores associados à cultura organizacional (Campbell & Nobel, 2009).

A autoeficácia e o *burnout*

Bandura (1977) definiu a autoeficácia como a crença das pessoas na sua própria capacidade para efetuarem determinada tarefa com sucesso, consistindo num dos mais importantes preditores de sucesso na prossecução de qualquer objetivo auto-proposto. Segundo o autor, está também relacionada com a quantidade de esforço consciente dirigido e o tempo despendido na realização de determinada tarefa, não obstante os obstáculos e demais estímulos aversivos que a comprometam (Bandura, 1977).

As pessoas são tanto produto como criadores do seu ambiente laboral, resultado da dinâmica reciprocamente causal existente no sistema triádico constituído pela pessoa, comportamento e organização. Nesta dinâmica, a autoeficácia assume um papel relevante, levando as pessoas a adotar uma postura de controlo sobre as

circunstâncias caracterizadoras do seu local de trabalho. Como resultado, os trabalhadores lidam de forma mais adaptada com as emoções negativas lícitas pelas características do seu local de trabalho e também, vêm-se dotados de melhor capacidade para moldarem o seu ambiente de trabalho, interagindo dessa forma, mais positivamente com este (Consiglio et al., 2013).

Estes autores concluíram que trabalhadores com maior nível de autoeficácia manifestam menos sintomas de *burnout*, o que parece indicar que as percepções positivas face às características do trabalho têm um carácter protetor face aos sintomas associados ao *burnout*. No modelo estatístico construído pelos autores, a autoeficácia explica 48% da variância do *burnout*. O resultado parece sustentar a Teoria da Autorregulação de Bandura, que prevê que a crença dos indivíduos nas suas competências para desempenhar determinadas tarefas irá influenciar a motivação para procurar ou evitar ativamente executar essas tarefas (Judge et al., 2000). Ainda segundo este autor, quanto mais positivas forem as *self core evaluations*, conjunto de crenças nas quais se inclui a autoeficácia, maior e mais positiva será a percepção acerca das características do seu trabalho.

O *burnout* (Síndrome de Exaustão Emocional) resulta da baixa capacidade de gestão do stress lícito no local de trabalho, sendo caracterizado por três dimensões, i) sentimentos de falta de energia ou exaustão, ii) distanciamento face ao local de trabalho ou sentimentos de negativismo ou cinismo em relação ao trabalho, iii) percepção de ausência de efetividade ou dificuldade na realização das funções. A somar, esta condição relaciona-se especificamente com o contexto laboral/ocupacional, não podendo ser compreendida fora do mesmo (WHO, 2019).

A componente de exaustão representa a dimensão de stress base do *burnout*, referindo-se ao sentimento de estar além das suas capacidades físicas e emocionais, o cinismo ou despersonalização refere-se à negatividade, insensibilidade, desapego em relação a vários aspetos do trabalho. Por sua vez a ausência de efetividade ou dificuldade na realização das funções é a dimensão de auto-avaliação do *burnout*, referindo-se a sentimentos de incompetência, baixa produtividade e realização (Maslach et al., 2001).

Posto isto, colocamos a hipótese de que os militares que referem maior nível de autoeficácia, apresentam menores queixas associadas ao *burnout*, devido à capacidade protetora que a autoeficácia lhes confere.

H1. A autoeficácia está negativamente associada ao burnout.

A qualidade da liderança geral e o *burnout*

Pensar a instituição militar é pensar liderança (Wong et al., 2003). A liderança tem sido alvo de investigação constante desde há algum tempo à atualidade, sendo que se tem focado no impacto dos tipos de liderança naqueles que são liderados sob esse tipo em específico (Zopiatis & Constanti, 2010). Uma liderança próxima e que apoia os seus colaboradores está associada a baixos níveis de *burnout*, por outras palavras, os líderes têm um papel importante na organização e criação de ambientes de trabalho que otimizam a performance dos seus subordinados, sendo que este impacto terá repercussões na sua experiência laboral e que terá, também, consequências ao nível da sua saúde (Adler et al., 2017).

Quando os líderes falham, por algum motivo, em assegurar boas condições de trabalho para os seus subordinados, estes irão esforçar-se em excesso para alcançar os objetivos propostos, acarretando inevitavelmente, maior desgaste para os mesmos (Laschinger & Fida, 2014). Considerando o efeito observado anteriormente da liderança no *burnout*, consideramos que os militares que referem uma qualidade de liderança geral (Adler et al., 2017) mais positiva, irão demonstrar menores queixas associadas ao *burnout*.

H2. A qualidade da liderança geral está negativamente associada ao burnout.

A investigação conduzida por Chen e Bliese (2002), no campo da liderança em contexto militar, estudou o efeito de dois tipos de liderança na autoeficácia dos militares do nível mais baixo. Os dois tipos de liderança podem caracterizar-se como, por um lado, de nível superior, com características mais distais face aos subordinados e em que não existe um contacto direto com estes. Por outro lado, de nível inferior com um carácter mais proximal, onde existe um contacto direto entre quem lidera e os subordinados. Em ambos os tipos conseguiu-se constatar a existência de uma relação positiva entre a qualidade da liderança percebida e a autoeficácia dos subordinados. Embora ocorram de formas diferentes e tenham sido avaliadas por intermédio de variáveis diferentes (liderança de nível superior por intermédio da “clareza do papel desempenhado” e liderança de nível inferior através da “pressão psicológica”), é possível concluir-se que uma qualidade da liderança positiva é preditor de maior autoeficácia nos liderados (Chen & Bliese, 2002).

Posto isto, consideramos também a hipótese de que a qualidade da liderança geral estará associada à autoeficácia.

H3. A qualidade da liderança geral está positivamente associada à autoeficácia.

O conflito trabalho: família e o *burnout*

De acordo com a literatura, o conflito trabalho-família é um conflito inter-papéis, em que os papéis laboral e familiar do indivíduo são incompatíveis de alguma forma (Greenhaus & Beutell, 1985). Surge sempre que um indivíduo é incapaz de gerir eficazmente as exigências derivadas do seu trabalho e da sua família e em que existe um conflito de papéis entre ambos (Che et al., 2017).

Podem ser elencadas três formas principais de conflito trabalho-família; i) o conflito baseado no tempo (*time-based conflict*), consistente com o trabalho em excesso ou incompatibilidade de agendas. Este conflito ocorre sempre que um dos papéis exige demasiado tempo impossibilitando que o tempo adequado seja empregue na realização de tarefas associadas ao outro papel; ii) o conflito baseado na pressão de papéis está associado à exigência e pressão lícitada por cada um dos papéis, laboral e familiar. Ele surge quando o stresse provocado por um dos papéis impossibilita, em certa medida ou na totalidade, o cumprimento das obrigações associadas ao outro papel; iii) o conflito baseado no comportamento ocorre sempre que um conjunto de padrões comportamentais específicos e associados ao papel laboral, são incompatíveis com o padrão comportamental expectável e desejável no papel familiar, e vice-versa (Greenhaus & Beutell, 1985).

Verifica-se a existência de uma relação na interface trabalho-família e potenciais problemas associados como o *burnout*, stresse, perturbações psicológicas e sintomas somáticos (Amstad et al., 2011).

Quando confrontados com um volume adicional de trabalho os militares utilizam mais recursos da sua esfera pessoal, como tempo e recursos cognitivos, de forma a lidar com o que lhes é exigido, levando a menos tempo-livre para realizarem outras atividades inerentes ao seu papel familiar, de descansarem e distanciarem-se do trabalho (Ilies et al., 2007; Sonnentag & Fritz, 2007; Nahum-Shani & Bamberger, 2011) levando desta forma a mais vulnerabilidades e problemas de saúde (Croon et al., 2005).

Do ponto de vista organizacional e segundo Dupré e Day (2007), o conflito trabalho-família pode inclusivamente levar a intenções de *turnover* como verificando nas forças armadas canadianas.

Maslach (2005) detetou que o *burnout* afeta a vida familiar de duas formas; através da alteração da reatividade emocional percecionada pelas famílias dos afetados, traduzindo-se em sentimentos de frustração, raiva e hostilidade sobre assuntos domésticos triviais e através de comportamentos de isolamento e autoexclusão por parte do afetado em assuntos familiares (Maslach, 2005).

Posto isto, consideramos que existirá uma interação ente a qualidade da liderança geral e o conflito trabalho-família, com efeito no *burnout*.

H4. O conflito trabalho-família vai mediar parcialmente a relação negativa entre a qualidade da liderança geral e o burnout.

Metodologia

Design de investigação e participantes

Os dados foram recolhidos ao longo do ano de 2020 em 56 UEO do EP, no âmbito do Programa de Prevenção de Riscos Psicossociais.

A aplicação dos questionários foi efetuada por pessoal com formação ministrada pelo CPAE (Centro de Psicologia Aplicada do Exército), como forma de evitar enviesamento dos resultados derivados das condições de aplicação.

A amostra obtida é composta de acordo com o exposto na Tabela 1.

Tabela 1 Descrição da amostra

		n	%
Estado civil	Solteiro	2903	57,60
	Casado/União de facto	1875	37,20
	Divorciado	230	4,60
	Viúvo	29	0,60
	Total	5037	100,00
Categoria	Praça	2128	42,00
	Sargento	1549	30,60
	Oficial	699	13,80
	Civil	692	13,70
	Total	5068	100,00
Tipo de contrato	RV/RC	2620	53,40
	QP	2283	46,60
	Total	4903	100,00
Tipo de serviço	Operacional	1574	32,00
	Administrativo	1502	30,50
	Técnico	595	12,10
	Manutenção e serviços	1252	25,40
	Total	4923	100,00

Instrumentos

O EP vê implementado desde 2016, o Programa de Prevenção de Riscos Psicossociais, este procedimento sistemático de avaliação e intervenção nos riscos psicossociais, tem por objetivo efetuar uma monitorização permanente dos riscos psicossociais das UEO do EP, de forma a que se encontrem e implementem medidas mitigadoras dos mesmos,

com vista à sua gestão ou eliminação. O instrumento escolhido para efetuar a avaliação dos riscos psicossociais foi a versão média da versão portuguesa do Copenhagen Psychosocial Questionnaire (COPSOQ II) (Silva et al., 2011), adaptado para o EP.

Este questionário destina-se a cobrir as necessidades gerais envolvidas na abrangência do conceito de “stress no trabalho”, baseando-se no modelo de exigência e controlo (Karasek, 1979), que estabelece uma relação entre o stress e as elevadas exigências no trabalho e um baixo apoio social (Kristensen et al., 2005).

É constituído por 29 subescalas e 76 perguntas, sendo que a resposta corresponde a uma escala *Likert* de 5 pontos que varia entre “1 – Nunca/Quase Nunca” e “5 – Sempre” (Silva et al., 2011). Nesta investigação, considerando os objetivos a que nos propomos, utilizamos as subescalas “*burnout*”, “qualidade da liderança”, “autoeficácia”, e “conflito trabalho-família”, estas constituídas pelas perguntas que apresentamos na Tabela 2.

As variáveis demográficas consideradas nesta análise são o “estado civil”, “categoria”, “tipo de contrato” e “tipo de serviço”.

O Alpha de Cronbach obtido para as 4 subescalas (Tabela 2) demonstra a existência de uma boa consistência interna, sendo fiáveis quanto ao constructo que se propõe a avaliar.

Tabela 2 Perguntas constituintes das subescalas e respetivo Alpha de Cronbach

Subescala	Perguntas constituintes	Alpha de Cronbach	Nº de itens
<i>Burnout</i>	Fisicamente exausto? Emocionalmente exausto?	0,824	2
Qualidade da liderança geral	A Chefia direta oferece aos indivíduos e ao grupo boas oportunidades de desenvolvimento? A Chefia direta dá prioridade à satisfação no trabalho? A Chefia direta é boa no planeamento do trabalho? A Chefia direta é boa a resolver conflitos?	0,892	4
Autoeficácia	Sou sempre capaz de resolver problemas, se tentar o suficiente. É-me fácil seguir os meus planos e atingir os meus objetivos.	0,682	2
Conflito trabalho-família	Sente que o seu trabalho lhe exige muita energia que acaba por afetar a sua vida privada negativamente? Sente que o seu trabalho lhe exige muito tempo que acaba por afetar a sua vida privada negativamente? A sua família e os seus amigos dizem-lhe que trabalha demais?	0,888	3

A fim de realizarmos os procedimentos estatísticos necessários para testar as Hipóteses propostas, construímos índices com os valores médios das respostas aos itens de cada subescala.

Análise de dados

As análises de dados foram realizadas com recurso ao pacote de software estatístico IBM SPSS, Versão 26.0. Armonk, NY: IBM Corp.

Utilizamos métodos paramétricos, Teste T de comparação de médias e análise de variância (ANOVA) Unifatorial, para testar as diferenças na percepção de “*burnout*” entre as categorias das variáveis descritivas da amostra.

Testamos as Hipóteses 1 – 3 recorrendo a correlações de Pearson. Para testarmos a Hipótese 4 utilizamos a Macro Process (Hayes, 2013) para SPSS que permite testar o efeito direto, indireto e total simultaneamente. Estimamos os intervalos de confiança corrigidos de 95% para todos coeficientes de regressão e coeficientes de efeito, com 5000 iterações de *bootstrapping*.

Acessoriamente, considerando as variáveis selecionadas assim como o objetivo a que se propõe o Programa de Prevenção de Riscos Psicossociais do EP, decidimos construir um modelo de Regressão Linear Múltipla, com objetivo de perceber quais das variáveis explicativas (preditoras) mais contribuía para o “*burnout*”. Esta informação, na prática reveste-se de grande importância, no sentido de que, permite-nos potenciar a eficácia das medidas interventivas ao nível do *burnout*, ajustando-as às realidades distintas das UEO do EP, assim como, sustentar e aperfeiçoar a formação ministrada aos militares.

Resultados

Analizamos a percepção de “*burnout*” nas variáveis descritivas selecionadas: “estado civil”, “categoria”, “tipo de contrato” e “tipo de serviço” (Tabela 3).

Consideramos adequado analisar a percepção de “*burnout*” entre as variáveis descritivas da amostra, cujos resultados são a seguir apresentados na Tabela 4.

A comparação de médias da variável categorial “tipo de contrato” apresenta resultados significativos entre a categoria “QP” (Quadro Permanente) e “RV/RC” (Regime de Contrato/Regime de Voluntariado) $t(4894) = 2,44, p < 0.001$, os militares que prestam serviço em “RV/RC” relatam maior “*burnout*” do que os militares que prestam serviço em “QP”.

Tabela 3 Descritivas das variáveis em estudo “burnout”, “qualidade da liderança geral”, “autoeficácia” e “conflito trabalho-família”

Variáveis demográficas		Burnout			Qualidade da liderança geral			Autoeficácia			Conflito trabalho-família		
		n	M	DP	n	M	DP	n	M	DP	n	M	DP
Estado civil	Solteiro	2899	2,62	1,07	2899	3,49	0,90	2900	3,89	0,70	2900	2,86	1,12
	Casado/União de facto	1872	2,50	1,03	1861	3,58	0,89	1871	4,01	0,64	1869	2,62	1,10
	Divorciado	230	2,52	1,06	227	3,73	0,87	230	4,01	0,68	230	2,35	1,12
	Viúvo	29	3,07	1,10	27	3,86	0,87	29	3,95	0,76	29	2,30	1,06
	Total	5030	2,58	1,05	5014	3,54	0,90	5030	3,94	0,68	5028	2,74	1,12
Categoria	Oficial	698	2,42	1,01	699	3,57	0,83	696	4,06	0,55	699	2,86	1,07
	Sargento	1548	2,39	0,98	1545	3,51	0,88	1547	3,97	0,65	1547	2,58	1,04
	Praça	2126	2,70	1,08	2126	3,46	0,92	2128	3,85	0,72	2126	2,93	1,13
	Civil	689	2,75	1,08	674	3,83	0,87	689	4,03	0,72	687	2,39	1,18
	Total	5061	2,57	1,05	5044	3,54	0,90	5060	3,94	0,68	5059	2,74	1,12
Tipo de contrato	RV/RC	2618	2,66	1,08	2617	3,47	0,91	2619	3,88	0,72	2618	2,89	1,12
	QP	2278	2,46	1,02	2267	3,59	0,88	2278	4,02	0,64	2277	2,60	1,10
	Total	4896	2,57	1,06	4884	3,53	0,90	4897	3,94	0,68	4895	2,75	1,12
Tipo de serviço	Operacional	1573	2,56	1,06	1571	3,45	0,89	1573	3,92	0,70	1574	2,92	1,08
	Administrativo	1501	2,44	0,99	1495	3,61	0,87	1500	4,00	0,65	1499	2,42	1,08
	Técnico	594	2,64	1,07	593	3,54	0,89	592	3,98	0,63	594	2,80	1,14
	Manutenção e serviços	1248	2,72	1,11	1245	3,54	0,94	1251	3,88	0,74	1247	2,87	1,13
	Total	4916	2,57	1,06	4904	3,53	0,90	4916	3,94	0,69	4914	2,74	1,12

Tabela 4 Resultados obtidos na Análise de Variância (ANOVA) Unifatorial e teste T para amostras independentes

	Solteiro	Casado/ União de facto	Divorciado	Viúvo	
Estado civil	(n = 2899)	(n = 1872)	(n = 230)	(n = 29)	
	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	<i>F</i> (3,5026)
<i>Burnout</i> (score total)	2,62 (1,06)	2,50 (1,03)	2,52 (1,06)	3,07 (1,05)	7,349**
Categoria	Oficiais	Sargentos	Praças	Civis	
	(n = 698)	(n = 1548)	(n = 2126)	(n = 689)	
	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	<i>F</i> (3,5057)
<i>Burnout</i> (score total)	2,42 (1,01)	2,39 (0,98)	2,70 (1,08)	2,75 (1,08)	38.62**
Tipo de contrato	RV/RC		QP		
	(n = 2618)		(n = 2278)		
	Média (DP)		Média (DP)		<i>t</i> (4894)
<i>Burnout</i> (score total)	2,66 (1,08)		2,46 (1,02)		6,871**
Tipo de serviço	Operacional	Administrativo	Técnico	Manutenção e serviços	
	(n = 1573)	(n = 1501)	(n = 594)	(n = 1248)	
	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	<i>F</i> (3,4912)
<i>Burnout</i> (score total)	2,56 (1,06)	2,44 (0,99)	2,64 (1,07)	2,72 (1,11)	17,126**

** $p < .01$, * $p < .05$

A análise de variância inter-grupos nas variáveis categoriais “estado civil”, “categoria” e “tipo de serviço” revelou existirem diferenças significativas quanto ao “burnout” sentido. Realizamos análise *post-hoc* de Gabriel (Field, 2009) entre os grupos para perceber entre que grupos podemos encontrar essas diferenças.

Estado civil

Existem diferenças significativas ao nível do “burnout” em função dos diferentes “estados civis” $F(3,5026) = 7,349$, $p < 0,001$ (Tabela 5).

Categoria

Existem diferenças significativas ao nível do “burnout” em função das diferentes “categorias” do EP $F(3,5057) = 7,349$, $p < 0,001$ (Tabela 5).

Tipo de serviço

Existem diferenças significativas ao nível do “*burnout*” em função do “tipo de serviço” desempenhado $F(3,4912) = 17,126, p < 0,001$ (Tabela 5).

Tabela 5 Resultados relativos aos Teste *post-hoc* de Gabriel

Estado civil	Solteiro vs. Casado/União de facto	Solteiro vs. Divorciado	Solteiro vs. Viúvo	Casado/ União de facto vs. Divorciado	Casado/ União de facto vs. Viúvo	Divorciado vs. Viúvo
<i>Burnout</i> (score total)	*	<i>n.s.</i>	*	<i>n.s.</i>	*	*
Categoria	Oficiais vs. Sargentos	Oficiais vs. Praças	Oficiais vs. Civis	Sargentos vs. Praças	Sargentos vs. Civis	Praças vs. Civis
<i>Burnout</i> (score total)	<i>n.s.</i>	**	**	**	**	<i>n.s.</i>
Tipo de Serviço	Operacional vs. Administrativo	Operacional vs. Técnico	Operacional vs. Manutenção e Serviços	Administrativo vs. Técnico	Administrativo vs. Manutenção e Serviços	Técnico vs. Manutenção e Serviços
<i>Burnout</i> (score total)	*	<i>n.s.</i>	**	**	**	<i>n.s.</i>

** $p < .01$, * $p < .05$

n.s. — não significativo

A Tabela 6 apresenta os resultados obtidos para as correlações entre as variáveis em estudo. A “autoeficácia” está negativamente associada ao “*burnout*” ($r = -0,202, p < .01$), o que confirma a Hipótese 1. A “qualidade da liderança geral”, apresenta uma relação negativa com o “*burnout*” ($r = -0,228, p < .01$), o que confirma a Hipótese 2. O resultado da correlação entre a variável “qualidade da liderança geral” e a variável “*burnout*” apresenta uma relação positiva ($r = 0,206, p < .01$), confirmando a Hipótese 3.

Realizamos uma análise de regressão múltipla tendo a variável “*burnout*” como variável dependente e as restantes variáveis como predictoras no nosso modelo. Na Tabela 7 reportamos os resultados obtidos que passaremos a analisar.

O modelo linear é estatisticamente significativo, $F(3,5050) = 705,126, p < .001$ e explica 35% da variação do “*burnout*” nos militares e civis do EP ($R^2_{adj} = 0,350$). Todas as variáveis predictoras incluídas no modelo explicam significativamente o “*burnout*”; “qualidade da liderança geral” ($\beta = -0,60, t = -4,226, p < .001$), “autoeficácia” ($\beta = -0,191, t = -10,159, p < .001$) e “conflito trabalho-família” ($\beta = 0,515, t = 46,145, p < .001$).

Tabela 6 Resultados das correlações efetuadas às variáveis em estudo

Variáveis	1	2	3	4
1. Autoeficácia	-			
2. Qualidade da liderança geral	,206**	-		
3. <i>Burnout</i>	-,202**	-,228**	-	
4. Conflito trabalho - família	-,126**	-,277**	,575**	-

** $p < .01$ **Tabela 7** Fatores determinantes do “*burnout*” e coeficiente de determinação semi-parcial

Variáveis Explicativas	Valores Beta	R ² Part%
Qualidade da liderança	-0,051**	0,2
Autoeficácia	-0,124**	1,5
Conflito trabalho - família	0,546**	27,4
R ² ajustado	.350**	
F (3,5050)	909,663	

** $p < .01$

À exceção da variável “conflito trabalho-família”, com um sentido positivo significativo, as restantes variáveis predictoras “qualidade da liderança geral” e “autoeficácia” apresentam um sentido negativo significativo. Podemos observar na Tabela 7 que o “conflito trabalho-família”, é a variável que apresenta maior efeito no “*burnout*” ($R^2_{\text{semi-parcial}} = 27,4$). Quanto aos efeitos no “*burnout*”, pelas variáveis predictoras, seguem-se a “autoeficácia” ($R^2_{\text{semi-parcial}} = 1,5$) e a “qualidade da liderança geral” ($R^2_{\text{semi-parcial}} = 0,2$).

Efetuamos uma análise de mediação para avaliar se o “conflito trabalho-família” mediava o efeito da “qualidade da liderança geral” no “*burnout*”. Estamos perante uma mediação parcial, dado que após a introdução da mediadora no modelo, o efeito da “qualidade da liderança geral” no “*burnout*” continua significativo sendo que o nosso modelo de mediação explica aproximadamente 33,7% da variância do “*burnout*”. O efeito de mediação (efeito indireto) é significativo $\beta = -0,1814$ (95% BCa CI = -0,2024, -0,1614). Conforme se pode observar na Figura 1, o “conflito trabalho-família” mediou aproximadamente 67,52% da relação entre “qualidade da liderança” e “*burnout*”. A Hipótese 4 é suportada pelos resultados do modelo de mediação.

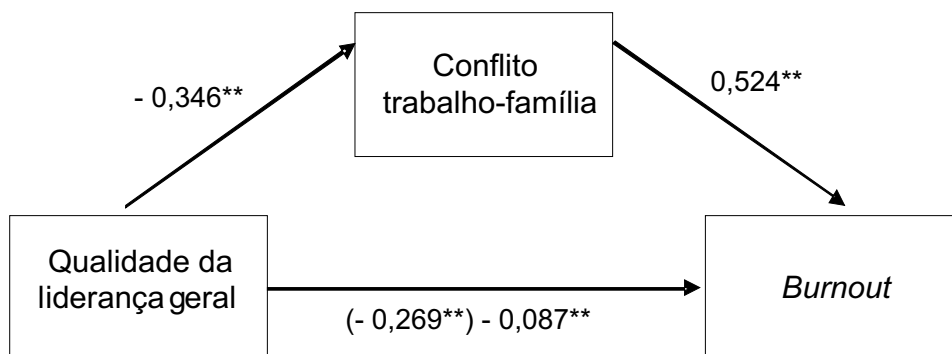


Figura 1 Efeito da “qualidade da liderança geral” no “burnout” mediado pelo “conflito trabalho-família”

Valor do efeito total entre parêntesis.

O intervalo de confiança Bias — *corrected and accelerated* (BCa) foi estimado pela técnica de *bootstrapping* (5.000 amostragens).

Discussão

Os resultados do presente estudo permitiram perceber a percepção de “burnout” na amostra de trabalhadores do EP, tomando em consideração um grupo de variáveis que a bibliografia considera estarem relacionadas com este fenómeno ocupacional com potencial prejuízo para a saúde dos mesmos, assim como, numa perspetiva organizacional, para o normal cumprimento das missões atribuídas a esta instituição secular, com atribuições no âmbito da defesa do país e demais obrigações no âmbito dos seus compromissos OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Comparação de médias

Podemos constatar que existem diferenças significativas ao nível da percepção de “burnout” dos trabalhadores do EP, considerando o seu “estado civil”, “categoria”, “tipo de contrato” e “tipo de serviço”.

Os “civis” e as “praças” obtêm um valor médio mais elevado de “burnout”, assim como os trabalhadores em regime de contrato ou de voluntariado, ou seja, aqueles que não detêm um vínculo contratual permanente. O tipo de serviço é também relevante na compreensão desta condição no EP, ficando claro que o desempenho de funções na área da manutenção e serviços é aquela onde se verifica um valor médio superior, não se diferenciando significativamente das funções de carácter técnico. Estas diferenças encontradas podem ser justificadas pelo facto de que, embora estejamos a considerar trabalhadores da mesma instituição, existe uma

grande heterogeneidade ao nível das funções desempenhadas, das responsabilidades atribuídas e dos serviços prestados (Maslach et al., 2001).

Podemos também concluir que o “estado civil” do trabalhador é relevante para a compreensão do “*burnout*”, nomeadamente, os “viúvos/as” são os apresentam uma média superior em relação aos demais. Em contraposição, os “casados ou em situação similar” obtêm o valor médio mais baixo. Este resultado poderá ser justificado pelo facto de que a existência de uma relação conjugal, que proporciona suporte e proteção é um fator protetor face a experiência de stresse laboral (De la Fuente et al., 2018).

Estes dados são importantes, na medida em que, nos permite conhecer uma realidade laboral tão distinta quanto a do EP e dessa forma, implementar estratégias específicas e objetivas, por forma a mitigar os efeitos predisponentes do *burnout*.

Análise de correlação

Os resultados das análises de correlação permitem-nos perceber que quanto maior é a “qualidade da liderança geral” atribuída à chefia e a “autoeficácia” percecionada, menor será o “*burnout*”. A liderança de qualidade pode ser entendida como o conjunto de comportamentos daquele que lidera sobre o liderado, que incluem o apoio emocional e instrumental, assim como ser justo e imparcial (Leiter & Maslach, 2003), desta forma, podemos afirmar que aqueles que relatam ter uma melhor liderança, manifestam níveis de *burnout* mais baixos. Não obstante, importa referir também que a “qualidade da liderança” assim como a “autoeficácia” se encontram associadas positivamente, pelo que a promoção de qualquer uma destas dimensões irá, previsivelmente, contribuir duplamente para a diminuição do “*burnout*” e do “conflito trabalho-família”.

Revelou também uma associação positiva entre o “conflito trabalho-família” e o “*burnout*”, associação essa expectável considerando os trabalhos previamente realizados nesta área que relacionaram estas duas variáveis. Esta confirmação é relevante para a compreensão do *burnout*, na medida em que, com grande frequência os trabalhadores, principalmente os militares, são colocados a exercer funções geograficamente afastados do seu local de residência e concomitantemente, do seu seio familiar, aumentando dessa forma, o potencial de conflito de papéis.

Modelo de Regressão Múltipla

Por sua vez, o modelo de regressão permite perceber o contributo de cada uma das variáveis para a explicação do “*burnout*”, identificando o “conflito trabalho-família” como o preditor mais importante para o surgimento de sintomas associados ao “*burnout*”. Como visto anteriormente este fator tinha sido previamente identificado como relevante para a compreensão do stresse em contexto laboral, (Brooks & Greenberg,

2018; Campbell & Nobel, 2009; Greenhaus & Beutell, 1985), no entanto, não existia até à data informações acerca da sua importância no EP. Esta informação de que agora dispomos, reveste-se de grande utilidade, para a compreensão do fenómeno e prevenção do *burnout*, quer sob a forma de propostas de modificações da estrutura funcional da unidade, quer ao nível da formação dos *stakeholders*.

Modelo de Mediação

O modelo de mediação demonstra que o “conflito trabalho-família” medeia parcialmente o efeito da “qualidade da liderança” no “*burnout*”, demonstrando uma vez mais, a relevância do conflito trabalho-família para a explicação do *burnout*.

Este resultado sustenta a ideia de que quando a qualidade da liderança é baixa, leva a um aumento do conflito trabalho-família, pelo facto de que o trabalhador terá de alocar recursos que normalmente estariam alocados à dimensão familiar, para ser empregues na dimensão laboral, provocando desta forma um aumento da percepção de *burnout* e em última análise, o prejuízo da saúde dos trabalhadores. Uma vez mais, o “conflito trabalho-família” constitui-se como um elemento a ter em consideração, como principal preditor do “*burnout*”, de entre as variáveis consideradas neste estudo.

Este resultado diverge dos resultados obtidos por Che et al. (2017), que não encontraram efeito de mediação do conflito trabalho-família na relação entre a liderança passiva e o *burnout*. Este aspeto pode ser justificado pelo facto de que os autores mencionados consideraram como variável independente a liderança passiva, tipologia específica de liderança e por outro lado, considerarem uma amostra distinta da utilizada neste estudo. Importa reter que a profissão militar implica frequentemente o afastamento do meio familiar em distâncias geográficas variáveis, por períodos de tempo mais ou menos longos, a somar ao facto de os militares poderem ser chamados a qualquer momento para o cumprimento de tarefas ou missões (Brooks & Greenberg, 2018).

Limitações

O nosso estudo não contempla uma medida de avaliação exaustiva da presença de sintomas associados ao *burnout*, ou seja, que compreenda a avaliação das três dimensões principais desta condição, como previamente descrito (WHO, 2019), procurando apenas indicadores de *burnout* pela presença de relatos associados a exaustão física e psicológica. A existência de uma medida mais robusta de deteção de *burnout* iria certamente contribuir positivamente para a validade dos resultados apresentados.

O conjunto de análises efetuadas têm um carácter global, por analisar a totalidade dos militares do EP, não permitindo discriminar o comportamento das variáveis ao

nível das UEO. Este aspeto é importante, na medida em que a localização geográfica, os fatores culturais e sociais da implantação da UEO poderão ter um efeito importante na relação das variáveis, não sendo considerados nesta investigação.

Sabemos também que existe rotatividade de militares nas UEO do EP e neste último como um todo, pelo que os resultados obtidos nesta investigação devem ser enquadrados ao período temporal em que foram recolhidos. A sua contínua recolha e análise permitirá não só perceber as alterações ao nível do *burnout* como também prevenir o impacto deste na saúde nos militares portugueses.

Nota

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Adler, A. B., Adrian, A. L., Hemphill, M., Scaro, N. H., Sipos, M. L., & Thomas, J. L. (2017). Professional Stress and Burnout in U.S. Military Medical Personnel Deployed to Afghanistan. *Military Medicine*, 182(3), e1669-e1676. <https://doi.org/10.7205/MILMED-D-16-00154>
- Amstad, F. T., Meier, L. L., Fasel, U., Elfering, A., & Semmer, N. K. (2011). A meta-analysis of work-family conflict and various outcomes with a special emphasis on cross-domain versus matching-domain relations. *Journal of Occupational Health Psychology*, 16(2), 151-169. <https://doi.org/10.1037/a0022170>
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a Unifying Theory of Behavioral Change. *Psychological Review*, 84(2), 191-215. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.84.2.191>
- Brooks, S. K., & Greenberg, N. (2018). Non-deployment factors affecting psychological wellbeing in military personnel: literature review. *Journal of Mental Health*, 27(1), 80-90. <https://doi.org/10.1080/09638237.2016.1276536>
- Campbell, D. J., & Nobel, O. B.-Y. (2009). Occupational Stressors in Military Service: A Review and Framework. *Military Psychology*, 21(sup2), S47-S67. <https://doi.org/10.1080/08995600903249149>
- Chagas, D. (2015). Riscos Psicossociais no trabalho: Causas e Consequências. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 2(1), 439-446.
- Che, X. X., Zhou, Z. E., Kessler, R. S., & Spector, E. P. (2017). Stressors beget stressors: The effect of passive leadership on employee health through workload and work-family conflict. *Work & Stress*, 31(4), 338-354. <https://doi.org/10.1080/02678373.2017.1317881>
- Chen, G., & Bliese, P. D. (2002). The Role of Different Levels of Leadership in Predicting Self- and Collective Efficacy: Evidence for Discontinuity. *Journal of Applied Psychology*, 87(3), 549-556. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.87.3.549>

- Consiglio, C., Borgogni, L., Alessandri, G., & Schaufeli, W. B. (2013). Does self-efficacy matter for burnout and sickness absenteeism? The mediating role of demands and resources at the individual and team levels. *Work & Stress*, 27(1), 22-42. <http://dx.doi.org/10.1080/02678373.2013.769325>
- Croon, E., Sluiter, J., Kuijter, P. P., & Frings-Dresen, M. (2005). The effect of office concepts on worker health and performance: A systematic review of the literature. *Ergonomics*, 48(2), 119-34. <https://doi.org/10.1080/00140130512331319409>.
- Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C., & Cardoso, C. C. (2004). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*. Editora RH.
- De la Fuente, G. A., Ortega, E., Ramirez-Baena, L., De la Fuente-Solana, E., Vargas, C., & Gómez-Urquiza, J. (2018). Gender, Marital Status, and Children as Risk Factors for Burnout in Nurses: A Meta-Analytic Study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(10), 2102. <https://doi.org/10.3390/ijerph15102102>
- Dupré, K. E., & Day, A. (2007). The effects of supportive management and job quality on the turnover intentions and health of military personnel. *Human Resource Management*, 46(2), 185-201. <https://doi.org/10.1002/hrm.20156>
- EU-OSHA, European Agency for Safety and Health at Work (2014). *Cálculo do custo do stresse e dos riscos psicossociais relacionados com o trabalho: Revisão bibliográfica*. <https://doi.org/10.2802/20493>
- EU-OSHA, European Agency for Safety and Health at Work (2018). *A gestão dos riscos psicossociais nos locais de trabalho europeus: dados do Segundo Inquérito Europeu às Empresas sobre Riscos Novos e Emergentes (ESENER-2)*.
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS*. SAGE Publications Ltd.
- Greenhaus, J. H., & Beutell, J. N. (1985). Sources of Conflict Between Work and Family Roles. *Academy of Management Review*, 10(1), 76-88. <https://doi.org/10.2307/258214>
- Hayes, A. F. (2013). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach*. Guilford Press.
- Hupke, M. (2021). Psychosocial risks and workers health. In OSH WIKI. EU-OSHA, European Agency for Safety and Health at Work. https://oshwiki.eu/wiki/Psychosocial_risks_and_workers_health
- Ilies, R., Schwind, K. M., Wagner, D. T., Johnson, M. D., DeRue, D. S., & Ilgen, D. R. (2007). When can employees have a family life? The effects of daily workload and affect on work-family conflict and social behaviors at home. *Journal of Applied Psychology*, 92(5), 1368-1379. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.92.5.1368>
- Judge, T. A., Bono, J. E., & Locke, E. A. (2000). Personality and Job Satisfaction: The Mediating Role of Job Characteristics. *Journal of Applied Psychology*, 85(2), 237-249. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.85.2.237>
- Karasek, R. A. (1979). Job Demands, Job Decision Latitude, and Mental Strain: Implications for Job Redesign. *Administrative Science Quarterly*, 24(2), 285-308. <https://doi.org/10.2307/2392498>
- Kristensen, T. S., Hannerz, H., Høgh, A., & Borg, V. (2005). The Copenhagen Psychosocial Questionnaire—a tool for the assessment and improvement of the

- psychosocial work environment. *Scandinavian Journal of Work, Environment & Health*, 31(6), 438-449. <https://doi.org/10.5271/sjweh.948>
- Laschinger, H. K., & Fida, R. (2014). New nurses burnout and workplace wellbeing: The influence of authentic leadership and psychological capital. *Burnout Research*, 1(1), 19-28. <http://doi.org/10.1016/j.burn.2014.03.002>
- Leiter, M. P., & Maslach, C. (2003). Areas of Worklife: A Structured Approach to Organizational Predictors of Job Burnout. *Research in Occupational Stress and Well Being*, 3, 91-134. [https://doi.org/10.1016/S1479-3555\(03\)03003-8](https://doi.org/10.1016/S1479-3555(03)03003-8)
- Leka, S., & Jain, A. (2010). *Health Impact of Psychosocial Hazards at Work: An Overview*. World Health Organization.
- Maslach, C. (2005). Understanding Burnout: Work and Family Issues. In D. F. Halpern, & S. E. Murphy (Eds.), *From work-family balance to work-family interaction: Changing the metaphor* (pp.99-114). Routledge.
- Maslach, C., Schaufeli, W. B., & Leiter, M. P. (2001). Job burnout. *Annual Review of Psychology*, 52, 397-422. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.397>
- Nahum-Shani, I., & Bamberger, P. A. (2011). Work Hours, Retirement and Supportive Relations among Older Adults. *Journal of organizational behavior*, 32(2), 345-369. <https://doi.org/10.1002/job.662>
- Romão, A., Baltazar, S. M., Rosado, D. P., Fonseca, D., & Lopes, H. S. (2020). Reserva e reforma no Exército Português: Os números e as reconfigurações. *SOCIOLOGIA ON LINE*, (22), 138-163.
- Silva, C., Amaral, V., Pereira, A., Pedro, B.-h., Pereira, A., Vítor, R., Patrone Cotrim, T., Silvério, J., & Nossa, P. (2011). *Versão Portuguesa do Copenhagen Psychosocial Questionnaire – COPSOQ II*. Departamento de Educação: Universidade de Aveiro.
- Sonnentag, S., & Fritz, C. (2007). The Recovery Experience Questionnaire: Development and validation of a measure for assessing recuperation and unwinding from work. *Journal of Occupational Health Psychology*, 12(3), 204-221. <https://doi.org/10.1037/1076-8998.12.3.204>
- WHO, World Health Organization (2019). *ICD-11. International Classification of Diseases for Mortality and Morbidity Statistics. Reference Guide*. <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fid%2fenty%2f129180281>
- Wong, L., Bliese, P., & McGurk, D. (2003). Military leadership: A context specific review. *The Leadership Quarterly*, 14(6), 657-692. <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2003.08.001>
- Zopiatis, A., & Constanti, P. (2010). Leadership styles and burnout: is there an association? *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 22(3), 300-319. <https://doi.org/10.1108/09596111011035927>

Data de submissão: 29/06/2021 | **Data de aceitação:** 22/12/2021



VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES ESTUDANTES NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

O caso de uma universidade brasileira

SEXUAL VIOLENCE AGAINST FEMALE STUDENTS ON THE UNIVERSITY

The case of a Brazilian university

Rogéria Martins

Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. CEP 36036-330, Juiz de Fora, Brasil.

E-mail: rogerialma@yahoo.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4232-441X>

Paulo Fraga

Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. CEP 36036-330, Juiz de Fora, Brasil.

E-mail: pcp_fraga@yahoo.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9140-8586>

Janaína S. Lawall

Faculdade Metodista Granbery, Faculdade de Educação, Departamento de Educação. CEP 36010-359, Juiz de Fora, Brasil.

E-mail: jslawall@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6604-8945>

Ana Paula Costa

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Português de Relações Internacionais. 1069-061, Lisboa, Portugal.

E-mail: ana.paulacosta@yahoo.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9578-3145>

Resumo: O artigo analisa dados de uma pesquisa realizada em uma universidade federal do Brasil acerca de mulheres estudantes que relataram abuso e violência sexual no ambiente universitário. Usando metodologias mistas, analisou-se perfil de vítimas e de agressores, meio de violência utilizado, fatores subjacentes associados, ambientes e situações da ocorrência, providências requeridas pelas vítimas, nos âmbitos legal e da saúde, e as consequências dos atos na sua rotina acadêmica e pessoal. Os resultados corroboram facetas do sexismo universitário, a invisibilidade das vítimas, a banalização das ocorrências, a omissão de instituições e os impactos na vida acadêmica, entre outros aspectos.

Palavras-chave: violência sexual, violência em meio acadêmico, sexismo, contextos de vitimação.

Abstract: This article analyzes data from a research carried out at a federal university in Brazil about female students who reported sexual abuse and violence within academic environment. Using mixed methods, we analyzed victims and perpetrators profiles, type of violence, associated underlying factors, situational description of the occurrence, victims' protection measures in the legal and health fields as well as the consequences of violence in the victims academic and personal routine. The results corroborate facets of university sexism, the invisibility of victims, the trivialization of occurrences, the complacency of institutions and the impacts on academic life, among others.

Keywords: sexual violence, violence within academia sexism, victimization contexts.

Introdução

Notificações sobre violência sexual entre estudantes universitários vêm crescendo nos últimos anos no Brasil. Esse grave problema proporcionou a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa de São Paulo, cujos trabalhos encerraram-se no fim de 2020, reconhecendo a omissão do Estado e indicando ações para o combate a esses crimes. Em parte, o incremento de ocorrências atrela-se ao aumento do número de denúncias sobre situações abusivas até então toleradas ou não declaradas, mobilizadas espontaneamente por estudantes e grupos feministas (Bandeira, 2017). Em parte, por práticas mais recentes de utilização de recursos de imobilização de estudantes em situações de festas acadêmicas com o chamado “Boa Noite Cinderela”¹ (Martins, 2019). O envolvimento de estudantes nessas ações tem suscitado preocupação e apreensão, evidenciando a vulnerabilidade do espaço acadêmico para jovens tanto do sexo feminino, quanto do masculino, de gêneros variados. A turva visibilidade do fenômeno, a indisponibilidade de dados sobre essa prática, a complacência institucional, por não apurar denúncias, nem promover ações para coibi-las ou não efetivar canais para acolhê-las convergem para poucas pesquisas e levantamentos nessa temática. Alguns estudos internacionais e as poucas pesquisas brasileiras têm procurado desvelar o silêncio, contribuindo para uma faceta do ambiente universitário pouco conhecida.

Este artigo almeja contribuir para o melhor conhecimento dessa realidade, analisando informações de uma pesquisa desenvolvida em uma universidade federal no Estado de Minas Gerais. Buscaram-se casos de violência sexual praticados contra estudantes no período em que estavam matriculadas em uma instituição universitária. As informações e dados a serem apresentados estão baseados em estudo quali-quantitativo com 660 estudantes de graduação de uma universidade pública de Minas Gerais — Brasil. Especificamente, neste *paper*, estão em tela, e serão alvo de análises, apenas, os casos de mulheres estudantes que foram vítimas de abuso e de violência sexual. O estudo reuniu um compêndio de informações sobre a existência ou não da violência sexual no ambiente universitário, o perfil das vítimas e dos agressores, os alunos e outros representantes de cursos envolvidos e fatores subjacentes associados às práticas, que aglutinam estudantes dessa universidade e que reportam constantes ocorrências durante os contextos de lazer e de suas rotinas no ambiente universitário: festas, reuniões, namoros, ritos de

1 Trata-se de um golpe em que a vítima é sedada por uma substância ingerida por ela sem seu conhecimento, geralmente misturada a alguma bebida, que a faz adormecer, permitindo que o algoz tire proveito da situação subtraindo-lhe bens ou cometendo abusos e/ou violência sexual.

passagem em “repúblicas” e trotes, deslocamentos pelo *campus* e convivência com o patriarcado no ambiente acadêmico.

Enquadramento teórico

A questão do abuso e da violência sexual no *campus* universitário não difere, em conteúdo, dos estudos de outros pesquisadores (Ardaillon & Debert, 1987; Pimentel et al., 1998; Vigarello, 1998; Goldschmidt, 1998; Vargas, 2000; Vargas, 2004; Martins, 2014), que dedicaram suas análises acerca da violência sexual em geral. Há, contudo, especificidades quanto ao ambiente, a forma de praticar o abuso e as repostas legais e culturais às denúncias. Alguns estudos anteciparam que o estupro, enquanto uma prática de violência sexual, é um crime firmemente condenado moralmente na sociedade, mas pouco punido nos tribunais (Ardaillon & Debert, 1987; Martins, 2014). Como bem evidenciou Foucault (1987), o sistema de justiça e de repressão não se organiza para perseguir todos os crimes e todos os ilegalismos. Em ambientes como instituições de reputação impoluta como a universidade, instrumentos estabelecidos para garantir a justiça podem não ser aplicados devido ao perfil do agressor, seja quando trata-se de estudante de nível superior, professor ou outro agente que foge ao imaginário ou ao estigma da figura tradicional de ofensor.

Alguns trabalhos (Vigarello, 1998; Martins, 2014) revelam, através de análise de processos criminais, como o conteúdo jurídico da violência sexual foi sendo alterado historicamente e, dessa forma, também, os limites de contar uma história da violência. A violação sexual envolve nuances subjacentes à violência física, caracterizando-se pela sordidez e pelo aviltamento de suas vítimas, por isso, o drama de suas revelações (Martins et al., 2010).

As mudanças culturais são abordadas pela pesquisa de julgamentos e processos de estupro desde o Antigo Regime, em França (Vigarello, 1998), onde marcaram e configuraram características e valores próprios de um tempo, como elemento de constituição histórica da condição do feminino e do masculino nas sociedades ocidentais. É válido lembrar, então, que essa condição de gênero revela os elementos discriminatórios nos tribunais (Martins, 2014). Contudo, o enfoque dado a essa atribuição de gênero precisa ser relativizado. Welzer-Lang (2001) defende um enfoque mais amplo, não restringindo a cosmogonia do gênero baseada apenas entre homens e mulheres. Nesse sentido, não se localiza o feminino apenas em mulheres, mas considera-se a perspectiva de gênero, no sentido mais amplo, como a caracterização da discriminação contra pessoas que apresentam qualidades ou não atribuídas a outro gênero ou sexo (Martins, 2014).

A manifestação do sexismo na vida universitária, assim como em outros espaços, se estabelece de diferentes formas, tanto com práticas verbais, como atos corporais a partir de uma cadência de rituais impetrados nas interações que se estabelecem nos atores envolvidos nesse espaço, baseada na ideia da supremacia masculina cis/heterossexual. Essa crença tem um substrato fulcral da negação da humanidade das mulheres (Mingo & Moreno, 2017). Os efeitos do sexismo operam a partir de formas de controle social sobre o campo de ação das mulheres, limitando-as a um lugar social e/ou espaço físico nos quais deseja-se que elas ocupem. Dessa forma definem sua condição, seus limites, suas capacidades, seus alcances e aspirações a partir da legitimação de seu sujeitamento, considerando as “deficiências inerentes a sua própria natureza” (Mingo & Moreno, 2017, p. 577). Lógico que formas explícitas e implícitas são recorrentes e a capacidade de perceber o sexismo e estar associada aos níveis de tolerância a uma continuidade de atos, práticas, atitudes, palavras que podem se manifestar de forma despercebida as sensibilidades comuns colocam-se. Por isso, piadas, comentários eufemísticos, exposição de fotos íntimas em redes sociais ou gestos condescendentes e no limite, agressões físicas e a violência sexual encerram o palco de ação dessas práticas (Mingo & Moreno, 2017; Martins, 2014; Fraga et al., 2016).

A literatura tem apontando para configurações representativas atreladas à violência e ao assédio sexual para reunir nessas categorias, essas práticas manifestas. Qualquer que sejam as configurações exploradas. É consensual a ideia de que elas podem ocorrer em todas as sociedades e estratos sociais e podem vitimar de forma ampla pessoas de todas as idades, sexos, orientações sexuais, profissionais, configuração racial, etnias e tem sua ocorrência, notadamente, associada a um agressor conhecido das vítimas, incluindo parceiros com algum grau de intimidade (WHO & UNODC, 2015; Phipps & Smith, 2012), embora haja grupos mais vulneráveis que outros. Logo não é um fenômeno que tenha assento fixado na composição de clivagens de classe e relações étnicas, apenas, ainda que essas composições possam reagir na dinâmica das responsabilizações (Martins, 2014).

As definições não são poucas na literatura, mas para configurar mais claramente as características desses perfis das violências, apontamos para a nossa compreensão sobre cada categoria. A aceção de assédio reage a uma disposição de comportamentos, com ações práticas e insinuantes que poderão envolver desde ações mais sutis e indiretas, assim como comportamentos mais diretos, explícitos de maior constrangimento, como apelos sexuais indesejados, paqueras ofensivas e abordagem agressiva. Para o intento, buscou-se uma definição relativamente ampla, apontada por Larralde e Ugalde (2007), tratando-se de um comportamento não desejado pela vítima, caracterizando-se pela solicitação de atos de natureza

sexual como carícias, beijos, contato não desejado, entre outros, sem consentimento ou permissão.

É interessante lembrar que a ideia comum associada ao assédio está vinculada a uma configuração laboral. Contudo, ela estende o alcance de suas práticas caracterizada por algum tipo de envolvimento sexual entre uma pessoa que está prestando algum serviço de confiança, de relações hierarquizadas, tipo: médico/paciente, psicólogo/paciente, professor/aluno, clérigo/paroquiano e outras (Martins, 2014).

A violência sexual apesar de reconhecida mais amplamente como uma das formas de violência de gênero, agrega a ideia de assédio, embora, na literatura, essas categorias são exploradas de forma estanque. Podem estar associadas a comportamentos como o estupro, o toque sem o consentimento, beijos e relações forçados, tentativa de abuso, induzindo a vítima a ingerir substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas. Schraiber et al. (2010) definem violência sexual como atos, tentativas ou investidas sexuais sem o consentimento da vítima por qualquer pessoa independente de sua relação com ela.

Estudos empíricos realizados em diferenciados países revelam como a prática é recorrente, com regularidades temporais ao longo da experiência universitária. Gama apontou em suas investigações sobre violência sexual que outros estudos internacionais como o de Phipps e Smith (2012, citado em Gama, 2016) revelam que as estatísticas sobre abusos sexuais nos *campus* universitários americanos coincidem com as de outros países e que podemos confirmar nesse trabalho com dados comparativos em outros lugares no mundo. Segundo o referido trabalho, em comparação com estudos no Reino Unido eles constataram características análogas: os percentuais de queixas eram muito baixos, ocorrências concentradas na vitimação mais propensa nos anos iniciais do curso — primeiro e segundo ano, agressores focados em alunos, incerteza das jovens com a ocorrência dos fatos se o que aconteceu foi um crime ou grave o suficiente para fazer queixa.

Phipps e Smith (2012) apontam que outro dado a chamar a atenção foi o uso abusivo de álcool, correspondendo a cerca de 70% dos casos nesse estudo comparativo. Para ilustrar melhor essas comparações, na perspectiva do assédio sexual, pesquisa empírica com 27 universidades americanas, em 2015, revelou que 23% das estudantes já sofreu algum tipo de contato sexual indesejado. E que 47,7% das estudantes sofreram assédio desde seu ingresso na universidade (Cantor et al., 2015). Na Grã-Bretanha, um estudo elaborado pela National Union of Students, em 2011 (NUS, 2011), mostrou que 68% da população estudantil sentiam-se afetadas por esse tipo de agressão. Feltes (2012) num estudo com 35 universidades distribuídas em cinco países da Europa, a saber, Alemanha, Espanha, Itália, Polônia e Reino

Unido revelou que 60,7% das estudantes relataram ao menos um episódio de assédio sexual em seu período de permanência na universidade.

Pesquisa realizada na Universidad Nacional Autónoma de México em 2014, apontou que 49,3% das alunas e 27% de seus companheiros homens sofreram algum tipo de assédio sexual (Buquet et al., 2013). Na perspectiva da violência sexual, na Colômbia, um estudo de 2007, que buscou compreender a frequência da violência sexual na Universidad de Caldas, revelou que 91,3% dos estudantes sofreram assédio sexual e 8,7% foram vítimas de violência sexual. Nessa mesma instituição a caracterização demográfica, bem como a frequência dos eventos foram registradas, com uma incidência surpreendente: 44,4% dos eventos ocorreram no primeiro ano da vida universitária e chegando no final de dois anos de curso, com um percentual de 66,7% de ocorrências. Esse estudo, revelou também que em torno de 16,3% dos eventos ocorreram na sala de aula, o que acabou por corroborar com outro dado que chamou atenção. Os agressores de maior caracterização foram a figura do professor, com 26,1%, em detrimento de 8,7% de agressores estudantes de graduação no mesmo curso, aliado a 13% de estudantes de graduação de cursos diferentes (Moreno-Cubillos et al., 2007).

No Brasil, o tema tem sido muito pouco explorado, do ponto de vista de estudos mais abrangentes. Um estudo pioneiro desenvolvido por Zotareli et al. (2012) com jovens universitários de uma universidade pública do Estado de São Paulo revelou que entre as jovens universitárias, 56,3% foram submetidas a algum tipo de violência e 9,4% à violência sexual desde a entrada na universidade e que 29,9% dos homens relataram ter cometido algum tipo de violência, sexual ou não. Um dos poucos estudos brasileiros mais sistemáticos, realizado pelo Instituto AVON (2015), revelou dados sobre a percepção da violência nesse espaço de ensino e apresentou que 42% das estudantes entrevistadas sentiram medo de sofrer violência no ambiente acadêmico; enquanto 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo da violência. O mesmo estudo apontou, também, que espontaneamente, o percentual de mulheres que disseram ter sofrido violência sexual é baixo, mas quando as respostas foram estimuladas com a apresentação de uma lista de práticas consideradas abusivas, o número das que admitiram ter sofrido violência aumentou cerca de 6 vezes mais, demonstrando que os abusos sofridos estão incorporados às práticas de vida das estudantes. No que tange à violência sexual, foi conferido um percentual de 28% de mulheres que sofreram a violência sexual no ambiente universitário e que 13% de homens declaram que cometeram esse tipo de violência.

Ainda em estudos desenvolvidos no Brasil, do ponto de vista de trabalhos mais analíticos, destaca-se o trabalho de Winzer (2016), por meio de pesquisa em

cinco bases de dados de publicações científicas em formato digital (SciELO, PubMed, Scopus, PsycINFO e Web of Knowledge), que demonstrou que as preocupações com a temática têm crescido. Esse rol de estudos apontou para a ocorrência de agressão sexual exclusivamente em estudantes universitários no país (Chan et al., 2008; D'Abreu et al., 2013; Flake et al., 2013; Hines, 2007; Zotareli et al., 2012). Esses estudos nacionais, ainda que concentrados nas universidades paulistas, se aproximam de dados internacionais. Hines (2007) mostrou que 39,5% de mulheres estudantes e 29,7% de homens estudantes sofreram algum tipo de coerção sexual, mas precisamente na configuração verbal no ano anterior à pesquisa, e que 1,3% das mulheres e 1,4% dos homens tinham sido vítimas de coerção sexual física. Já os estudos de Chan et al. (2008), D'Abreu et al. (2013), Flake et al. (2013) e Zotareli et al. (2012) em pesquisas que revelaram as dinâmicas de autorrelato de perpetração de violência sexual, trouxeram dados alarmantes. Segundo os referidos estudos, são variáveis significativas as taxas de homens que assumiram alguma forma de perpetração de agressão sexual, incluindo estupro, variando de 3,3% até 43,7%, segundo cada estudo. Bandeira (2017), por sua vez, em trabalho com perspectiva mais qualitativa resgatando relatos na mídia e algumas entrevistas, também apontou para essas ocorrências no Brasil, destacando essas violências, com características abusivas e de constrangimento público, sobretudo nos trotes universitários.

Paul e Hayes (2002) explicam que a partir da definição dos papéis de gênero, cada vez mais estabelecida entre jovens, onde se observam que as mulheres têm tomado com maior frequência a iniciativa na relação sexual, pode, em parte, explicar a maior incidência de homens cobrando diferentes formas de vitimação sexual (D'Abreu et al., 2013). No entanto, esses eventos são de frequências bem menores que o assédio de homens a mulheres, mulheres trans e outros gêneros (Martins et al., 2008). Outra questão importante é o conceito de performance de gênero (Butler, 2013) e sua noção de que há um ato de intencionalidade, uma performance no gênero que produz sentidos e não uma essência baseada na determinação biológica e na construção social. Nesse sentido, o gênero explica melhor a vitimação do que a identidade sexual. Esses são dados polêmicos que provocam a comunidade científica a entender melhor essas práticas e observar como a vitimação sexual masculina pode ser manifesta nesses espaços. Algumas pistas revelam que pode estar associada a feitura metodológica do banco de dados; bem como as configurações de ordem das orientações ou identidades sexuais relacionadas à população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e outros grupos).

Outro dado destacado por Winzer (2016) na referência desses estudos nacionais foi a relação do uso de álcool e de agressão sexual. Foi apontado num estudo

brasileiro (Andrade et al., 2010) que o consumo de álcool por estudantes universitários é maior do que na população em geral.

Metodologia

Para especificar o percurso metodológico escolhido, detalharemos os obstáculos institucionais e culturais e as opções metodológicas que conduziram nossa inserção no campo. Em geral, as instituições universitárias brasileiras ainda apresentam dificuldades de encaminhar administrativa e, penalmente, soluções ou decisões para um tema de cunho controverso e nebuloso e admitir ocorrências do gênero em suas dependências. Na universidade em que realizamos a pesquisa, não foi diferente. Todavia, destaca-se o anseio da administração universitária em colocar à disposição da pesquisa instrumentos possíveis para colaborar com a investigação, demonstrando, ao nosso ver mudanças no enfrentamento do problema.

A sede da universidade está localizada em um *campus* no interior, revelando algumas características sociais na dinâmica da vida universitária. Em razão da distância geográfica dos grandes centros e do ambiente familiar e, de uma precária mobilidade urbana, considerando, ainda, a escassez de transporte urbano para deslocamentos internos e externos ao município, há uma concentração maciça de estudantes residindo em “repúblicas”, próximo da localização da universidade, compondo uma população flutuante adensada em períodos letivos. O que envolve práticas de entretenimento à vida universitária de forma robusta ao município.

Os estudantes compartilham várias atividades da dimensão universitária, concentrando-se de forma mais coletiva aos ambientes acadêmicos: bandeirão², “repúblicas”, bibliotecas, espaços de reuniões do associativismo universitário, dentre outras atividades. A beleza do *campus*, com sua famosa disposição de um desenho paisagístico garboso, infelizmente, esconde abrigos vulneráveis para o deslocamento dos estudantes, o que faz dessa rota comum, um caminho muitas vezes ariscado. Dessa forma, o problema da violência sexual não saltou aos olhos de forma pontual, foi sendo processado, construído, alimentado com o envolvimento da pesquisadora/coordenadora com relatos informais que chegavam de forma muito recorrente, de modo a desenvolver uma preocupação com a temática.

Contudo, ao se debruçar sobre o tema, já se reconhecia seus limites culturais e institucionais de fazer uma pesquisa dessa natureza, com esse alcance de informantes. Esse trabalho objetivou uma maior compreensão das práticas de violência sexual envolvendo estudantes universitários. Sua hipótese inicial aludiu-se à fragilidade de

2 Bandeirão é uma expressão popular atribuída aos restaurantes universitários.

reconhecimento das vítimas e agressores desse tipo de crime, pela dificuldade clássica aplicados à obtenção de dados consistentes e qualificados sobre o fenômeno.

O percurso metodológico seguiu o escopo de pesquisa que utiliza abordagens quantitativa e qualitativa, em diferentes etapas: a pesquisa exploratória, pesquisa quantitativa, de caráter descritiva, a partir da aplicação de um questionário *online* (através do programa SurveyMonkey). Por fim, de forma a apreender a complexidade do tema adotou-se uma pesquisa de abordagem compreensiva e interpretativa e uma metodologia qualitativa, buscando emergir as subjetividades e qualificando os dados quantitativos expressos a partir dos registros dos casos manifestos no questionário, a partir de alguns relatos deixados no questionário. Considerou-se necessário aliar essas duas técnicas para caracterizar de forma mais precisa essas práticas, essas configurações, essa atmosfera social. Assim, foi elaborado um questionário com questões fechadas e abertas. Em relação às questões abertas utilizou-se uma análise do conteúdo das respostas e no tocante às questões fechadas realizou-se uma análise descritiva dos dados.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa, de modo a delimitá-la sobre casos particulares da realidade complexa que envolve esse tipo de fenômeno, foram conferidos a informantes selecionados a partir da condição de serem estudantes de graduação e pós-graduação. A coleta de dados foi acionada a partir do registro escolar, pelo *e-mail* institucional. Foi enviado um convite aos alunos e alunas para responderem de forma anônima e voluntária aos instrumentos da pesquisa. O questionário *online* ficou aberto para as respostas durante o período de 40 dias consecutivos. Nesse sentido, foram consideradas respostas tanto para pessoas que sofreram quanto para pessoas que não relataram terem sofrido violência sexual no ambiente universitário.

Optou-se por esse caminho em razão da possibilidade de fornecer explicações nas particularidades de cada contexto em estudo, sobretudo, devido à possibilidade de aprofundamento que o método oferece. Os instrumentos que foram usados — base documental da rede social e relatos em questionário *online* (SurveyMonkey), realizado via demanda espontânea, a partir de uma convocação pública como uma estratégia para facilitar os acessos aos relatos, preservando os sujeitos e incitando sua revelação. Para levar a cabo o processo de coleta de dados, a configuração da etapa da pesquisa exploratória, foi realizada uma busca por maiores informações sobre o evento, na página de uma rede social — Facebook —, muito utilizada pelos estudantes, durante o período de três meses, anterior à aplicação do questionário. Aliado à literatura e à investigação exploratória desse universo foi configurando pistas dos acontecimentos, como se manifestavam suas práticas, de modo a permitir a construção do questionário.

A técnica de investigação da coleta de dados buscou, nos relatos postados e nas respostas do questionário *online*, o elemento discursivo, focalizando em quem fala (vítimas) e o seu contexto (local e ambiência do ocorrido) e sua indicação do agressor. Logo, a construção do inventário classificatório da condição de agressor é apresentada, segundo as vozes manifestas das vítimas e não fruto de um objeto de investigação criminal. Na discussão da querela do método, Robert (2007) endossa a opção teórica qualitativa afirmando que a avaliação da suficiência do *corpus* para aquisição dessas informações resulta de uma questão estritamente empírica.

Dessa forma, a análise dos dados, na segunda etapa da pesquisa, foi realizada através da técnica de análise do conteúdo para a base documental das postagens e também das respostas abertas do questionário *online*. A técnica de análise de conteúdo foi resgatada aqui como a mais apropriada para o estudo desses instrumentos, em razão da possibilidade de pinçar o simbolismo inscrito nas ações sociais, a partir dos traços do pensamento dos envolvidos inscritos nos documentos (nas postagens), e no questionário coletivo. O conhecimento das operações da análise de conteúdo nas ciências sociais revela um conjunto de abordagens metodológicas recorrentes nos métodos e técnicas utilizados para interpretar os documentos dentro de um objetivo para conhecer a vida social. Por isso, fazer uma análise de conteúdo é produzir uma linguagem, no qual os documentos resultam de uma interpretação social, do mundo (Gauthier, 2006).

O banco de dados fornecido pelo SurveyMonkey foi objeto de análise descritiva considerando as variáveis disponíveis por esse instrumento de pesquisa. A etapa final da pesquisa, em nível de complementação do *corpus* do projeto, foi analisada também pela técnica de análise de conteúdo, as postagens de comentários dos relatos, de modo a compor uma categorização dos eventos morais circunscritos nessas postagens na busca de realizar um levantamento, ainda que prévio, das representações que a prática se alude o grupo social de estudantes. Uma vez definidas as hipóteses, as categorias dirigidas ao estudo, bem como as categorias de análise para a técnica da leitura dos conteúdos nos documentos dos registros manifestos, o material foi impresso e a interpretação iniciada com o referencial teórico aqui pré-estabelecido.

O questionário foi direcionado à totalidade da comunidade de estudantes, como já informado anteriormente, e não estava voltado, somente, às pessoas que sofreram algum tipo de violência sexual. No questionário havia perguntas, também, sobre observações de atos de violência em que o/a respondente não estivesse diretamente envolvido/a. Assim, do total de 660 respondentes, 93 pessoas, cujo sexo foi identificado, responderam que sofreram violência sexual no ambiente universitário, ou seja, em atividades festivas ou acadêmicas relacionadas à vida de

estudante; no interior do *campus* por pessoas ligadas ou não à universidade; nas suas residências por pessoas relacionadas à universidade; por pessoas estranhas à universidade após atividades festivas relacionadas à universidade. Desse total de pessoas que alegaram terem sofrido violência, 70 eram do sexo feminino. No presente artigo, serão analisadas, apenas, o universo de pessoas do sexo feminino, de diferentes orientações de gênero. A opção por esse recorte visa fazer uma diferenciação para analisar a população de mulheres, as mais atingidas pela violência.

Resultados

Perfil, práticas de lazer universitário e trotes

Do total de 660 pessoas, sendo 214 homens e 446 mulheres, que responderam ao questionário *online*, 30,4% (N= 201) disseram que foram vítimas de algum tipo de violência sexual ao longo da vida, sendo 21,7% (N=143) identificadas como mulheres.

Após a entrada na universidade, 70 mulheres identificadas disseram ter sofrido alguma forma de violência sexual, em locais e eventos atrelados à vida acadêmica. Outras 23 pessoas do sexo masculino alegaram, igualmente, terem sofrido algum tipo de abuso sexual, enquanto que de outras 33 pessoas, que também informaram ter sofrido violência após a entrada na universidade, não foi possível identificar o sexo. Essas considerações iniciais sobre os dados gerais acerca da violência atenta para o número significativo de mulheres que sofreram algum tipo de agressão sexual na vida e para apontar que a violência de gênero não atinge apenas as mulheres. Os abusos sexuais não são fatos isolados nas vidas de muitas mulheres e o espaço acadêmico não é exceção. Mulheres ao longo da vida estiveram submetidas a diversas formas de assédio, abusos e violências de cunho sexual.

No âmbito e nos limites do artigo, como já informado no item referente à metodologia, serão analisadas as respostas das 70 mulheres que alegaram ter sofrido violência sexual no ambiente universitário. Não serão analisadas, portanto, as 23 pessoas do identificadas como estudantes homens e, tão pouco, àquelas cujo sexo não foi possível identificar no questionário que, também, alegaram ter sofrido violência sexual no ambiente universitário.

A idade das vítimas femininas (N=70) variou dos 18 aos 29 anos, sendo a idade (moda) de maior frequência a de 21 anos, com 22,8% dos casos. Metade das vítimas tinha até 22 anos de idade na ocasião do ocorrido. A faixa que apresentou menor número de casos foi de 26 a 29 anos (17,2%). Esses dados apontam para a constatação de que, embora haja frequência maior em estudantes mais jovens, as estudantes com mais idade também não ficaram imunes à violação de seus corpos.

Esses números corroboram, entretanto, constatações de Phipps e Smith (2012) de que o ano letivo das estudantes é fator de vitimização significativo, pois vários estudos apontam que nos primeiros anos letivos as alunas estão mais expostas à violência sexual.

Em relação à orientação sexual, 64 estudantes se declararam heterossexuais e 6 denominaram-se lésbicas. Não foram identificadas respostas para outros tipos de orientação sexual de pessoas que se assumiram como mulheres estudantes e declararam ter sofrido abuso.

A excelência acadêmica da universidade atrai jovens que, em busca de melhor formação técnico-científica, residem durante o período da graduação nos arredores da universidade ou no próprio *campus*, nas residências universitárias. Muitos/as desses/as estudantes têm, ao estudar longe de casa, a primeira experiência de residir em um local que não seja sua unidade familiar de origem ou com um dos responsáveis. Assim, a pesquisa apontou que 74,3% (N=52) das estudantes que sofreram violência depois de entrar na universidade advinham de outras cidades brasileiras. Mas chama a atenção que 25,7% eram da cidade onde está localizada a universidade. Ou seja, é importante relativizar o fato de residir longe de seu local de origem como elemento de exposição de jovens ao risco da violência.

Não há uma relação direta entre o curso em que a vítima estava matriculada com a violência, pois foram contabilizados 32 cursos no total. Aquele a contabilizar mais vítimas foi Agronomia, com 7 casos e, também, foi o de maior número de estudantes que atenderam à chamada com 44 participações, seguido da Medicina Veterinária com 6 casos e 30 participações (Tabela 1).

As festas no ambiente universitário são uma forma de integração dos jovens. Não é prudente aliar qualquer festa como sinônimo de locais de abusos. No entanto, nesses encontros não são incomuns acontecerem caso de violência, principalmente pelo uso ou indução ao uso abusivo de álcool e outras drogas que possam fazer estudantes ficarem inconscientes e suscetíveis à prática de abusos e violências. Em estudo desenvolvido em uma universidade portuguesa com 108 participantes, Gama (2016) verificou que 23,1% informaram que tiveram relações sexuais não consentidas por estarem sob efeito de álcool e não conseguiram travar a relação, pelo menos uma vez, 15,4% responderam que tal ato ocorreu 10 vezes ou mais. Na pesquisa na universidade brasileira em tela, a maioria das estudantes (71,4%, N=50) que foram vítimas de violência relatou frequentar, pelo menos, uma vez por cada dois meses festas no *campus* universitário, ou organizado por outros estudantes fora do *campus*. Relataram que nessas ocasiões ou estavam sob forte efeito de bebida alcoólica ou perceberam que o agressor estava alcoolizado. Nos estudos de Abbey et al. (2004, citado em Winzer, 2016) e no de Phipps e Smith (2012) também,

Tabela 1 Cursos das vítimas

Curso	Sofreu violência na universidade		Participantes da pesquisa	
	Nº	%	Nº	%
Agronomia	7	10,0	44	6,7
Medicina Veterinária	6	8,6	20	3,0
Letras	5	7,1	40	6,1
Direito	4	5,7	24	3,6
Ciências Sociais	3	4,3	33	5,0
Outros cursos	36	51,4	499	75,6
Total	70	100,0	660	100,0

foram apontadas evidências do uso abusivo de álcool tanto nas vítimas, como no agressor. A pesquisa do Instituto AVON (2015) assinalou dados a esse respeito, com um percentual de 12% de estudantes relatando indução forçada de álcool em casos de abusos sexuais, realçando que a prática é comum no ambiente universitário brasileiro.

Os trotes são outra forma de integrar os calouros à vida acadêmica. Prática antiga, muitas universidades brasileiras proibiram tais manifestações em suas dependências devido às constantes denúncias de abusos, humilhações, agressões físicas e verbais e de violência sexual. Há registros, no país, de mortes de calouros advindas dos exageros da aplicação de trotes. A universidade (a que se reporta a pesquisa), por meio de um regulamento interno advindo de uma resolução do Conselho Universitário, proibiu o trote no *campus* universitário e a prefeitura da cidade instituiu uma Lei Municipal que vetou a prática na cidade, punindo os infratores com multas. Não obstante essas tentativas regimental e legal de coibi-lo, o trote foi relatado como largamente utilizado por alunos veteranos.

Das estudantes que sofreram violência sexual, 41 (58,7%) responderam que participaram de trote na universidade, as outras ou não tiveram trote ou se recusaram a participar. A maioria das respondentes (75,6%) que participaram, relataram que a experiência foi positiva para elas. Aquelas que não consideraram boa a experiência, descreveram que foram submetidas a abusos sexuais (6 casos), desrespeito moral (5 casos) e humilhações (3 casos).

No entanto, apesar da maioria ter relatado como positiva sua experiência no trote, metade das entrevistadas disse ter observado durante o trote manifestações variadas de abuso e violência como andar em posição desconfortável, deixar o corpo do calouro ou caloura sujo e a embriaguez forçada (25 estudantes cada); abusos sexuais (8 estudantes); violência sexual (3 estudantes) e violência física (1 estudante).

Uma estudante narrou que nos trotes os constrangimentos aos corpos dos calouros são muito comuns.

Um dos trotes que considero abusivo é aquele que os veteranos induzem/intimidam os novatos a consumirem bebidas (muitas vezes de origem desconhecida), forçam a pedir dinheiro, a gritar, se xingarem em público, forçar a beijar ou a fazerem brincadeiras que invadem sua intimidade, como por exemplo, passar uma bala, banana ou papel de boca em boca. Poderíamos mudar essas dinâmicas estimulando o trote solidário que ajuda instituições sociais carentes ou que passam por dificuldades como lares para idosos e crianças, escolas, hospitais etc., arrecadando mantimentos ou outros materiais, objetos de que necessitam ou prestando-lhes algum serviço. (Estudante, 23 anos)

Violência sexual sofrida após entrar na universidade

Por orientações, para evitar maiores constrangimentos e por questões éticas não contemplamos o tipo de violência sofrida às estudantes vitimadas, inclusive em consultas a alunas na fase do pré-teste. Contemplamos outras perguntas sobre o evento violento sempre tentando não expor a estudante. Não definimos um conceito de violência sexual, deixando para as pessoas respondentes definirem as situações como violenta segundo sua experiência.

Em relação ao local onde ocorreu a violência, pelo menos 10 casos de violência sexual sucederam dentro do *campus*, o que corresponde a 14,3%. Aconteceram em festas de estudantes fora do *campus* com outros/as estudantes da universidade 34,3% dos casos (N=24) e 17,1% (N=12) em “repúblicas”. Importante registrar, que um dos casos de violência sexual aconteceu durante o trote (Tabela 2).

O *campus* universitário tem uma considerável área cujo acesso de entrada e saída é franqueado para alunos, professores, funcionários, visitantes, mas também para pessoas que não fazem parte ou não têm qualquer interesse no cotidiano universitário. À noite parte do *campus* é erma, com parca ou nenhuma iluminação e com poucas pessoas circulando após determinado horário. As estudantes relataram suas preocupações e medidas individuais que tomam visando tentar prevenir-se de violências. A maioria disse evitar lugares escuros, andar desacompanhada, não circular no *campus* após determinado horário em que avaliam como inseguro devido à presença de poucas pessoas e desviar de grupos com muitas pessoas que, por avaliação pessoal, não se sentir segura em passar perto.

Não obstante todo o cuidado que as estudantes geralmente observam, muitos relatos foram feitos sobre a insegurança de circular no *campus*, como no caso de uma aluna que disse ter sido seguida diversas vezes por estranhos quando andava de bicicleta no interior da universidade.

Andando na minha bicicleta, ainda cedo, indo para a aula das 8h, um sujeito de moto começou a acompanhar minha bicicleta ameaçando me derrubar e me estuprar no

Tabela 2 Local onde ocorreu a violência

A violência sexual foi	Nº	%
Em festas com alunos no <i>campus</i> universitário	3	4,3
Em festas com alunos fora do <i>campus</i>	24	34,3
Fora do <i>campus</i> /Fora de festas (outro contexto, mas em ambiente universitário)	23	32,9
No meu trote	1	1,4
Em "república"	12	17,1
Dentro do <i>campus</i>	7	10,0
Total	70	100,0

gramado mesmo. Essa situação se repetiu com o mesmo sujeito pelo menos umas 10 vezes. Também aconteceu de outros sujeitos fazerem o mesmo comigo, me perseguiam na moto e disparavam ofensas sexuais e ameaças sexuais. Não me sinto segura no *campus*, porque nunca vejo a segurança por perto para recorrer a eles. Também já sofri assédio de dois co-orientadores durante meus estágios, me chamavam para ir ao laboratório sozinha com eles e lá ficavam falando dos meus atributos físicos e me constrangendo. Também acontecia pelos meios de comunicação, mensagens inapropriadas e como eu não correspondia voltavam contra mim com agressões verbais e ameaças prejudiciais a minha vida acadêmica. Tive que abandonar ambos os estágios. (Estudante, 24 anos)

Outra estudante refere a situação de abuso que enfrentou quando um rapaz não identificado como aluno, praticou um ato violento contra ela e não se inibiu por ela estar acompanhada de outros colegas.

Ao caminhar pelo *campus* no início do 1º período de 2014 simplesmente fui “bulinada” por um garoto que não era estudante. Esse mesmo sem meu consentimento passou a mão em uma parte íntima de meu corpo. Como estava acompanhado de um grupo de amigos fiquei sem reação. Fiquei muito constrangida e irritada, mas o medo falou mais alto e não reagi. (Estudante, 19 anos)

Situação semelhante de abuso a que foi descrita por outra estudante submetida à situação de constrangimento por outro homem não pertencente ao meio universitário.

Eu estava voltando à noite do futebol feminino com minha amiga, quando estava passando próxima à praça da prefeitura, um homem bêbado simplesmente parou e passou a mão nas minhas partes íntimas. Foi horrível. Ninguém na praça me ajudou. Quis ir atrás dele, mas sabia que eu não teria força suficiente para lutar com um homem. Não sabia quem era, foi tão rápido que não consegui observar muitas características para denunciá-lo. Ele estava sob efeito de álcool ou drogas, negro,

magro e tinha mais ou menos 40 anos. O *campus* universitário é visto por muitas estudantes como local perigoso pela presença de estranhos ao meio universitário, que podem agir sem ser reconhecidos, posteriormente, mas, também onde a falta de medidas mais peremptórias para evitar casos de abuso não são tomadas como a melhor iluminação. As repúblicas são locais onde casos de violências podem ocorrer com pessoas que, diferentemente daquelas que circulam pelo *campus* e não pertencem ao meio universitário, são personagens centrais da vida universitária. (Estudante, 22 anos)

Os casos de violência em “repúblicas”, geralmente são praticados por agressores que possuem a confiança da vítima. Uma estudante relatou um caso de estupro, ocorrido em uma “república” de estudante, em que participaram mais de um homem, utilizando de drogas para dopá-la e inibir sua reação ao ato.

Fui em uma integração em uma república e após ingerir álcool e passar mal, um dos moradores me deu um “remédio”, fiquei dopada e me levaram pra um dos quartos. Acordei sem roupa, um dos moradores da república estava no quarto e um desconhecido estava em cima de mim. (Estudante 21 anos)

Estudos qualitativos internacionais revelam de sobremaneira os riscos vivenciados pelas estudantes no ambiente universitário. Strauss (2004) em estudos em diferentes universidades canadenses já apontava para o crescimento da violência de gênero e o desconforto para as estudantes. Na nossa pesquisa, todos os agressores eram do sexo masculino. Em 84,3% dos casos verificou-se apenas um agressor (N=59). Em 10% dos casos o número de agressores variava de 1 a 3 (N=7). Em 5,7% dos casos participaram mais de 3 agressores (N=4). Metade das vítimas conhecia o agressor, em 47,1% (N=33) dos casos a vítima não conhecia o agressor e 2,9% (N=2) não se lembrava de conhecer o agressor.

Em 42,8% (N=30) dos casos o agressor tinha relações de proximidade com a vítima (parente, colega, namorado, “ficante”, professor, vizinho). Em 17,1% (N=12) dos casos o agressor era namorado ou “ficante” da vítima e em 18,6% (N=13) era colega (Tabela 3).

Esses dados corroboram situações encontradas em outros estudos sobre a temática e projeções feitas em pesquisas internacionais. A Vigilância Nacional de Mulheres no Ensino Superior do Bureau of Justice Statistics, dos Estados Unidos da América (EUA) projeta que durante a vida acadêmica, cerca de 13% da população feminina experimentará um episódio de assédio e 2,8% sofrerá violência sexual ou intenção de violação.

Na pesquisa na universidade de Minas Gerais, as respostas apontaram como meio de agressão mais utilizado a “força corporal”, presente em quase metade dos

Tabela 3 Relação com o agressor

Relação com o agressor	Nº	%
Colega	13	18,6
"Ficante"	8	11,4
Namorado	4	5,7
Parente	2	2,9
Conhecido de amigo	1	1,4
Professor	1	1,4
Vizinho	1	1,4
Não lembra	2	2,9
Não respondeu	6	8,6
Desconhecido	32	45,7
Total	70	100,0

casos e que somado a casos de “imobilização da vítima” alcançaram 63,5% (N=44) dos casos. Um dos casos em que o agressor era professor da vítima houve uso de força corporal. A ingestão forçada ou abusiva de álcool ou de outro tipo de droga legal ou ilegal foi utilizada em 30% (N=21) dos casos de violência; em 8,6 % (N=6) houve ameaça verbal. Segundo vítimas, as agressões foram acompanhadas durante e após o ato dos mesmos tipos de violência.

Os casos de ingestão de álcool como meio de imobilização encontram correspondências com outros estudos estadunidenses sobre mulheres universitárias que sugerem que entre 63 a 74% dos agressores usam álcool, enquanto que os números de vítimas estão entre 20 e 55% (Krebs et al., 2007, citado em Phipps & Smith, 2011). É claro que associações desse porte carecem de contextualizações pormenorizadas, mas vem ganhando destaque em estudos dessa natureza pela magnitude que a relação entre álcool e violência sexual encontram referidos nos relatos desse tipo de violência nas universidades.

Na relação entre os meios de agressão utilizada e a relação de intimidade e conhecimento com o agressor que a vítima tinha foi possível observar alguns comportamentos que chamaram a atenção. Os desconhecidos utilizaram mais frequentemente a força corporal e física para imobilizar a estudante, enquanto pessoas mais próximas como namorados, “ficantes” e colegas utilizaram mais correntemente a ingestão forçada ou insinuada de drogas legais e ilegais para deixar a estudante sem capacidade de reação. Há casos nos quais os colegas ou conhecidos se aproveitam de uma determinada situação de intimidade ou de confiança depositada pela estudante para praticar o abuso ou violência. Uma estudante descreveu um fato ocorrido com ela quando adormeceu na casa de um colega e um conhecido praticou estupro.

Estudo à noite, e vou a confraternizações após as aulas em repúblicas. Geralmente são em repúblicas de colegas de “confiança”. Pela carga horária, acabei dormindo no quarto de um colega de curso. Seu colega de república entrou no quarto e tentou consumir o ato sexual comigo, mesmo eu estando dormindo profundamente. Ao sentir algo me “puxando”, já acordei sem metade das minhas roupas com o garoto forçando as minhas pernas e dizendo “Eu sei que você quer isso”. Gritei, tentei resistir, não fui ouvida por causa do som alto. Houve penetração, mas o indivíduo acabou soltando, pelo fato de eu ter tentado agredi-lo. Consegui me vestir e fui embora sozinha. Ao pedir ajuda para a família, ouvi que se não quisesse passar por esse tipo de transtorno, não frequentaria repúblicas. Tentei relatar aos moradores da república, ouvi deles que “É disso que mulher gosta mesmo”. É mais um relato entre outros que acontecem diariamente. Não é um caso só meu, mas de centenas de estudantes que tem que passar por essa situação degradante. (Estudante, 20 anos)

Em outro caso de estupro relatado, o agressor foi um colega que usou de violência e não aceitou a negativa da estudante para terem relações sexuais. Em seguida, o agressor que estava em sua própria residência, se propôs a levar a estudante para casa dela e nesse local voltou às investidas.

Aceitei ir com o menino pra casa dele. Depois de muitas negativas e muita insistência, até violência, por parte dele para que transássemos, e por vergonha dos vizinhos, ele não insistiu. Quando ele foi me deixar em casa, lá ele me obrigou à relação sexual, uma vez que a minha negativa foi novamente ignorada. Depois disso ele me obrigou a transar com ele. Entrei em choque e chorei calada até acabar. (Estudante, 20 anos)

Pesquisas tentam tratar as características do estilo de vida das mulheres universitárias como fatores que aumentam a probabilidade de experimentar vitimação pessoal. Estilos de vida como ser jovem e solteira, beber muito (Gama, 2016), e beber em contextos de risco, tais como bares e festas das fraternidades (Parks et al., 2014) poderiam favorecer a violência. Entretanto, esses estudos de vitimação parecem ignorar que o aviltamento das vítimas é uma aplicação muito comum nos crimes sexuais, vitimizando duplamente as pessoas que sofrem essas agressões (Martins, 2014), inibindo as vítimas a partir de um constrangimento social e no limite institucional. Este também é um fator que faz com que muitas vítimas não procurem ajuda após a violência ou se sintam culpadas pelo ocorrido.

A denúncia dos casos de violência sexual é vista como uma ação fulcral para coibir a continuidade das violações, seja com a vítima, seja com outras mulheres. Assim como é providência na busca de justiça. A cidade, que não conta com muitos equipamentos públicos em várias áreas, havia instalado na ocasião da pesquisa, a Casa da Mulher e a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, equipamentos

públicos e legais que buscam realizar assistência diferenciada no acolhimento das denúncias de violência contra as mulheres.

No entanto, a maioria das estudantes vitimadas não levou a denúncia às instituições jurídicas oficiais. Mais da metade das vítimas não fez nenhum tipo de denúncia, sequer conversou com alguém sobre o ocorrido (N=41 casos, 58,6%). Em 31,4% (N=22) dos casos a vítima procurou um amigo e 4,3% (N=3) comunicaram aos familiares. Apenas quatro vítimas fizeram denúncia da agressão sofrida (5,7% dos casos) para instituições legais, responsável institucional ou para seguranças privados. As vítimas que denunciaram a violência recorreram à Casa da Mulher (2 casos) e Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (1 caso), segurança responsável pela festa onde o caso ocorreu (1 caso) e Diretoria de Assuntos Comunitários da universidade (1 caso). Em nenhum desses casos, houve o avanço do registro da ocorrência para processo judicial, segundo os relatos. Ou seja, em todos os casos de agressão sexual, nenhum agressor foi punido.

Além de recorrer às agências oficiais de controle, outras estudantes procuraram denunciar a violência sofrida por outros meios como as redes sociais. Foram os casos de cinco vítimas que utilizaram o Facebook como seus perfis originais (3 casos) ou perfis falsos (2 casos). Outras três estudantes afirmaram ter procurado a universidade, se sentiram apoiadas pela universidade, mas não prosseguiram com a denúncia para outras instâncias. Nos casos em que houve denúncia o agressor era uma pessoa desconhecida, um colega, um parente ou um professor (um caso de denúncia para cada tipo de agressor).

A violência gera muitos problemas para as pessoas que passam pela experiência de vivenciá-la como vítima (Florentino, 2015). Algumas são permanentes, sabemos. As estudantes declararam que tiveram problemas de saúde e traumas muito sérios como aborto, tentativas de suicídios, angústia, contração de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis)/SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e depressão. Os casos de violência tiveram consequências em suas vidas acadêmicas como queda de rendimento, medo de andar no *campus*, mudanças de comportamento, recolhimento social e trancamento do curso (Tabela 4).

A violência sexual revela uma particularidade: nesse contexto de violência oculta, é possível colocar a vítima e o suspeito num mesmo patamar de rejeição, pois o universo moralizador que o diferencia de outras violências, de outros crimes, é mascarado. Assim, as vítimas de violência sexual estão, marcadamente, sofrendo um tipo de aviltamento (Martins, 2014) ao receberem insinuações, acusações e persuasões de seus envolvimento na prática do crime. Inclusive sob a égide de narrativas impressas de forma contundente no debate político, na oportunidade das eleições presidenciais no ano de 2018, que tomou vulto no cenário nacional

Tabela 4 Consequências causadas pela violência sexual

Consequência	Nº de indicações
Angústia	39
Mudança de comportamento	30
Medo de andar sozinho/a	23
Medo de sair de casa	12
Medo de andar no <i>campus</i>	11
Queda de rendimento	9
Recolhimento social	7
Aborto	5
DST/SIDA	4
Depressão	2
Isolamento	2
Tentativa de suicídio	2
Trancamento de curso	1

brasileiro diante da relativização do estupro. Insinuações do tipo: a roupa que estava usando, os lugares que frequentava, as companhias que interagiam etc. e, ainda, ao não conceberem a violência sexual contra profissionais do sexo, mulheres casadas e ou de moradoras de rua. A representação dessas condições da vítima as coloca como não sendo passíveis de sofrerem esse tipo de crime e quando a prática se estabelece, o aviltamento é ainda mais emblemático. A vítima sofre uma dupla violência ao ser incorporada no rol de questionamento e depreciações sem ao menos conseguir o apoio para facilitar seu relato — que em si não é uma condição fácil para as vítimas (Martins et al., 2010).

Nesse ponto em particular, no plano institucional, a universidade tem se mostrado ainda muito resistente em debater mais profundamente a questão e criar mecanismos para a diminuição de casos ou encaminhar denúncias no ambiente universitário. Dados sobre a resposta institucional apontam que as vítimas não costumam denunciar porque não acreditam na resposta institucional da universidade, que no limite, acreditam que ninguém as apoiará (Fernández & Roldan, 2010; Hensley, 2003). Estudos de Bryant e Spencer (2003) também mostram essa inoperância institucional diante da violência sexual que se dá no *campus* universitário e também nos comportamentos dos agentes que estão inseridos nesse processo. No Brasil, dados do Instituto AVON (2015) revelaram que 95% de estudantes universitárias mulheres e 88% de estudantes universitários masculinos concordam que a instituição de ensino superior deveria criar meios de punir os responsáveis por cometer violência contra mulheres na instituição.

Fernández e Roldan (2010) explicam que a culpabilização das vítimas também está atrelada a uma falta de solidariedade existente entre as jovens universitárias. Segundo um estudo de Gowan (2000), essa dinâmica faz parte da socialização

e das crenças sociais que caracterizam as mulheres como ciumentas, competitivas e desconfiadas entre elas.

Um comportamento que tem sido inclusive conceitualizado por estudiosos da área (McMahon, 2010, citado em Gama, 2016) revela que a adoção generalizada de *rape myths* faz parte do comportamento institucional das universidades diante dos casos de violência sexual. O termo estaria associado a um aviltamento das vítimas:

“Rape myths” (mitos de violação) foram originalmente definidos como “crenças prejudiciais, estereotipadas ou falsas acerca de violação, vítimas de violação e violadores”, e mais tarde descritos por outros autores como “atitudes e crenças que geralmente são falsas, contudo persistentemente usadas e que servem para negar e justificar agressões sexuais de homens contra as mulheres”. (McMahon, 2010, citado em Gama, 2016, p. 12)

A marca contundente do sexismo nas universidades brasileiras tem rendido muitas preocupações, apesar de pressupostos questionadores das práticas se aliarem a um reclame demasiado da perspectiva do conjunto de retórica feminista. Diante dos discursos e das práticas, revela-se um fosso abissal que demanda estudos e maior aprofundamento. Contudo, as práticas aduzem a uma revelação que destaca as construções sociais estabelecidas entre homens e mulheres, de forma hierarquizada e no limite, demasiadamente violenta.

Considerações finais

Tendo em consideração ao ainda tímido número de trabalhos no contexto brasileiro sobre os eventos de violência de gênero no *campus* universitários, esse estudo pretendeu contribuir para o debate do problema, buscando sobretudo, alguns pontos ausentes, como o processamento das práticas de violência sexual, de forma a apreender a complexidade do tema, seja do ponto de vista teórico, empírico e metodológico.

Muitas questões ficam ou ainda demandam maior aprofundamento, num estudo dessa natureza. Contudo, alguns elementos puderam ser observados no bojo das orientações teóricas que a literatura e esse estudo salientou: o fenômeno da invisibilidade, a naturalização das ocorrências, a complacência institucional e os impactos na vida acadêmica. Foi possível observar no estudo, que a violência sexual, enquanto um fenômeno da sociedade, atinge todos os espaços, não deixando de considerar a universidade como um local inseguro e, no limite, como produtor dessas violências. Na medida em que dinamiza espacialidades e interações de práticas entre seus agentes na configuração de eventos de natureza violenta.

Por outro lado, a naturalização das ocorrências, no sentido de como elas se processam no ambiente universitário, revelou que os eventos fazem parte de uma disposição ainda de caráter essencialmente sexista na relação entre homens e mulheres, inclusive retroalimentada pelas relações com algum grau de intimidade, o que acentua seu caráter ameaçador e nefasto.

A configuração omissa das institucionalidades também se revelou como um obstáculo cultural ainda contundente no enfrentamento da violência de gênero no ambiente universitário, quando a academia assume práticas de arrefecimento das demandas reclamadas pelas vítimas, muitas inclusive legitimando práticas sob a sigma do mito da neutralidade. Outras instituições sociais, como a própria família, não acatam a vítima, preferindo culpabilizá-la. A dúvida diante dessas práticas se orienta a suposta normatividade andocêntrica que a academia pode adotar.

Por fim, os impactos da violência sexual na vida acadêmica revelam processos cumulativos de segregação e de exclusão social, muito das vezes, destacado por razões superficiais e não como resultado ou efeitos dessas ocorrências. Essa incapacidade ou incompreensão para observar o fenômeno na sua forma de ser, coloca-se como um obstáculo material, concreto diante das vidas em curso no meio acadêmico e, no limite, afasta os mecanismos de proteção e de responsabilização.

Notas

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Andrade, A. G., Duarte, P. C. A. V., & Oliveira, L. G. (Orgs.) (2010). *I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras*. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).
<https://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/634.pdf>
- Ardaillon, D., & Debert, G. G. (1987). *Quando a Vítima é Mulher. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídios*. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)/Ministério da Justiça.
- Bandeira, L. M. (2017). Trotes, assédios e violência nos campi universitários no Brasil. *Revista Gênero*, 17(02), 49-79.
- Bryant, S. A. & Spencer, G. A. (2003). University students attitudes about attributing blame in domestic violence. *Journal of Family Violence*, 18(6), 369-376.
- Buquet, A., Cooper, J. A., Mingo, A., & Moreno, H. (2013). *Intrusos en la Universidad*. Universidad Nacional Autónoma de México.

- Butler, J. (2013). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Civilização Brasileira.
- Cantor, D., Fisher, B., Chibnall, S., Townsend, R., Lee, H., Bruce, C., & Thomas, G. (2015). *Report on the AAU campus climate survey on sexual assault and sexual misconduct*. Westat.
https://www.aau.edu/uploadedFiles/AAU_Publications/AAU_Reports/Sexual_Assault_Campus_Survey/AAU_Campus_Climate_Survey_12_14_15.pdf
- Chan, K. L., Straus, M. A., Brownridge, A. D., Tiwari, A., & Leung, W. C. (2008). Prevalence of dating partner violence and suicidal ideation among male and female university students worldwide. *Journal of Midwifery & Women's Health*, 53(6), 529-537.
- D'Abreu, L. C. F., Krahe, B., & Bazon, M. R. (2013). Sexual Aggression among Brazilian College Students: Prevalence of Victimization and Perpetration in Men and Women. *The Journal of Sex Research*, 50(8), 795-807.
- Feltes, T. (Coord.) (2012). *Gender-based violence, stalking and fear of crime. EU-Project 2009-2011 (Final Report)*.
http://www.gendercrime.eu/pdf/gendercrime_final_report_printable_version.pdf
- Fernández, R. L., & Roldán, S. M. (2010). Violencia de género en las universidades: investigaciones y medidas para prevenirla. *Revista de Investigaciones en Intervención social*, 1(2), 201-219.
- Flake, T. A., Barros, C., Schraiber, L.B., & Menezes, P. R. (2013). Violência por parceiro íntimo entre estudantes de duas universidades do Estado de São Paulo, Brasil. *Rev. Bras. Epidemiologia*. 16(4), 801-816.
- Florentino, B. R. B. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Revista de Psicologia*, 27(2), 139-144.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir*. Editora Vozes.
- Fraga, P. C. P. (Org.) (2016). *A escola, as drogas e a violência: experiência e representação*. Editora Letra Capital.
- Gama, J. P. (2016). *Violência sexual no campus universitário em Portugal* [Dissertação de Mestrado, ISPA – Instituto Universitário].
- Gauthier, B. (2006). *Recherche sociale – de la problématique à la collecte des données*. Presses de l'Université Du Québec.
- Goldschmidt, E. M. R. (1998). *Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista 1719-1822*. Annablume.
- Gowan, G. (2000). Women's Hostility toward women and rape and sexual harassment myths. *Violence Against Women*, 6(3), 238-246.
- Hensley, L. (2003). Sexual assault prevention programmes for college men: an exploratory evaluation of the men against violence model. *Journal of College Counselling*, 6(2), 166-176.
- Hines, D. A. (2007). Predictors of sexual coercion against women and men: a multilevel, multinational study of university students. *Archives of Sexual Behavior*, 36(3), 403-22.

- Instituto AVON (2015). *Violência contra a mulher no ambiente universitário* (Relatório de Pesquisa). https://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf
- Larralde, S., & Ugalde, Y. (2007). *Glosario de género*. Instituto Nacional de Las Mujeres.
- Martins, R. (2014). *Estupro de crianças e adolescentes e a desigualdade nos tribunais: uma análise de processos judiciais*. Novas Edições Acadêmicas.
- Martins, R. (2019). *Violência sexual na Universidade: “Boa noite Cinderela acadêmico”* (Relatório Final de Pesquisa). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Martins, R., Couto, M. E., & Fraga, P. C. P. (2008). *Violência Sexual: um diálogo com educadores na perspectiva dos direitos humanos*. Editus.
- Martins, R., Couto, M. E., & Fraga, P. C. P. (2010). A criança e o adolescente vítimas da violência sexual e os direitos humanos. Uma leitura sobre os serviços de atendimento e a escola. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, 12(22, 23), 67-100.
- Mingo, A., & Moreno, H. (2017). Sexismo en la universidad. *Revista Estudos Sociológicos*, 35(105), 571-595.
- Moreno-Cubillos, C. L., Osorio-Gómez, L. S., & Sepúlveda-Gallego, L. E. (2007). Violencia sexual contra las estudiantes de la Universidad de Caldas (Colombia). Estudio de corte transversal. *Revista Colombiana de Obstetricia y Ginecología*, 58(2), 116-123.
- NUS, National Union of Students (2011). *Hidden Works: A study of women experiences of harassment, stalking, violence and sexual assault*. Index, NUS.
- Parks, K. A., Hsieh, Y., Taggart, C., Bradizza, C. M. (2014). A Longitudinal Analysis of Drinking and Victimization in College Women: Is There a Reciprocal Relationship?, *Psychology of Addictive Behaviors*, 28(4), 943-951.
- Paul, E. L., & Hayes, K. A. (2002). The casualties of ‘casual’ sex: a qualitative exploration of the phenomenology of college students’ hookups. *Journal of Social and Personal Relationships*, 19(5), 639-61.
- Phipps, A., & Smith, G. (2012). Violence Against women Students in the UK: Time To Take Action. *Gender and Education*, 24(4), 357-373.
- Pimentel, S., Schritzmeyer, A. L. P., & Pandjarian, V. (1998). *Estupro crime ou cortesia? Abordagem sociojurídica de gênero*. Sergio Antonio Fabris Editor.
- Robert, P. (2007). *Sociologia do crime*. Editora Vozes.
- Schraiber, L. B., Latorre, R. M., Franca, I., Jr., Segri, N., & D’Oliveira, A. F. (2010). Validity of the WHO VAW study instrument for estimating gender-based violence against women. *Revista de Saúde Pública*, 44(4), 658-666.
- Strauss, M. A. (2004). Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide. *Violence Against Women*, 10(7), 790-811.
- Vargas, J. (2000). *Crimes Sexuais e Sistema de Justiça*. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim.
- Vargas, J. (2004). *Estupro: Que Justiça? Fluxo do Funcionamento e Análise do Tempo da Justiça Criminal para o Crime de Estupro* [Tese de Doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro].

- Vigarello, G. (1998). *História do Estupro – violência sexual nos séculos XVI-XX*. Editora Jorge Zahar.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, 2, 460-482.
- WHO, World Health Organization & UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime (2015). *Strengthening the Medical-Legal response to sexual violence*. WHO. https://www.unodc.org/documents/publications/WHO_RHR_15.24_eng.pdf
- Winzer, L. (2016). Agressão sexual entre jovens universitários: questão de saúde pública? *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, 26(2), 393-398.
- Zotareli, V., Faúndes, A., Osis, M. J. D., Duarte, G. A., & Sousa, M. H. de (2012). Gender and Sexual Violence Among Students at a Brazilian University. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infantil*, 12(1), 37-46.

Data de submissão: 28/04/2021 | **Data de aceitação:** 09/12/2021



RECENSÃO
REVIEW

SANTOS, BOAVENTURA SOUSA (2020). O FUTURO COMEÇA AGORA. DA PANDEMIA À UTOPIA. EDIÇÕES 70

João Teixeira Lopes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Sociologia, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal.

E-mail: jlopes@letras.up.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6891-7411>

Frente a frente com o vírus

No princípio era a pergunta e este livro é um impressionante gerador de questões. Com Boaventura Sousa Santos a indagação transporta ainda uma clarificação sobre os caminhos a seguir, alargando os horizontes do possível através de um labor que se edifica a partir de um grande incómodo. Que incómodo é esse? A constatação de que o pensamento hegemónico cavalga as monoculturas redutoras e as formas mais insidiosas de violência (o genocídio e o epistemocídio), as quais procuram apagar as sementes de insurgência, localizando as práticas e os territórios emancipados e silenciando a polifonia da diversidade incomensurável do mundo.

A atual pandemia constitui o melhor pretexto para um confronto da contemporaneidade consigo mesma, os seus modos de desenvolvimento, os seus regimes de (des)conhecimento, as suas (incapacidades) de inteligibilidade e tradução das diferenças. Assim, *ao pensar de outra maneira*, desafiando os dogmas da fatalidade, a imaginação enfrenta o presentismo que reduz todas as evidências ao conformismo da impossibilidade de um aqui e agora; eterno presente encarcerado no esquecimento do passado e na contenção distópica do futuro como ininterrupta sucessão de presentes. No paroxismo da crise, o sociólogo dialoga com o vírus, traduz a sua linguagem e busca decifrar a mensagem. Este é o programa forte do novo livro do sociólogo mais internacionalizado de língua portuguesa.

A tese não carece de ambição: a pandemia do coronavírus é o clímax de um fim, o precipício da modernidade iniciada no século XVI com a colonização e desde então assente em três vértices inextricavelmente ligados: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. A lição seminal da intensidade pandémica pode exprimir-se na máxima “a partir de agora, entramos numa época em que pertencemos à natureza” (p. 15). O vírus é, pois, o grande revelador, a potência onde se concentram as contradições de um tempo em ruínas. Sob esse prisma, o vírus é radical. Não tem contemplações, não nos é anterior ou exterior. Na verdade, vírus e humanos coexistem, qual híbrido, exprimindo a relação predadora face à natureza, nesta orgia destrutiva onde sobressaem as alterações climáticas, desmatando as florestas e penetrando em territórios outrora habitat exclusivo de animais selvagens.

Ora, se nenhum retorno é possível, importa conhecer o que de novo se insinua e emerge. As Epistemologias do Sul, que Boaventura tem trabalhado há muito, fornecem os utensílios para esse afã. Não se pense nelas como uma evocação geográfica, encontre-se antes um método para perscrutar os saberes (práticas, discursos, formas organizativas) que permitem “fazer falar o silêncio” e os silenciados, aqueles e aquelas, seja no sul ou no norte geográficos que, ao longo de séculos, sofreram nas malhas da exploração capitalista, da violência colonial de destruição de saberes e memórias, com agudo prolongamento no racismo que estrutura as nossas sociedades ou na subordinação das mulheres aos modos de pensar, fazer, dizer e sentir masculinos. A necropolítica vigente destrói subjetividades e patrimônios de disposições; a “micropolítica dos pequenos medos” (Lazzarato, 2009) paralisa na precariedade, na incapacidade de mobilizar recursos reflexivos e de prever ou desenhar um futuro outro.

Por conseguinte, o livro pode ser entendido como um pensamento rebelde à procura de consequências. Não é possível fugir para as ilhas encantadas ou para qualquer alienação que o feiticismo oferece em abundância. Na urgência, amplia-se o conhecimento para vencer o apocalipse derrotista de todas as feições. Temperado pela esperança metódica, sistemática e organizada, criam-se as condições intelectuais para a construção de utopias viáveis, baseadas na “ecologia de saberes”, na “tradução intercultural” e no princípio do não desperdício das experiências. A crise do coronavírus, ao não permitir um retorno, exige que inventemos algo de novo e que emerge já nesse caleidoscópio de saberes, práticas e discursos geradores de emancipação que instituem a diversidade do mundo.

A grande novidade da presente pandemia é que torna improcedentes as tentativas de naturalização e neutralização do fenómeno que é um desastre social e político, criado por um modo de desenvolvimento e uma subjetividade produtivista, espetacular, predadora e competitiva. Se desarmadilharmos as estruturas que são o seu alicerce, incluindo as de teor cognitivo, ultrapassaremos o mero estado de negatividade em que alguma da teoria crítica tem mergulhado. O pessimismo é a recusa da razão crítica em mover-se para fora de si mesma, no lance antropofágico que inaugura um novo tempo.

Assim, a crise é o início de uma transição paradigmática, para utilizarmos a expressão de Thomas Kuhn. Crise e crítica associam-se, pois, num movimento dialético de grande fulgor, separando, revelando, avaliando e desafiando as opiniões conservadoras, os discursos falsamente encantatórios, as autoridades costumeiras. No chão áspero da crítica cabe o diagnóstico que Boaventura faz da modernidade tardia, mas também o esquisso das cartografias da esperança. Tal como o autor refere em artigo já antigo, “a teoria é a consciência cartográfica do caminho que vai

sendo percorrido pelas lutas políticas, sociais e culturais que ela influencia tanto quanto é influenciada por elas” (Santos, 1999, p. 215). Tais cartografias não normativas e sem limites fixistas, que registam e ampliam as boas práticas, implicando os próprios agentes sociais, seus territórios e formas organizativas, mostram o profundo conhecimento do autor sobre uma miríade de experiências que vão sendo concretizadas em vários continentes. Esse mapeamento cognitivo é uma condição de mobilização para transcender a ordem vigente que explode pelo vírus. Aliás, o livro, pelas suas riquíssimas notas de rodapé, onde constam *links* para muitas desses ensaios de emancipação, permite uma navegação flutuante e em rede, mas de onde brota um conhecimento que une os pontos, os tempos, as escalas de observação e os territórios. Essas cartografias teriam uma consequência mitigada sem uma perspectiva prudente de totalização em processo. Tal holismo é o da tradução, não o do ponto de vista soberano. Propõe pontes e não fecha portas. Acrescenta, pelo diálogo da diferença. Confere visibilidade, resgatando silêncios. Combate o poder, dando voz. Se ficássemos apenas por um somatório de engrenagens e focos, em jeito de dispersão rizomática, perderíamos o enfoque partilhado e coletivo.

Que caminhos insinua a cartografia rebelde? Um calcorrear, que demorará o seu tempo e exigirá um enorme esforço, entre as monoculturas excludentes e as ecologias do interconhecimento. Em concreto, propõem-se dinâmicas: “Da monocultura do saber rigoroso às ecologias de saberes; da monocultura do tempo linear à ecologia das temporalidades; da monocultura da classificação social ex natura à ecologia das diferenças, e reconhecimentos; da monocultura da escala dominante à ecologia das trans-escalas; da monocultura do produtivismo capitalista à ecologia de produtividades”. Constroem-se, pois, os alicerces das pluralidades futuras, valores que não se reduzem ao valor e que contribuirão, ousadia do autor, para “uma nova declaração não-universal cosmopolita de direitos e deveres humanos”, onde, entre outras dimensões, a Natureza também será titular de direitos. Pela minha parte, talvez refém de recalcitrante costela crítica iluminista, não teria obstáculos em pugnar por um universalismo translocal, não soberano, de percurso, tenso e dialógico, fundado no interconhecimento e promotor de desvendamento mútuo. O sociólogo Boaventura inscreve-se, aliás, nas possibilidades que a heterogênea ciência crítica moderna apesar de tudo abarca, levando ao limite as potencialidades das controvérsias, do controlo cruzado de pares e da força certa do pensamento não domesticado e não burocrático. É certo que as forças de convergência face ao *status quo* encontram particular conforto na mercantilização de um saber pronto a usar e embevecido pelo fétiche do “mérito” e pelas virtudes da “concorrência” e da “produtividade” econométrica. Mas é ainda a partir das margens de autonomia do campo científico que a proposta epistemológica, ética e política do sociólogo se

expande, em espirais sucessivas de uma rede conceptual singularmente articulada e coerente. Na sociologia plural que defendo (Lopes, 2012), sociólogos académicos com distintos papéis e repertórios, subvertendo os interesses dominantes nos interstícios da dominação e impondo uma desaceleração ao imediatismo mercantil, poderão traduzir nos seus próprios termos e ritmos (teorias, conceitos, desenhos metodológicos) o compromisso com as lutas sociais, o diálogo com todos os saberes e experiências. Como o próprio defende, este livro não é um manifesto anti ciência, pois procurar alargar os limites internos e externos da prática científica em direção ao oceano dos conhecimentos.

Eis-nos, pois, perante um roteiro bem fundado de esperança. Assim preparados, o vírus encontrará agentes empoderados e não resíduos enfraquecidos, sub-humanos e descartáveis. O medo não se alimentará do medo.

Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Lazzarato, M. (2009). Neoliberalism in action: inequality, insecurity and the reconstitution of the social. *Theory, Culture and Society*, 26(6), 109-133.
- Lopes, J. T. (2012). Da especificidade da sociologia na transformação do mundo. In M. J. Casa-Nova, A. Benavente, F. Diogo, C. Estêvão, & J. T. Lopes (Orgs), *Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual* (pp. 25-34). Edições Húmus.
- Santos, B. S. (1999). Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (54), 195-215.

Data de submissão: 09/12/2021 | **Data de aceitação:** 29/12/2021



NORMAS PARA AUTORES

SUBMISSION GUIDELINES

NORMAS PARA AUTORES

1. A *SOCIOLOGIA ON LINE* só aceita propostas para publicação de artigos originais, que não tenham sido anteriormente publicados nem que estejam em revisão noutra revista;
2. Os artigos poderão ser escritos em português, inglês, francês, ou espanhol;
3. Os artigos deverão ser submetidos para sociologiaonline@aps.pt;
4. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os artigos. No caso dos artigos se adequarem à *SOCIOLOGIA ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as. Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da *SOCIOLOGIA ON LINE*;
5. Todos os artigos serão sujeitos a um sistema de deteção de plágio, implicando a sua deteção o impedimento de publicação do trabalho submetido e de outras publicações durante um período de tempo a definir pela Direção da revista;
6. Os artigos propostos à *SOCIOLOGIA ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte *Times New Roman* e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as;
7. Os artigos não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas finais e referências bibliográficas. Os textos de reflexão e ensaios não devem ultrapassar 6000 palavras, e as resenhas as 1500 palavras;
8. Sugere-se que os autores sigam a seguinte estrutura geral de artigos: Introdução; Enquadramento teórico; Metodologia; Resultados; Conclusões; Agradecimentos (opcional); Referências;
9. As notas devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo;
10. Os textos escritos em português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”;
11. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os textos poderão apresentar no máximo 6 tabelas e 6 figuras. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a **Bold**, centrados, em corpo 12 e fonte *Times New Roman*; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título do gráfico/tabela e um espaço entre o título e o respetivo gráfico/tabela. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte;

12. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:
 1. EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais;
 2. TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi;
13. No caso do recurso a elementos não textuais que não sejam originais e que estejam sujeitos a *copyright* e/ou outro tipo de direitos, é necessário uma autorização para a sua utilização ou aquisição dos direitos correspondentes;
14. Os artigos devem ser acompanhados de um título em Português e em Inglês; um resumo de 150 palavras em Português e outro em Inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em Português e 4 palavras-chave em Inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto;
15. Os títulos dos textos submetidos para publicação na revista SOCIOLOGIA *ON LINE* não podem ser idênticos a títulos de outras publicações ou comunicações realizadas pelos autores;
16. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de *email*. O autor de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa;
17. No caso dos textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após as “Conclusões” e antes da seção “Referências”;
18. As citações, as referências no texto e a referência bibliográfica devem obedecer às normas *APA 7th Edition*;
19. Os direitos de *copyright* são pertença da *Associação Portuguesa de Sociologia*. Todos os artigos encontram-se disponíveis livremente em <http://revista.aps.pt/pt/inicio/>



SUBMISSION GUIDELINES

1. *SOCIOLOGIA ON LINE* publishes original research on Social Sciences that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere;
2. Articles may be written in Portuguese, English, French or Spanish;
3. Manuscripts must be submitted to sociologiaonline@aps.pt;
4. All articles are initially evaluated by the Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa. The Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE* is responsible for the final publication decision;
5. *SOCIOLOGIA ON LINE* uses a plagiarism detection software. Authors found to have plagiarized the work of others or their own will not be able to publish the submitted work and other publications in *SOCIOLOGIA ON LINE* during a period of time to be established by the Journal's Direction;
6. Manuscripts proposed to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles;
7. Manuscripts should not exceed 9000 words, including footnotes and bibliography. Reflections should not exceed 6000 words, and book reviews 1500 words;
8. Authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Methodology; Results; Conclusions; Acknowledgments (if applicable); References;
9. Footnotes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article;
10. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement;
11. Non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. A maximum of 6 tables and 6 figures is allowed. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet;

12. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:
 1. EPS (or PDF): Vector drawings;
 2. TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution;
13. The usage of non-textual elements that are not original and are subject to copyright and/or other rights, requires a permission or the purchase of the corresponding rights;
14. All manuscripts must present a title in Portuguese and a title in English. In addition, all articles must present a summary of 150 words in Portuguese and a summary of 150 words in English (including a brief introduction to the study and its theoretical and methodological approaches; the major results; conclusion and the relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text;
15. The titles of the texts submitted to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be different from the titles of other publications and communications by the authors;
16. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (e.g. University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. All authors must present the digital identifier ORCID. The correspondence author must present the complete institutional address;
17. If manuscripts include a section of "Acknowledgments", this should be included after "Conclusions" and "References";
18. Citations, references in the text and bibliographic references must comply with the APA 7th Edition;
19. The Associação Portuguesa de Sociologia retains copyright of all published manuscripts. All articles are freely available at <http://revista.aps.pt/pt/inicio/>

